

Solange Machado Moretto

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA O
RESGATE DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE
ENSINO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO
ESTADO DE SANTA CATARINA (SENAC/SC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Professor Dr. Harrysson Luiz da Silva

Florianópolis

2003

Solange Machado Moretto

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA O
RESGATE DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE
ENSINO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO
ESTADO DE SANTA CATARINA (SENAC/SC)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de novembro de 2003.

Professor Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Carlos Scheninni
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro

Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof^a. Dr^a. Márcia Machado
Universidade Cornélio Procópio (FAFICOP)
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva, meu orientador, pela orientação e liberdade de opinar, deixando fluir as idéias do pesquisador.

Ao Prof. Dr. Neri dos Santos por ter me proporcionado a inclusão neste Programa de Pós Graduação.

À Universidade Federal de Santa Catarina, através do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, a qual vem proporcionando o acesso ao estudo gratuito e de qualidade para a inúmeras pessoas.

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Santa Catarina, na pessoa dos Srs. Rudney Raulino, Diretor Regional e Ivan Luiz Ecco, Gerente do Centro de Formação Profissional, pelo auxílio e cooperação para empréstimo de materiais e a oportunidade de poder atuar e aprender nesta instituição de ensino.

Aos professores e alunos da mesma, pelos significativos depoimentos que muito auxiliaram na elaboração do instrumento de pesquisa.

A todos os amigos que tenho nesta instituição, que muito contribuíram com minhas inquietações na busca desta pesquisa.

Aos empresários da área de alimentação, pelo aceite em responder aos questionamentos.

A minha família: pais, esposo e filhos, por tantos os momentos em que os excluí de minha vida.

A muitos outros que foram grandes motivadores, os amigos, que se encontra durante a caminhada.

A Deus, que criou todas estas criaturas maravilhosas e as colocou no meu caminho.

Quero viver enquanto estiver acesa, em mim, a
capacidade de me comover diante da beleza.

(Rubem Alves, 2000)

RESUMO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial atende à comunidade, oferecendo diversos cursos profissionalizantes, em atendimento à solicitação dos empresários, quanto ao perfil de alunos que vão para o mercado de trabalho. Dentre os cursos, delimitou-se como objetos de estudo o Curso de Guia de Turismo Nacional e o Curso de Cozinheiro, para verificar as não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante, analisando a variável ambiental e sua interface com a atividade turística, as propostas dos temas transversais para o resgate da cidadania e de que forma a educação ambiental pode melhorar o ensino. A metodologia adotada foi de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem descritiva e na forma de um estudo de caso. Utilizou-se como instrumento de coleta um questionário, sendo aplicado nos segmentos dos professores, alunos e empresários da área de alimentação. Frente aos resultados propôs-se três Programas de Intervenção, com a inserção do tema 'educação ambiental' nos planos de ensino, para que os alunos possam ir para o mercado de trabalho, com atitudes e competências voltadas à solução dos problemas ambientais.

Palavras-chave: Cursos Profissionalizantes, Turismo e Hospitalidade, Temas Transversais, Educação Ambiental, Competência.

ABSTRACT

The Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial attend to the community, offering several professional courses, in consideration of the undertaker solicitation, for the profile of the students that ingress in the job market. Among of courses, delimited how purpose of study the National Guide Tourism Course and the Cook Course, to verify the inconformities relatives of professionalizing learning, analyzing the environmental variable and yours interface with the tourism activity, the proposal of transversal topics to ranson of citizenship and what structure the environmental education could improve the instruction. The methodology adopted was a bibliographic research, with description approach and in a form of case study. Used like collection instrument a questionnaire, being apply in teatchersegment, students and undertakers of alimentation area. Front of the results proposed three intervention programs, with a insert the topic environmental education in the teaching plans, for the students could go to the job market, with posture and competence returned to the solutions of the environmental problems.

Key-words: Professionalizing Courses, Tourism, Hospitality, Transversal Topic, Environmental Education, Competence.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	10
Lista de siglas	11
CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO FENÔMENO	12
1.1 A Descrição do Conjunto de Ocorrências Objetivas	12
1.2 A Demarcação do Fenômeno	15
1.3 O Problema da Pesquisa	16
1.4 Os Objetivos da Pesquisa	16
1.4.1 Objetivo geral	16
1.4.2 Objetivos específicos	17
1.5 Hipótese da Pesquisa	17
1.6 Estrutura da Pesquisa	18
CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL	19
2.1 Considerações Iniciais	19
2.2 Histórico da Educação Ambiental	27
2.2.1 Ações internacionais	29
2.2.2 Ações Nacionais	40
2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação Ambiental	57
2.4 O Processo Didático Pedagógico e a Transversalidade	60
2.5 O Ensino Profissionalizante	62
2.5.1 Histórico e conceitos do ensino profissionalizante	71
2.5.2 Tipologia do ensino profissionalizante	73
2.5.3 A relação entre ensino profissionalizante versus educação ambiental	74
2.6 A Área de Turismo e Hospitalidade	76
2.6.1 Turismo	76
2.6.2 Hospitalidade	83
2.7 A Área de Turismo e Hospitalidade versus Educação Ambiental: Suas Interfaces	84
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	87
CAPÍTULO 4 - OS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	92
4.1 O Programa do Curso de Guia de Turismo Nacional	94
4.1.1 Propostas	94
4.1.2 Programa de ensino e ementa	96
4.1.3 Atividades	102
4.1.4 Recursos e avaliação	103
4.2 O Programa do Curso de Cozinheiro	103
4.2.1 Propostas	103

4.2.2 Programa de ensino e ementa	104
4.2.3 Atividades	107
4.2.4 Recursos e avaliação	108
4.3 Análise Crítica dos Currículos	109
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	112
5.1 Considerações Iniciais	112
5.2 Descrição e Análise da Coleta de Dados	113
5.2.1 Análise do resultado das entrevistas dos professores	114
5.2.2 Análise do resultados das entrevistas dos alunos	125
5.2.3 Análise do resultados das entrevistas dos empresários da área de alimentação	133
5.2.4 Análise Crítica	137
CAPÍTULO 6 – UMA PROPOSTA DE INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE ENSINO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	141
6.1 Propostas de Programas Ambientais	141
6.1.1 Programa 1 – O Senac vai à comunidade	141
6.1.2 Programa 2 – 15 minutos de tributo ao meio ambiente	142
6.1.3 Programa 3 – Capacitação do corpo docente e administrativo	144
CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	145
7.1 Conclusões	145
7.2 Recomendações para Pesquisas Futuras	150
REFERÊNCIAS	151
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	156
APÊNDICES	158
Apêndice A: Questionário aplicado aos professores	158
Apêndice B: Questionário aplicado aos alunos	160
Apêndice C: Questionário aplicado aos empresários da área de alimentação ..	162

Lista de tabelas

Tabela 5.1: Parte I - Questão 1: Área de formação	114
Tabela 5.2: Questão 2: Grau de instrução	115
Tabela 5.3: Parte II - Questão 1: Entendimento (conhecimento) do tema transversal	116
Tabela 5.4: Questão 2: Resgate da cidadania na escola	117
Tabela 5.5: Questão 3: A abordagem dos temas transversais no plano de ensino	120
Tabela 5.6: Questão 5: Abordagem pedagógica	122
Tabela 5.7: Parte I - Questão 1: Total de alunos no curso, alunos entrevistados e alunos atuantes na área	125
Tabela 5.8: Parte II – Questão 1: Fatores motivantes para a procura pelo curso de cozinheiro	126
Tabela 5.9: Questão 2: Fatores apontados como relevantes na formação	127
Tabela 5.10: Questão 3: Temas transversais não tratados em sala de aula	128
Tabela 5.11: Questão 4: Relevância dos componentes curriculares	131
Tabela 5.12: Parte I - Questão 1: Critérios relevantes no momento da contratação	133
Tabela 5.13: Parte II – Questão 1: Fatores importantes no processo de formação profissional	134
Tabela 5.14: Questão 2: Avaliação dos alunos do curso de cozinheiro	136
Tabela 5.15: Questão 3: Avaliação dos alunos do curso de cozinheiro	136

Lista de siglas

ABIH	Associação Brasileira de Indústria de Hotéis
CCI	Câmara do Comércio Internacional
CNI	Conselho Nacional da Indústria
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MT	Ministério do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial da Natureza
ONG'S	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN'S	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento para a Pesca
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WWF	Fundo Mundial da Natureza

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO FENÔMENO

1.1 A Descrição do Conjunto de Ocorrências Objetivas

A demarcação dos limites de investigação do fenômeno analisado iniciou-se no ano de 1998. Naquela ocasião, se estava trabalhando no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Santa Catarina (SENAC/SC), no Centro de Formação Profissional de Florianópolis, mais especificamente na Coordenação da área de Turismo e Hospitalidade.

As funções deste cargo se resumiam em administrar os curso da área, com atividades inerentes à função, como montar programas de cursos com seus respectivos cronogramas; avaliar as perspectivas do mercado de ensino profissionalizante, contratar professores qualificados; acompanhar o desempenho docente, através da interação coordenação/docente e da aplicação da Ficha de Avaliação (instrumento) ao término de cada atividade, com o intuito de investigar a compreensão e a interatividade do aluno no decorrer do processo de aprendizagem.

A partir deste marco temporal as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem faziam-se presentes e foram expressas pelos alunos: não-estabelecimento imediato de conexão da dimensão teórico-prática; a carga horária alocada nas aulas teóricas; dentre outros fatores que serão abordados no decorrer desta pesquisa.

Ressalta-se que o aluno que chega ao SENAC/SC busca, prioritariamente, uma preparação para a sua inserção no mercado de trabalho e/ou qualificar-se para a competitividade profissional. Aqueles que freqüentam os Cursos da área de Turismo e Hospitalidade podem ser habilitados em “Estágio de Qualificação Profissional”, a partir de carga horária mínima de 400 horas.

O modelo pedagógico prevê o desenvolvimento das atividades de ensino em três módulos básicos, que devem ser interligados.

- a) Integrador: módulo voltado ao desenvolvimento de atitudes fundamentais ao mundo do trabalho. É formado por disciplinas de uma natureza comportamental e ética.
- b) Instrumental: módulo voltado ao desenvolvimento de habilidades básicas ao mundo do trabalho ou “saber fazer”. É formado através da oferta de disciplinas que fornecem os instrumentos fundamentais.
- c) Técnicas de Trabalho: módulo voltado ao desenvolvimento do saber profissional. É formado por disciplinas que lhe fornecem a prática.

Desta forma, a partir da observação sistemática e empírica das atividades docentes empreendidas nos Cursos de “Guia de Turismo Nacional” e de “Cozinheiro” junto ao SENAC/SC, no período de 1998 a 2001, ocorreu a demarcação do conjunto de ocorrências objetivas para edificação desta pesquisa, com estrutura nos quatro tópicos descritos a seguir.

- a) Prática dos docentes e dos gestores educacionais.
- b) Perfil básico dos alunos dos Cursos de Turismo e Hospitalidade.
- c) Mercado de trabalho dos profissionais de Turismo (Guia de Turismo Nacional) e Hospitalidade (Cozinheiro).
- d) Contradições do turismo enquanto atividade produtiva.

No que se refere à prática dos docentes e dos gestores educacionais, tendo por base os depoimentos de alunos e/ou a aplicação do instrumento de avaliação de desempenho docente e de aproveitamento do aluno, que é aplicado ao final de cada curso, constatou-se que o planejamento teórico do plano de ensino não é condizente com a aplicação prática e não atende os objetivos delimitados. Como exemplo, com significativa freqüência, ao ser abordada a ética no trabalho, o corpo docente permanece preso aos fatos históricos relativos ao estudo dessa disciplina; a ética dos gregos na Idade Antiga merece destaque e ênfase em detrimento da ética

profissional e pessoal nas relações de produção da sociedade contemporânea e, de modo particular, no contexto produtivo em que o aluno irá se inserir.

Assim, o não estabelecimento da conexão entre temas e disciplinas que integram o projeto pedagógico nos módulos já enumerados, impede o aluno de compreender a totalidade dos fenômenos em análise. A visão compartimentada e particularizada da disciplina é reforçada pelo viés da formação e experiência do professor no processo, onde este atua de forma isolada e estanque sem a preocupação do que será ministrado pelos colegas e quanto ao processo de interação com os alunos, que ocorre de forma compacta, isto é, a carga horária da disciplina é condensada.

Portanto, o professor não conhece o resultado final de sua prática e quais as competências adquiridas no processo ensino-aprendizagem ao final do curso e assim, o resultado é expresso na insatisfação do aluno e na incapacidade do mesmo de apreender o todo, e interpretar as causas e conseqüências de cada etapa do processo produtivo, de maneira integrada e sistêmica.

Assim sendo, as reuniões pedagógicas, para troca de experiências, dificuldades e construção coletiva do processo de ensino-aprendizagem voltado ao modelo, são ineficazes na medida em que a freqüência apresenta índices inferiores aos 20% dos docentes mobilizados, ou seja, cada um acaba por desenvolver sua disciplina, segundo a compreensão individual, independente do curso ou perfil pretendido ao egresso.

Ainda em relação ao processo gerencial, o Coordenador da área de Turismo e Hospitalidade não consegue ultrapassar as barreiras administrativas para uma avaliação periódica junto aos professores e alunos.

As disciplinas ministradas não contemplam os temas sobre “ecologia”, “turismo sustentável” ou “educação ambiental”.

Quanto ao perfil básico dos alunos que freqüentam os Cursos da área de Turismo e Hospitalidade não se caracteriza de maneira sinérgica no processo de ensino-aprendizagem. Com significativa freqüência ocorre dificuldade dos alunos incorporarem as disciplinas de natureza teórica, haja vista a reforçada incapacidade treinada na escola tradicional, expressa na questão cotidiana – no ‘que’ e ‘como’ se aplica tal conhecimento? A visão temporal e restrita de curto prazo, no ‘saber fazer’

(atividade técnica) como prioritária, desdenha o ‘saber’ (conhecimento geral) e o ‘ser’ (atitude do ser humano) na formação do homem para o trabalho e para o resgate da cidadania respectivamente.

Em relação ao mercado de trabalho para os profissionais da área de Turismo e Hospitalidade, também, apresenta contradições de natureza estrutural, na medida em que as empresas que atuam no segmento produtivo pretendam dispor de capital humano qualificado, sem oferecer incentivos, benefícios e operar com políticas gerenciais motivadoras. A contratação temporal, as baixas remunerações, o não-estímulo à qualificação, a visão imediatista de lucro, as práticas pouco sustentáveis com relação ao meio, são os elementos desestimulantes do ambiente produtivo sobre o ambiente de formação profissional.

A expressão deste quadro manifesta-se em elevados índices de rotatividade¹ de pessoal, nas dificuldades empresariais de construir e manter padrões de qualidade e sustentabilidade, num entorno produtivo, cuja degradação é progressiva. Em alguns estabelecimentos a variável ambiental é incorporada de forma simplista e/ou através de práticas reducionistas quando não de fachada, para apropriar-se da dimensão ambiental como vantagem meramente competitiva. O compromisso e a edificação efetiva de ações para consolidação do desenvolvimento sustentado² é expressão de poucos, num universo cujo foco é o lucro pelo lucro, independente das dimensões social, cultural e ecológica.

O programa intitulado “Hóspedes da Natureza”, que foi desenvolvido pela Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH)³, por exemplo, ou mesmo algumas das ações que o integram, ainda se caracterizam como utopia no tecido produtivo. Os princípios éticos e políticos lastrados nos conceitos de “conservação” e “proteção” dos recursos e processos, ainda não são inseridos por alguns segmentos empresariais do turismo.

¹ A alta rotatividade de mão-de-obra na área turística, interfere na construção dos padrões de qualidade e de sustentabilidade.

² “Sustentado ou sustentável vincula-se a um triângulo que relaciona objetivo social, o econômico e o ambiental. Quando o sustentável se mantém no tempo, se alcança o denominado sustentado. Ambos não se referem a uma meta atingível nem quantificável, em determinado prazo ou momento”. (DOUROJEANNI, 1997, p.69-109).

³ O Projeto Hóspedes da Natureza foi adaptado do Programa Internacional (INEI), para práticas ambientais na hotelaria, com sede em Londres, Inglaterra.

Ao lançar o olhar sobre o processo de desenvolvimento da atividade turística no espaço da Ilha de Santa Catarina é possível identificar de maneira empírica algumas contradições do modelo, que pode ser com relação à ocupação do território, aos apelos mercadológicos e às práticas operadas, ou na oferta de equipamentos e serviços de natureza turística.

A atividade turística vem se expandindo de maneira predatória, negando elementos de referência cultural local, depredando os espaços demarcados (mangues, lagos, praias, dunas e promontórios), seja através da ocupação irregular, da privatização do acesso ou mesmo do lançamento de águas servidas e de entulhos, em espaços cuja vida animal, marinha e florestal sucumbem frente às ações dos homens.

No decorrer dos anos, movidos pela busca de ocupação funcional e acesso à cidadania social, milhares de trabalhadores de diversas partes da América do Sul (principalmente, argentinos e paraguaios) chegam à Ilha, para se incorporarem à mão-de-obra sem qualificação, numa atividade produtiva sazonal. Este quadro demanda o repensar do modelo e das práticas em curso e a revisão dos compromissos coletivos dos atores sociais públicos e privados, tendo a edificação da sustentabilidade, como um dos pilares do compromisso ambiental de todos.

Diante do contexto, pode-se constatar que a educação ambiental, enquanto tema transversal⁴ e interdisciplinar⁵ - expressa na construção e reconstrução de conteúdos e práticas - tem contribuição fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

1.2 A Demarcação do Fenômeno

Com base no item anterior faz-se necessário uma demarcação do fenômeno na investigação, que envolve os Cursos Profissionalizantes de Turismo (Guia de Turismo Nacional) e Hospitalidade (Cozinheiro), oferecidos em nível básico

⁴ A educação ambiental enquanto tema transversal não deve constituir uma disciplina. Faz parte de todas as disciplinas.

⁵ Comum a duas ou mais disciplinas.

e destinado à qualificação de jovens e adultos, independente de escolaridade prévia, definido no art. 4 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como “Modalidade de Educação Não-Formal”⁶.

O tema objeto da análise é classificado no escopo do documento Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), que foi elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) como integrante da atividade turística, enquanto segmento produtivo e considerado de natureza transversal por ser pertinente à formação do homem para a cidadania; não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, nos Cursos de Guia de Turismo Nacional e Cozinheiro; e de que forma a educação ambiental pode melhorar a proposta do ensino oferecida pelo SENAC/SC, para que os alunos sejam inseridos no mercado de trabalho, com atitudes e competências voltadas à solução dos problemas na área ambiental.

1.3 O Problema da Pesquisa

Diante da demarcação das variáveis delimitamos o problema de pesquisa: As não-conformidades relativas ao Ensino Profissionalizante do SENAC/SC, na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de “Guia de Turismo Nacional” e “Cozinheiro”, poderiam ser resolvidas com a disciplina de educação ambiental?

1.4 Os Objetivos da Pesquisa

1.4.1 Objetivo geral

Analisar as não-conformidades relativas ao Ensino Profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de “Guia de Turismo Nacional” e “Cozinheiro”.

⁶ “Educação não-formal – a cidadania é o objetivo principal, pensada e, termos coletivos.” (GOHN, 2001, p.101).

1.4.2 Objetivos específicos

- Traçar um paralelo entre o perfil profissional que está sendo formado pelo SENAC/SC e o perfil profissional que o mercado está buscando.
- Verificar se a disciplina de educação ambiental está sendo trabalhada nos Cursos Profissionalizantes do SENAC/SC.
- Analisar a variável ambiental e sua interface com a atividade turística e as propostas dos temas transversais – resgate da cidadania.
- Propor um Programa de Intervenção com a verificação dos resultados, do tema educação ambiental, demonstrando que as atividades constantes do mesmo são capazes de efetivar mudanças significativas de comportamento nos sujeitos envolvidos.

1.5 As Hipóteses da Pesquisa

Esta pesquisa tem o intuito de buscar respostas às hipóteses delimitadas, que são:

- Ocorreu a incorporação dos temas transversais, em particular a educação ambiental no projeto pedagógico dos Cursos Profissionalizantes do SENAC/SC, a partir da elaboração de documentos norteadores? De que forma?
- Há por parte dos segmentos da Instituição (coordenadoria pedagógica, professores, alunos) uma sinergia para desenvolver metodologicamente os temas transversais, em particular a educação ambiental (Meio Ambiente)?
- Existe efetiva integração nos projetos pedagógicos analisados?
- Os professores da área de Turismo e Hospitalidade levam para o ambiente escolar as atividades práticas sobre meio ambiente e turismo?

- Quais as informações que os professores da área em estudo têm sobre os temas transversais, em particular a educação ambiental (Meio Ambiente)?

1.6 Estrutura da Pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo, delimitou-se a sua divisão em sete capítulos, onde no capítulo 1 fez-se uma introdução apresentando o Processo de Demarcação do Fenômeno, descrevendo o Conjunto de Ocorrências Objetivas, a Demarcação do Fenômeno, os Problemas, os Objetivos e as Hipóteses de Investigação.

Em seguida, no capítulo 2, aborda-se a Fundamentação Conceitual, discorrendo sobre Meio Ambiente e a sua relação com a área de Turismo e Hospitalidade, em Cursos Profissionalizantes do SENAC/SC.

Após, no capítulo 3, apresenta-se a Metodologia, onde esta pesquisa ficou definida como bibliográfica, descritiva, qualitativa e estudo de caso.

No capítulo 4, foram abordados os Programas de Ensino dos Cursos Profissionalizantes de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro, analisando-se a estrutura curricular enquanto proposta pedagógica da instituição SENAC/SC.

Na continuidade, no capítulo 5, é feita a análise e discussão dos resultados obtidos através da aplicação do instrumento, nos segmentos de professor, aluno e empresário da área de alimentação dos cursos objetos de estudo.

No capítulo 6, resgatam-se as informações anteriores, com o intuito de apresentar três propostas de inserção da educação ambiental nos programas de ensino da instituição SENAC/SC.

Finalizando, no capítulo 7, nas Considerações Gerais, discorrem-se as Conclusões e Recomendações para Pesquisas Futuras.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

2.1 Considerações Iniciais

Esse capítulo tem por objetivo apresentar conceitos sistematizados por estudiosos sobre a obtenção de embasamento teórico-científico dos temas ‘educação ambiental’, ‘ensino profissionalizante’ e ‘turismo’, os quais necessitam de uma abordagem sob enfoque de múltiplas áreas do conhecimento. Deve-se ressaltar que apesar da necessidade do enfoque, por assim dizer, interdisciplinar, as referências teóricas e metodológicas das disciplinas que tratam destes temas, não estão consolidadas permanecendo, ainda, muito para ser estudado e pesquisado.

Enquanto alguns estudiosos anunciam o fim da “sociedade do trabalho” (OFFE, 1989), o mercado está inundado de literatura sobre as relações de trabalho, novas formas de organização de produção, formas de gestão e da força de trabalho no contexto da globalização e da flexibilização, e novas tecnologias.

Surgem, ainda, os estudos críticos que apontam para o discurso pedagógico, como o da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) que, sob uma perspectiva humanista, adequa os trabalhadores às exigências da re-estruturação produtiva, reafirmando o caráter utilitarista, economicista e produtivista presente historicamente em sua relação com a educação. (CARVALHO, 1999).

Diante disso, buscar-se-á demonstrar através da proposta deste estudo, as vantagens ao se inserir a educação ambiental nos cursos afins. Será o primeiro tema abordado, dentre os demais que serão estudados (ensino profissional, turismo e hospitalidade).

Pensar em educação ambiental realmente é pensar em mudanças de valores, atitudes e comportamentos, que venham minimizar as desigualdades sociais, que implicam necessariamente em ultrapassar questões de ordem política. É

uma questão de natureza política por se tratar de disputas entre atores sociais que lutam pelo acesso, uso e abuso dos recursos naturais, como pela responsabilização dos danos e riscos ambientais, caracterizados pela disputa, direito de poluir e dever de restaurar o dano. (MEDINA, 2001).

Assim, tem pouca relação com a criação de uma consciência ecológica, mas muito a ver com a consciência crítica, como pode ser visto no artigo intitulado “A terra pede socorro”, que vem demonstrar que independente de muitas discussões, fóruns, reuniões e debates em nível local e até mesmo mundial, orientam sobre os problemas ambientais, os mesmos continuam ocorrendo - de maneira acelerada - em algumas áreas geográficas. (TEICH, 2002, p.80-87).

Segundo Medina (2001), fatores como miséria, explosão demográfica, esgotamento dos recursos materiais, uso indevido dos recursos hídricos, poluição radioativa da água, ar e solo, destruição da camada de ozônio e lixo, continuam ocorrendo de forma devastadora.

O cenário mundial relata os fatores de destruição: a escassez de água potável que já atinge dois bilhões de pessoas (dentro de 25 anos serão quatro bilhões); a água contaminada mata 2,2 milhões de pessoas anualmente; a emissão de carbono aumentou em 10% desde 1991; o consumo global de combustíveis fósseis cresceu em 10%; os recifes de coral ameaçados cresceram de 10% para 27%, apesar de protegidos pela Convenção da Biodiversidade; 30 bilhões de toneladas de lixo são despejadas anualmente no meio ambiente sem nenhum tratamento; a espessura do gelo no Oceano Ártico ficou 40% menor nos últimos 40 anos; os reatores nucleares comerciais do mundo vão criar 10 mil toneladas métricas de lixo atômico (combustível radioativo já usado no ano de 2002); a cada dia a população da Terra aumenta em 219 mil pessoas. (MEDINA, 2001).

O mesmo está ocorrendo em nível de Brasil. Porém, ressalva-se que o processo de mudanças já começou, com novos comportamentos por parte de iniciativas particulares e públicas, para que assim se possa estagnar a degradação do planeta Terra.

Concretamente, exemplifica-se citando as Organizações Não-Governamentais (ONG's), que demonstram à humanidade que é possível melhorar a saúde do planeta e, conseqüentemente, dos seres vivos. Segundo Leff (2001,

p.205), “o progresso é entendido apenas como avanço técnico, material e crescimento econômico está sendo obtido dentro de padrões de consumo, de acumulação e de vida insustentável”. Porém, ainda há muito para ser feito, pois caso contrário o planeta Terra não seria apresentado com o quadro crítico descrito anteriormente. Dessa forma, ratifica-se a premência na mudança de valores, crenças e comportamentos, com um novo olhar para a questão ambiental.

Com a emergência da crise ambiental, o processo educacional orientou um processo de conscientização para regular condutas sociais que evitem efeitos negativos sobre o ambiente e criar habilidades técnicas para resolver problemas ambientais. (LEFF, 2001, p.207).

O mesmo autor aponta, ainda, para as questões que estão sendo trabalhadas no processo educativo em relação ao meio ambiente, como sendo incipientes para uma mudança de comportamento, pois avaliando os problemas ambientais de forma global, pode-se constatar a falta de um comprometimento das sociedades, em particular em áreas geográficas onde se fazem presentes o domínio da economia e do avanço tecnológico.

A problemática ambiental é explicada por Leff (2001) sob dois aspectos: o primeiro como problema de densidade demográfica global; e o segundo como efeito da acumulação de capital ou a maximização dos lucros e os excedentes econômicos em curto prazo. Dessa forma, mudar culturas e comportamentos não é uma tarefa fácil, principalmente quando são exigidas mudanças econômicas, para que as soluções ambientais sejam efetivadas.

Segundo Layragues (2002)⁷, o Brasil está avançando na criação do modelo de Educação Ambiental, incorporando valores da transformação social, engajado e comprometido com a justiça social.

Contudo, segundo Medina (2001) não há uma sistematização da fundamentação da educação ambiental. A reação e a mudança que está acontecendo, sem que os projetos sejam levados às outras comunidades - enquanto modelo básico - que pode ser utilizado, em parte ou integralmente, de acordo com a realidade de cada uma.

⁷ Professor de Pedagogia da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).

Dessa forma, falar em definições ou métodos científicos para educação ambiental ainda é algo muito incipiente, pois esta é uma área emergente do conhecimento humano. Não há um objeto demarcado, isto é, os educadores ambientais se apropriam de conceitos e métodos de disciplinas já estabelecidos, as quais são utilizados para integrar o sistema como um todo, deixando de lado a fragmentação instaurada pelo cartesianismo, modelo que hoje não é mais possível para explicar os fenômenos que ocorrem no meio ambiente. “A educação muitas vezes lançada como panacéia, pode aportar contribuição importante, talvez a mais importante, desde que nunca visualizada de modo setorialista ou isolada.” (DEMO, 1997, p.88).

Há inúmeros conceitos formulados sobre educação ambiental pelos estudiosos. Porém, faz-se necessário apresentar alguns deles para explicar as necessidades de mudanças enfatizadas anteriormente, como um caminho para a minimização dos prejuízos ambientais e sociais, uma vez que estes são abertos e podem ser re-estruturados de acordo com as necessidades do processo educativo ou com a realidade em que será aplicado.

A interação entre seres humanos, a troca de saberes em um processo contínuo de aprendizagem, significando apreensão, compreensão, interpretação, análise e reflexão da realidade, mediada por ações dos indivíduos em seu meio. (OLIVEIRA, 2000, p.16).

Este conceito é extremamente complexo, pois tem que dar conta de uma série de etapas na vida do sujeito, e o processo de ensino-aprendizagem, quando ocorre, deve necessariamente levar a essas transformações, para que o crescimento do ser humano seja integral.

Contudo, faz-se necessário um conceito do que vem a ser “ambiente”, para que assim se possa, posteriormente, obter-se uma visão de educação ambiental.

Ambiente é um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos históricos e políticos de transformação da natureza. (REIGOTA, 1998, p.21).

Este conceito apresentado é amplo, pois abrange tudo o que tem vida e, conseqüentemente, também, o homem. Porém pode ser verificado noutra perfil em que a presença desse fique afastado deste contexto, não fazendo parte do meio ambiente e dele se apropriando inadequadamente, causando inúmeros problemas para o ecossistema.

Neste sentido, em 1969, Stapp (apud, DIAS, 2000, p.99) aponta que a educação ambiental já era definida como “um processo que deveria objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados pudessem alertá-los e habitá-los a resolver seus problemas”. Complementando esse conceito, na Conferência de Tbilisi, em 1977, a educação ambiental foi tratada como:

Uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (DIAS, 2000, p.104-105).

Assim, a partir desse novo conceito de educação ambiental, os conteúdos educativos que inicialmente privilegiam apenas aspectos do meio físico-natural, que estão voltados para a difusão da informação começam a enfatizar gradativamente a inter-relação desses aspectos com o meio social, além de ser o elo entre as várias áreas do conhecimento humano. Faz-se necessário ressaltar que os documentos da Conferência servem como apoio para os estudiosos, os pesquisadores e todos aqueles que têm interesse na melhoria e desenvolvimento da educação ambiental. Além disso, as informações sobre interdisciplinaridade são ressaltadas:

Como parte integrante do processo educativo - deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve ainda, aproveitar o essencial da força da iniciativa dos alunos e de seu empenho na ação, bem como se inspirar nas preocupações tanto imediatas quanto futuras. (DIAS, 2000, p.104-105).

A partir daí, muitos outros conceitos foram elaborados, com objetivo de destacar a importância da educação ambiental neste contexto de profundas e constantes mudanças globais, para a melhoria das sociedades. Como exemplo, cita-

se o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que, em 1996, a expressa como sendo “um processo de formação e informação para desenvolver consciência crítica”, mas afinal, o que seria desenvolver nos cidadãos a consciência crítica? É esta criticidade que a maioria dos teóricos apresenta como suas bandeiras de discurso. Mas, o mais importante nesta definição é a idéia de “processo”, o qual vai evoluindo com o crescimento de informações adquiridas pelo sujeito.

Leff (1995, p.62) citando outros estudiosos afirma que o problema ambiental é gerado a partir de “certos princípios de racionalidade econômica e instrumental”. Portanto, as causas da degradação ambiental e da crise social ocorrem “por um conjunto de variáveis interconexas derivadas das categorias ‘capitalismo’, ‘modernidade’, ‘industrialismo’, ‘urbanização’, entre outros aspectos que passam pela crítica da relação de produção”.

Na Rio-92 ou Eco-92, a educação ambiental passou a fazer parte do cenário internacional, sendo caracterizada por incorporar a dimensão sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo estar rígido aos padrões, mas ser “adaptada às condições de cada região ou país, sob uma perspectiva holística.” (DIAS, 2000, p.178).

Dias (2000) esclarece em seus textos, o que outros estudiosos já vêm falando sobre a educação ambiental, ou seja, que “é um processo por meio do qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como se depende dele, como o afeta e promove-se a sua sustentabilidade”. Portanto, não se pode esperar que o aluno de um momento para outro passe a ter um comportamento oposto, pois implica no processo de construção do conhecimento de cada sujeito. Neste sentido, acredita-se que seja essa a “conscientização” tratada por alguns teóricos.

É um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. (MEDINA, 2000, p.56).

Mas, o discurso do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1998, observa que a educação ambiental deve contribuir no que se refere aos valores éticos e estéticos, bem como

à economia para a inserção de atitudes que levem às pessoas a adotarem uma disciplina diante de tudo, de modo a não diminuir a qualidade do meio ambiente e a possibilitar uma participação ativa nas atividades coletivas destinadas a melhorá-lo. Há unanimidade em relação ao papel da educação ambiental e, dessa forma, é possível falar em “desenvolvimento sustentável”, quando os atores sociais são pró-ativos, com um saber construído socialmente e buscando a participação de todos.

Entretanto, sendo a educação um instrumento ideológico de reprodução social, acaba por não adotar práticas no sentido de transformação econômica, que é necessária para a preservação do meio ambiente. Estes sintomas de manutenção do sistema são apresentados diariamente nos periódicos, telejornais e em pesquisas científicas. Contudo, o processo de transformação não se realiza em curto prazo, fazendo-se necessário um processo de educação crítica, buscando nas raízes as causas, procurando trabalhar de modo simultâneo a mudança cultural e a transformação social - o desafio da educação. Para estas prerrogativas, trabalhar a educação ambiental nos cursos profissionalizantes, e não somente nos níveis iniciais de escolarização, pode ser uma saída para a melhoria do bem comum.

Diante disso, faz-se necessário uma análise conceitual sobre a formação e qualificação profissional – como forma de produção – e o ensino profissionalizante e seus aspectos de maior relevância, sob a ótica dos empresários e dos educadores, que são destacados pelos teóricos como sendo ou não um marco de mudanças, quando o discurso é trabalhado para a hegemonia de determinada classe.

No que diz respeito ao ensino profissionalizante, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB), em seu Cap. III – Educação Profissionalizante, reza que:

Art. 39 - A educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (apud MOTTA, 1997, p.348-350).

Este “permanente desenvolvimento” está conectado com as mudanças nas estruturas de trabalho global. Neste sentido, as leituras em diversos campos do conhecimento humano têm demonstrado que se está passando por uma transformação de valores ainda não totalmente identificados, cujas mudanças são difíceis de se configurar. Essas transformações em curso se apresentam como um

novo campo que, embora parcialmente anunciado desde os anos 70, vem adquirindo maior visibilidade. (BELL, 1973; FERGUSON, 1980; MORIN, 1991; FREIRE, 1995).

Assim, a modernização da economia brasileira espelhada no mercado internacional, passa a exigir da área educacional contínuas mudanças. Melhorar e ampliar o ensino básico e profissionalizante, absorver novas tecnologias, acompanhar o ritmo do avanço tecnológico, e promover a flexibilidade do mercado de trabalho são desafios para o desenvolvimento e competitividade da economia brasileira, ou seja, para ser competitivo é preciso ser produtivo e para que isso ocorra, faz-se necessário o ingresso de profissionais preparados e competentes na atividade que exercem.

Não basta mais 'saber', é preciso 'saber ser'. Não mais apenas ter domínio de conhecimentos científicos, mas saber transformar esses conhecimentos em ações orientadas para fins específicos. Não mais a exigência de um trabalhador qualificado para postos de trabalho e funções específicas, mas sim, de conhecimentos gerais que lhe permitam se movimentar por todo o processo produtivo. (CARVALHO, 1999, p.53-64).

Carvalho (1999) demonstra as exigências atuais necessárias à formação do profissional. Esse perfil almejado é uma necessidade estratégica do modelo capitalista, que responsabiliza o próprio trabalhador para a condição da empregabilidade, isto é, o mesmo deve estar apto para o trabalho produtivo.

No que diz respeito à formação do trabalhador, os documentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado em 1993, defendem a tese de que “o papel da educação é formar um trabalhador consciente e cidadão, a qualificação profissional se constitui em elemento importante ao permitir melhores condições de trabalho, de salários e de vida.” (apud CARVALHO, 1999, p.53-64).

Contudo, esse perfil profissional atual pode ser substituído por outro, de acordo com a volatilidade do mercado.

As mudanças aqui colocadas, também, estão presentes no discurso de Demo (1999), o qual é educador e estudioso das condições sociais e cidadania:

O mundo está em plena transformação, torna-se mais complexo e derruba fronteira física e cultural. A senha para quem quer sobreviver e se realizar nestes novos tempos não guarda nenhum segredo, chama-se educação. Os novos tempos exigem novas qualidades das pessoas, como a capacidade

de aprender continuamente, de se comunicar em outra(s) língua(s), de enfrentar cenários pouco previsíveis e encontrar soluções criativas, de desenvolver projetos, de utilizar a tecnologia como ferramenta cotidiana, entre muitas outras. (DEMO, 1999, p.125).

Diante do exposto, pode-se observar que o mercado acaba por condicionar os padrões educacionais ou vice-versa.

Na visão de Ferreti (1996), a educação profissionalizante significa “a preparação de jovens e adultos para o desempenho de atividades de caráter eminentemente econômico”. Para esse autor, essa forma de entendimento limita essa educação:

[...] Pois remete a formação profissional à condição de educação técnica, ou seja, coloca o trabalho como fim e a educação como meio [...] isto significa que a formação profissional fica restrita ao domínio de um conjunto de conhecimentos técnicos e de destrezas manuais e que só poderia considerar qualificado para uma dada atividade um indivíduo que tivesse realizado o curso profissional correspondente. (FERRETI, 1996, p.38).

Portanto, qualquer discussão sobre formação profissional deverá ser mais profunda, ou seja, terá que ser considerada as relações entre educação e trabalho.

Segundo Demo (1999) e Ferreti (1996), se a educação profissional for bem colocada poderá fazer o papel educativo da escola básica, isto é, se conseguir ir além da mera acomodação reprodutiva do sistema. Para estes estudiosos, uma grande polêmica que até o momento está sem resposta: “como construir um mercado que seja instrumento de cidadania e não destrua o meio ambiente”.

A partir daí, é possível levantar-se diversas hipóteses para essa questão, mas para isso é interessante um breve resgate histórico de como o ensino profissionalizante foi sendo estruturado no Brasil.

2.2 Histórico da Educação Ambiental

Durante as últimas décadas os especialistas vêm debatendo amplamente a educação ambiental, através de reuniões, fóruns nacionais e internacionais, conferências intergovernamentais, entre outros eventos, com o objetivo de colocar em ação os planos que venham contribuir para a melhoria ambiental.

As orientações/recomendações formalizadas em documentos, ao término dos eventos oficiais, demonstram a necessidade de atuação em todos os níveis educacionais, contemplando também a educação profissionalizante, como mais um campo de ação da educação ambiental. Essa ação quando bem planejada terá condições de render frutos, uma vez que o sujeito que está sendo preparado para atuar no mercado - em curto espaço de tempo, fazendo uma comparação com os cursos de 3º grau. Esse levará consigo as orientações ambientais para uma aplicabilidade em seu espaço de trabalho, disseminando comportamentos e ações, sendo este o projeto ideal de educação ambiental.

Essas recomendações têm contribuído, significativamente, para o alcance de uma fundamentação conceitual, que proporcione uma prática educativa voltada para o processo de sensibilização/conscientização e a tomada de decisão (ação). Porém, o muito que vem sendo feito para a melhoria ambiental, ainda tem uma parte do segmento social que não interagiu e, para que o processo se torne eficaz, concreto e de práticas ambientais pró-ativas, “o saber ambiental crítico e complexo vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos.” (LEFF, 2001, p.13).

A UNESCO, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), desempenharam um papel importante para a realização de eventos internacionais de grande repercussão mundial, no que diz respeito à educação ambiental, como por exemplo, as Conferências de Estocolmo, Belgrado, Tbilisi, Moscou, Rio de Janeiro, entre outros, que são referenciais na maioria dos textos que tratam deste assunto.

Os documentos publicados anterior aos eventos oficiais, que foram organizados em sua maioria pela UNESCO, já fomentaram inquietações em grupos sociais, principalmente aqueles formados por jovens.

A obra “Primavera silenciosa” (Silent Spring), publicada em 1962, pela jornalista Rachel Carson, se tornou um clássico na história do movimento ambientalista. O tema central dessa obra apresenta a perda da qualidade de vida da humanidade, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais.

Em 1968, foi fundado em Roma, o “Clube de Roma”, que é formado por especialistas em diversas áreas das ciências e por empresários, os quais passaram

a discutir a crise da humanidade. Esse clube lançou, em 1972, um relatório intitulado “Os limites do crescimento”, que denuncia o crescimento da sociedade a qualquer custo, sem levar em conta o modelo econômico vigente e muito menos a observância da exploração das riquezas naturais, da pobreza em meio à abundância. Naquela época, muitos manifestos contra os problemas ambientais já se faziam ouvir em diversas partes do planeta.

As conferências internacionais citadas a seguir são processos contínuos que desencadeará - numa parte da sociedade - um olhar sistêmico em relação ao planeta Terra. Essas foram ocorridas em diversas regiões do mundo e serão apresentadas de forma cronológica, com o intuito de demonstrar como a educação ambiental foi ganhando espaço, adquirindo novos conceitos e sendo integrada às outras ciências. Num segundo momento, far-se-á um breve histórico de algumas ações nacionais voltadas à educação ambiental e que, também, tiveram relevância no cenário nacional para a formulação de documentos e práticas educacionais sistematizadas.

2.2.1 Ações internacionais

- CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

A Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano ocorreu em 1972, na Suécia, ficando mais conhecida como a Conferência de Estocolmo.

Foi um momento decisivo para a abordagem ambiental. “Os problemas ambientais tomaram uma primeira importância desde que foram difundidos ao mundo por ocasião dessa conferência.” (LEFF, 2001, p.89).

Mediante a Declaração de Estocolmo - um conjunto de princípios para o manejo ecologicamente racional do meio ambiente - além de incorporar as questões ambientais na agenda internacional, representou o início de um diálogo entre países industrializados e em desenvolvimento, a respeito da vinculação existente entre o crescimento econômico, a poluição da água, dos rios e dos oceanos, o ar e o bem-estar dos povos de todo o mundo. Neste período, também, haviam os movimentos

ambientais organizados, como por exemplo, o Green Peace, que se caracterizou por uma ação de Guerrilha Verde.

Nesse sentido, o Princípio nº 19 da Conferência de Estocolmo destaca que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigido tanto às gerações jovens como aos adultos, e que preste devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de uma opinião bem informada e de uma conduta de indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em toda a sua dimensão humana. (apud DIAS, 2000, p.369-373).

A partir dessas declarações, a educação ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógica, sendo essa ação, uma forma de combate à crise ambiental. Dessa forma, a Recomendação de nº 96 do Plano de Ação aprovado em Estocolmo destaca que:

[...] se enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar que envolva todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, jovem e adulto indistintamente, com vistas a ensinar-lhes as medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar o seu meio. (apud DIAS, 2000, p.106-108).

Esse, então, foi um momento histórico, e o marco inicial das discussões ambientais voltadas para a prática educativa. Essas discussões passaram a se desencadear, como por exemplo, a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) da UNESCO e PNUMA, em 1975, destinado a promover junto aos Estados Membros, a reflexão, a ação e a cooperação. A primeira etapa desse Programa permitiu o planejamento e a aplicação de uma série de programas decisivos, para a organização da primeira conferência intergovernamental sobre educação ambiental em 1977, em Tbilisi, Geórgia (ex-URSS).

- CONFERÊNCIA DE BELGRADO

Ocorreu em 1975, Belgrado, Iugoslávia, e foi organizada pela UNESCO. Nessa Conferência foram sendo estruturados conceitos sobre educação ambiental, através do intercâmbio internacional de opiniões, pois contou com a participação de sessenta e cinco países.

Nesta Conferência foram discutidas as necessidades emergenciais para uma nova ética mundial que assegurasse um desenvolvimento econômico que viesse erradicar a miséria, a fome, o analfabetismo, a poluição e a exploração humana. Foi redigida a Carta de Belgrado, que aponta para uma educação ambiental contínua e multidisciplinar.

- CONFERÊNCIA DE TBILISI

Esta Conferência ocorreu em 1977, em Tbilisi, Grécia, e desencadeou os primeiros passos para uma educação ambiental sistematizada em escala mundial, onde para a maioria dos países foi uma etapa inicial, estabelecendo as bases conceituais e teóricas. Contribuiu para especificar a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos, características e estratégias, tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Uma das recomendações é que a educação ambiental deve ser acessível para indivíduos de todas as idades, de níveis de educação formal e não-formal (extra-escolar) e para todos os grupos sociais e profissionais. É um processo permanente - sem término - onde há uma renovação constante de conteúdos e métodos, apresentando conhecimentos amplos e variados, em consonância com o próprio entorno.

A Declaração de Tbilisi reafirma à Declaração de Estocolmo quanto à necessidade da humanidade defender e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Na Recomendação nº 1, item 9, destaca que:

A educação ambiental deveria destinar-se a grupos de todas as faixas etárias e sócio-profissionais da população; um público não especializado composto de jovens e adultos, cujos comportamentos cotidianos influenciam decisivamente na preservação e na melhoria do meio ambiente; grupos sociais específicos cujas atividades profissionais incidam sobre a qualidade do meio; cientistas e técnicos cujas pesquisas e práticas especializadas constituam a base de conhecimentos na qual se fundamentam a educação, a formação e a gestão eficaz relativas ao meio ambiente. (apud DIAS, 2000, p.106-108).

Foram apresentadas no documento final desta Conferência, quarenta e uma Recomendações, que visam estratégias para a melhoria ambiental, através do plano de ação de educação ambiental para o mundo. Foi destacado, também, que

os meios de comunicação desempenham um papel fundamental, isto é, um grande potencial para a missão educativa.

Neste sentido, a Recomendação nº 14 tem um enfoque voltado à responsabilidade das atividades profissionais, ou seja, a observância de cada atividade profissional e as repercussões dessas com o meio, orientando aqueles que estão se qualificando como profissionais, para atuarem como sujeitos responsáveis com o processo de mudança ambiental.

Recomenda aos Estados Membros que os programas de estudos destinados àqueles que recebem formação técnica e profissional abranjam informações sobre as mudanças ambientais resultantes de sua atividade futura. Alterada dessa maneira, a formação profissional técnica deve expor mais claramente as relações existentes entre as pessoas e seu meio social, físico e cultural, bem como despertar o desejo de melhorar a qualidade do meio ambiente, influenciando no processo de tomada de decisões. [...] Que a formação técnica enfatize principalmente, as repercussões de cada atividade profissional no meio ambiente; e, o efeito global que as atividades profissionais conexas produzem no meio ambiente. Esses objetivos podem ser alcançados da seguinte forma:

- incorporando o estudo de objetivos ambientais na formação prática de quem já trabalha no setor; e,
- integrando o estudo dessas questões desde o início da formação técnica e profissional;
- convocando a UNESCO a adotar, em cooperação com o PNUMA e outros organismos das Nações Unidas envolvidos no assunto, as medidas apropriadas para garantir que será dada a devida atenção à educação ambiental da formação profissional, especialmente ao preparar seus programas. (apud DIAS, 2000, p.106-108).

Assim, a Conferência concedeu a condição de um modelo ético, ao reconhecer para todo o cidadão o direito à educação ambiental.

Decorridos vinte e seis anos desde a Conferência de Tbilisi, muito das sugestões/recomendações que foram apresentadas como propostas e planos de ação para a melhoria ambiental não foram colocadas em prática na sua totalidade, uma vez que falta interesse ou empenho dos segmentos da sociedade, onde cada qual privilegia seus interesses e muitos, ainda, utilizando-se dos conceitos da economia clássica - privatizar benefícios, socializar prejuízos. Ao tentarem maximizar os lucros, as pessoas, as empresas e as instituições externalizam todos os custos sociais e ambientais. A quebra dessa estrutura se tornou o grande desafio de que trata o documento final da Conferência de Tbilisi, pois é algo difícil de ser

conquistado, em um curto espaço de tempo, mas se faz necessário e urgente a sensibilização das pessoas para que as mudanças aconteçam.

De acordo com os documentos apresentados na Conferência, a sensibilização deve ser o ápice da educação ambiental. Assim sendo, não basta montar bons programas curriculares para a educação ambiental, mas sim, a preparação de um corpo docente, que seja capaz de educar através da ação e da prática, que seja motivador às mudanças. Diante disso, faz-se importante ressaltar a finalidade da educação ambiental, conforme o Informe final da Conferência de Tbilisi, que destaca:

A educação ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve, ainda, aproveitar o essencial da força da iniciativa dos alunos e de seu empenho na ação, bem como se inspirar nas preocupações tanto imediatas quanto futuras. (apud, DIAS, 2000, p.106-108).

O Informe final traz, ainda, a incorporação da educação ambiental nos sistemas de educação - estratégias e modalidades, enfatizando que:

Não deve ser uma matéria a mais que se acrescenta aos programas escolares, mas deve, sim, incorporar-se aos programas dedicados a todos os estudantes, seja qual for sua idade [...] esta tarefa exige a aplicação de novos conceitos, métodos e técnicas no programa de um esforço global que se encaixe no papel social desempenhado pelas instituições educativas, bem como a criação de novas relações entre todos os participantes do processo educativo. (apud DIAS, 2000, p.106-108).

Assim, incluir a educação ambiental nos programas educacionais - não como uma disciplina isolada, mas fazendo parte das demais disciplinas - é uma excelente estratégia, pois o tema ambiental estará perpassando todas as ciências, fazendo com que o aluno possa ter uma visão sistêmica do meio em que vive, e mostra qual a interferência e a relação existente dentro do processo, porém, há necessidade ainda de se preparar os educadores, pois muitos ainda não sabem como trabalhar o tema meio ambiente dentro da sua disciplina e, menos ainda, fazer o uso da transversalidade. Os temas transversais e a interdisciplinaridade serão tratados posteriormente, ao se analisar o processo didático pedagógico.

- SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COSTA RICA

Esse Seminário foi realizado em 1979, em San Jose, Costa Rica e promovido pela UNESCO, teve como objetivo principal discutir a educação ambiental para a América Latina. As discussões foram realizadas com base nas reuniões anteriores e, principalmente, nas Recomendações expressas nos documentos finais de Tbilisi.

Nesse Seminário, a educação ambiental foi caracterizada como o resultado de uma re-estruturação e colaboração entre diferentes disciplinas e experiências educacionais. É importante ressaltar que, mais uma vez, a educação ambiental não deve ser uma proposta isolada, mas sim, estar em sintonia com as demais disciplinas. Portanto, ver através da educação ambiental um processo, é se ter uma visão de tempo, em que a sensibilização dos indivíduos é uma das etapas do processo de amadurecimento, vindo em seguida uma revisão dos valores e atitudes para poder se conscientizar e, por fim, chegar a uma atitude (ação) para a transformação. Isso só será possível, a partir do momento em que o indivíduo tiver um comportamento de consumo diferente daquele que, atualmente, lhe é apresentado.

- 2º CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE MOSCOU

Realizou-se em Moscou, Rússia, em 1987, onde se reuniram trezentos especialistas de cem países. Na ocasião foram reiterados os conceitos da Conferência de Tbilisi - onde foram tratados os objetivos e os princípios da educação ambiental.

O documento elaborado a partir deste Congresso foi composto de duas partes, sendo que na primeira apresenta necessidades e prioridades do desenvolvimento da educação e formação ambiental e na segunda aporta elementos para uma estratégia internacional de ação para a década de 90 (nesta época, a então União Soviética vivia o início da *Perestroika* e da *Glasnost*. Os temas como “desarmamento”, “acordos de paz entre URSS e EUA”, “democracia e liberdade de opinião” permeavam as discussões entre os presentes desse evento).

Além desse documento, foram analisados, também, as dificuldades encontradas e os progressos alcançados pelos países em relação à educação ambiental. Diante disso, foi unânime a decisão da necessidade de uma educação ambiental voltada à promoção de sensibilização, conscientização, transmissão de informações, ao desenvolvimento de hábitos, habilidades, valores, estabelecimento de critérios e padrões e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, a educação ambiental deveria objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivo e afetivo.

Uma das observações apresentadas neste Congresso que gerou polêmica foi verificar a pobreza sócio-econômica de muitos países. Para os especialistas participantes do evento, há necessidade urgente em resolver os problemas sócio-econômicos para, posteriormente, resolver os problemas ambientais. Continuando, eles dizem que um pode ser a causa do outro – isso é, não somente a pobreza leva à deterioração dos recursos naturais, como também, o alto padrão de consumo produz impactos negativos ainda maiores⁸.

O Congresso sugeriu, ainda, a realização de outros eventos internacionais sobre educação ambiental, com o propósito de avaliar os avanços alcançados, estabelecer prioridades e os meios de ação para um plano em matéria de educação e formação ambiental, na primeira metade do século XXI.

- SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este Seminário foi realizado em Buenos Aires, Argentina, em 1988, promovido pela UNESCO e PNUMA. Dentre as Recomendações para a elaboração de um programa de educação ambiental de acordo com a realidade dos países, de forma às ações mais efetivas, foram destacadas:

⁸ Nesta década, mais precisamente a partir de dezembro de 1983, a Primeira Ministra da Noruega, Harlem Gro Bruntland, iniciou com um grupo de especialistas a redação do Relatório Mundial “Nosso Futuro Comum”, onde analisa as principais questões sobre meio ambiente e desenvolvimento, o qual foi publicado em 1987. Esse documento passou a ser referência para os debates a serem consolidados com a realização da Rio-92.

Recomendação nº 3 - Que a educação ambiental se adapte às características culturais e específicas das populações envolvidas no processo educativo.

Recomendação nº 4 - Que se tenha presente o papel desempenhado pela mulher na sociedade e no desenvolvimento. (apud DIAS, 2000, p.156-157).

Portanto, trabalhar a educação de acordo com as especificidades de cada região é pertinente, pois educar é dar sentido às coisas e, isso só ocorre, quando se está diante de fatos concretos de nosso cotidiano. Porém, a relevância demonstrada na Recomendação nº 4 - em relação à mulher - parece ser um pouco contraditório, uma vez que falar em igualdade, em sujeitos cidadãos - formados por homens e mulheres - desnecessário parece, falar particularmente na mulher.

Nos intervalos entre um evento e outro, ocorreram manifestações e ações por parte da iniciativa privada ou governamental, com novas propostas e ações concretas para a melhoria ambiental. Dentre elas pode-se citar, que em 1991, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o PNUMA e o Fundo Mundial da Natureza (WWF), lançaram em mais de sessenta países, inclusive no Brasil, a nova estratégia para o futuro da vida, por meio de uma publicação intitulada “Cuidando do planeta Terra”. O objetivo foi ajudar a melhorar as condições de vida do planeta, através da definição de duas exigências fundamentais:

- assegurar um amplo e profundo compromisso com uma nova ética ambiental;
- integrar conservação e desenvolvimento (a conservação para limitar as nossas atitudes à capacidade da Terra e o desenvolvimento para permitir que as pessoas possam ter vida longa e saudável - plena em todos os lugares do planeta). Essa consciência ou “cidadania planetária” passou, após alguns anos, a tomar conta de certos grupos – as ONG’S - que foram criadas para trabalhar em prol ao meio ambiente. Mesmo assim, há grupos contrários à esses movimentos, pois vêem ameaçados seus patrimônios, a fonte de exploração, que muitas vezes, são recursos naturais.

- RIO 92

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, oficialmente denominada de Conferência de Cúpula da Terra, realizou-se no Rio de Janeiro, Brasil, no período de 3 a 14 de junho de 1992, reunindo cento e oitenta e dois países, com cento e três Chefes de Estado.

A ECO-92 ou RIO-92, foi um evento de grande importância política, tanto devido à presença de inúmeros Chefes de Estado, quanto pelos cinco Acordos que foram firmados, quais sejam, “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente”, que reafirma a Declaração de Estocolmo; “Agenda 21 e os meios para sua implantação”; “Declaração de Florestas”; “Convenção (quadro sobre mudanças climáticas); “Convenção sobre Diversidade Biológica”.

Outros eventos paralelos ocorreram durante a RIO-92. Um organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que teve como principal objetivo socializar as ações de educação ambiental no Brasil e, também, em outros países. Neste evento foi aprovado o documento intitulado “Carta Brasileira para Educação Ambiental”. Outro, coordenado por grupos da sociedade civil, a educação ambiental foi citada a partir dos pressupostos metodológicos até agora mencionados nos documentos da UNESCO, como referencial para ser utilizado no ensino formal e não-formal.

A Jornada Internacional de Educação Ambiental, outro evento paralelo à Rio-92, obteve bom resultado ao criar o “Tratado de Educação Ambiental”, para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global.

O modelo de desenvolvimento global é contestado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Assim sendo, foi apresentado um novo modelo para um desenvolvimento sustentado e, a criação da Agenda 21 passou a ser um marco para o plano de ação para a sustentabilidade humana. A educação ambiental foi avaliada como prioridade para a busca desse novo modelo de desenvolvimento almejado.

As premissas da Conferência de Tbilisi mais uma vez foram corroboradas através da Agenda 21, definindo as áreas de programas de educação ambiental, reorientando a educação para o desenvolvimento sustentável. Este documento possui

a forma de guia orientador de ações, atores e metodologias para a obtenção de mecanismos institucionais, para a implementação e o monitoramento de programas voltados para governos e sociedades nas próximas décadas.

A Conferência do Rio centralizou sua discussão em torno dos recursos naturais renováveis, como a biodiversidade, a preservação de florestas, entre outros. Vinte anos antes - na Conferência de Estocolmo - a ênfase foi pouco diferente, onde as questões ambientais estavam pautadas nos recursos naturais não-renováveis, como por exemplo, o petróleo.

Assim, ao promover a sensibilização/conscientização ambiental, os países, as escolas e/ou instituições adequadas, bem como as organizações internacionais devem empreender dois esforços principais: "a universalização da educação básica para a diminuição do analfabetismo" e, "o ensino de educação ambiental desde idade infantil até a idade adulta, valorizando tanto a educação formal, quanto à educação não-formal" (Agenda 21, cap. 36, seção IV).

- CONFERÊNCIA DE THESSALONIKI

Ocorreu em 1997, na Tessalônica, Grécia, promovida pela UNESCO e o governo da Grécia, tendo como tema "Ambiente e Sociedade". A discussão principal foi pautada em educação e conscientização pública para a sustentabilidade.

Como em todas as demais conferências, nesta também foi elaborado um documento "Declaração de Tessalônica", fazendo parte da elaboração do mesmo, representantes de Organizações Governamentais (ONG), de Organizações Não-Governamentais (ONG'S) e da sociedade civil de mais de oitenta e três países. Essa declaração enfoca uma visão interdisciplinar para ações compartilhadas - educação para um futuro sustentável.

Neste evento, foram analisadas as conferências anteriores, bem como, os documentos com recomendações/orientações publicadas pelas mesmas, onde foi reconhecido que a educação ambiental não foi desenvolvida suficientemente. Dessa forma, foi reiterada a importância da educação ambiental no processo de sensibilização/conscientização pública para a sustentabilidade, através de um processo de aprendizagem coletiva, com a participação de todos os segmentos da sociedade. "As recomendações e planos de ação em educação ambiental das

Conferências de Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Moscou (1987) são, todavia, válidas e, ainda, não totalmente exploradas.” (IBAMA/UNESCO).

A orientação foi dirigida, também, para a mudança de vida dos homens, isto é, buscar alternativas de consumo em diversos setores cruciais e uma mudança rápida e radical em comportamentos e estilos de vida, incluindo-se aí as mudanças no padrão de consumo e produção. Estes eventos tiveram destaque internacional, pelo seu caráter organizativo e estruturador dos pressupostos de educação ambiental.

Além dessas, diversas outras conferências ocorreram e vêm ocorrendo no mundo, como por exemplo: ‘Conferência Mundial de Jomtien’ (Tailândia-1990); ‘Educação para Todos’, a ‘Cúpula das Américas’, (Estados Unidos-1994); ‘Educação e o Desenvolvimento Sustentável’ e ‘Rio+10’; ‘Cúpula Mundial de Joanesburgo’ (África-2002); ‘Meio Ambiente e Desenvolvimento’. Ressalte-se que todas têm em comum a melhoria da qualidade de vida do planeta e da humanidade, perpassando pela educação como fator chave para a mudança de comportamento dos homens.

Pode-se constatar que em todos esses documentos dão a impressão de ações fáceis a serem praticadas, que podem e devem ser aplicadas em todas as partes do planeta, bastando apenas “boa vontade”. A problemática ambiental não é neutra nem alheia aos interesses econômico-sociais, devendo ser revista e analisada a diversidade cultural e ecológica das nações. (LEFF, 2001).

Contudo, o que deixa a desejar é a falta de discussão desses encontros e as suas propostas voltadas à ação, como por exemplo, ao adotar certas recomendações e planos de ação de um documento, esse deve ser bem divulgado, como é o caso das Recomendações de Jomtien, que foram incluídas nas propostas de educação ambiental no Brasil. Este é apenas um dos exemplos, pois dentre tantos planos apresentados, nenhum deles conseguiu mudar o modelo consumista de alguns países ricos.

Mesmo assim, vale ressaltar o que foi de maior relevância nessas Conferências, como por exemplo, os avanços técnicos apresentados nos pressupostos pedagógicos e, que são discutidos e avaliados por diversos educadores que possuem uma ação crítica e inovadora em suas atividades práticas pedagógicas, tornando possível, um avanço na educação ambiental.

A educação ambiental internacional tem como marco as Declarações Internacionais, específicas e derivadas das reuniões promovidas pela UNESCO e PNUMA. Entre elas destacam-se aquelas com temas relevantes e que estão sendo usadas como parâmetro para a construção de propostas pedagógicas, quais sejam: Belgrado – educação ambiental contínua e multidisciplinar (holística); Tbilisi – educação ambiental de caráter interdisciplinar no âmbito formal e não-formal (científica); Moscou – educação ambiental na busca de hábitos, habilidades e valores (moral e política).

Além das Declarações, há também, as declarações e cartas de intenções. Há inúmeros documentos legais e referenciais internacionais, mas ainda não se achou o objeto que pode servir de parâmetro para a adoção da educação ambiental.

2.2.2 Ações nacionais

No Brasil, mesmo com muitos projetos em andamento, no que se refere à preservação ambiental, os estudos demonstram que a Mata Atlântica tem duzentos e cinquenta e sete espécies ameaçadas de extinção, só no Estado do Rio de Janeiro. (RIPPER, 2003, p.24-31).

Meninos e meninas, na faixa etária de 7 a 17 anos, trabalham em carvoarias, que é uma atividade que causa desastre humano e ambiental. (RIPPER, 2003, p.24-31).

Diante disso, após a Rio 92, Conferência Internacional promovida pela UNESCO, muitas ações ambientais foram colocadas em prática, no entanto, conforme os fatos citados acima, faz-se necessário uma ação mais conjunta das iniciativas públicas e privadas, para uma maior eficácia da adoção nos modelos de educação ambiental. Nessa Conferência, a educação ambiental foi caracterizada por incorporar a dimensão sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições de cada país.

Foram realizados vários encontros técnicos, em diversas regiões do País, com o intuito de discutir estratégias para a implantação da educação ambiental, mas

devido o extenso território, faz-se necessário conhecer a realidade de cada região para implantar propostas e ações concretas.

Assim, apresentar-se-á alguns acontecimentos de caráter nacional, uma vez que, a partir desses foram elaborados documentos que serviram e servem como embasamento para as propostas pedagógicas em educação ambiental formal e não-formal. A promoção de eventos nacionais veio favorecer o envolvimento de pessoas nos movimentos sociais, culturais e ambientais, uma vez que é falado sobre a realidade local.

Desde a década de 20, movimentos anteriores já vinham acontecendo, como por exemplo, o surgimento do Movimento Conservacionista Brasileiro, através de biólogos, antropólogos e engenheiros florestais, que começaram a se organizar e promoveram o Primeiro Congresso Brasileiro de Conservação da Natureza.

Mais tarde, na década de 50, surgiu a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN).

Reigota (2000, p.14) enfatiza que “[...] a educação ambiental brasileira é uma das melhores e mais pertinentes do mundo”. E isso vem de um processo histórico, uma vez que os movimentos ambientalistas no Brasil têm cerca de trinta anos, mais ou menos da década de 70.

Nos anos 70, começaram a surgir entidades ligadas aos problemas relacionados com a defesa de rios, lagos, bairros, etc. e, a partir daí, o movimento ambientalista fica fortalecido com a chegada de exilados políticos, que também criaram o Partido Verde. Nessa década, também, na Conferência de Estocolmo, pela primeira vez ONG'S participaram das discussões sobre meio ambiente e, com isso, foram se formando essas organizações.

Em 1973, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), ligada ao Ministério do Interior. A partir daí, é iniciada de maneira oficial, as propostas de educação ambiental para o Brasil. Essa Secretaria iniciou um estudo para definir o papel da educação ambiental no País e, em 1981, edita a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esse documento foi elaborado pautado nas Recomendações da Conferência de Tbilisi. Um dos princípios dessa Lei é para que a "educação ambiental seja para todos os níveis de ensino, inclusive a

educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-los para a participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Em seguida foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), além de outros organismos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através da junção da SEMA, SUDEPE, entre outros organismos públicos.

Aponta Reigota (2000, p.17), que “o intenso debate político-cultural do final dos anos 70, início dos anos 80, foi de fundamental importância para a formação de muitos profissionais da educação ambiental da minha geração”.

No Brasil, principalmente na década de 80, os eventos ligados a temas ambientais tiveram como um dos promotores os organismos públicos ligados ao meio ambiente.

Na década de 90, dá-se a chegada das entidades ambientalistas internacionais, que começam a se instalar no País, como *Gree Peace*, por exemplo.

- I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE

Ocorreu em 1986, em Brasília, Distrito Federal. Nesse encontro foram analisados os documentos internacionais (Estocolmo, 1972 e Tbilisi, 1977). O tema principal do Seminário foi a “Inserção da Temática Ambiental no Ensino Superior”, porém, não houve elaboração de documentos relevantes. O que ficou acordado foi a organização deste evento para os próximos anos, com o objetivo de discutir e disseminar novas idéias sobre meio ambiente.

Em 1987, o Seminário se realizou em Belém, Pará. Durante o evento, foi criada uma comissão denominada de “Universidade e Meio Ambiente”, que era composta por representantes das Universidades Federais e do IBAMA.

E assim, esses eventos continuaram acontecendo, chegando em sua quinta edição, no entanto, o tema ambiental ficou envolto mais no campo filosófico do que em ações concretas. Com isso, o que de verdade se efetivou foi a inclusão obrigatória das disciplinas Ciências Ambientais, Saneamento Básico e Saneamento Ambiental, nos cursos de Engenharia e Engenharia Sanitária.

Ainda em 1987, como decorrência do que vinha acontecendo no mundo, bem como as exigências do mercado internacional, o Brasil passou às ações de fato, como por exemplo, os eventos universitários com a produção de materiais didáticos orientadores e a iniciativa de profissionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que traduziram e publicaram o Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”, disseminando a informação sobre o desenvolvimento dos países e a relação com a economia⁹.

- I ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

Ocorreu em Recife, Pernambuco, em 1989. Foi uma promoção do IBAMA e Universidade Federal de Pernambuco. Contou com a participação, principalmente, de professores de universidades federais e representantes governamentais da área ambiental, sem que, efetivamente, as discussões fossem levadas às ações.

Faz-se necessário ressaltar que, mesmo sendo eventos que, aparentemente, não tiveram muito sucesso na elaboração de documentos e na participação de público, seus acontecimentos foram importantes pelo fato de “plantar sementes”, isto é, a disseminação de ideais começa a ser construída com pessoas que são agentes de informação.

- ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS E METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esse evento ocorreu no período de 25 a 29 de novembro de 1991, em Brasília (DF), sendo uma promoção do MEC e da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA). Sua importância foi, principalmente, por haver sistematizado informações para a elaboração de propostas direcionadas em como priorizar a educação ambiental, e ser pautada em palavras-chave como ‘cidadania’, ‘educação continuada’, entre outras.

⁹ Esta Comissão foi criada pela Organização das Nações Unidas. Dois anos antes, em 1985, representantes da Comissão Brundtland visitaram o Brasil para avaliar os principais problemas sociais e ambientais do País.

Várias propostas foram sugeridas e acatadas, conforme documento do Encontro. Ficou acordado, também, que essas Recomendações, serão discutidas nos Encontros Técnico-Regionais. Dentre elas pode-se destacar:

- resgate da memória histórica, cultural, antropológica e geopolítica na perspectiva do exercício da cidadania e da participação na construção de uma sociedade justa e democrática.
- que em sua abordagem sejam considerados os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.
- que tenha como objetivo um processo de sensibilização e de conscientização.
- que cumpram as diretrizes para a educação ambiental estabelecidas pela UNESCO na Conferência de Tbilisi.
- que seja valorizado o exercício pleno da cidadania em relação ao meio ambiente, objetivando assegurar o direito a uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.
- que o professor faça parte do processo de sensibilização, pois é o principal agente promotor da educação ambiental. (MEC/SEMAM, 1991).

Em 1992, foram criados os Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA. Esses passaram a desenvolver atividades de educação ambiental dentro das redes de ensino, através de palestras, visitas orientadas com grupo de alunos e professores. Aqueles do ensino formal continuavam o processo em sala de aula. Uma parceria que vem contribuindo para desenvolver a ética ambiental nos jovens e crianças das redes de ensino pública e privada.

A década de 90 foi o grande marco para a educação ambiental, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO-92, aonde mais uma vez veio corroborar as Recomendações de Tbilisi.

Em conjunto com as ONG'S e Universidades, o MEC contribuiu num evento paralelo à RIO-92, na redação da “Carta Brasileira de Educação Ambiental”, que abarca muitas recomendações e, dentre elas, destaca-se:

f) O MEC, em conjunto com as instituições de Ensino Superior (IES), defina metas para a inserção articulada da dimensão ambiental nos currículos, a fim de que seja estabelecido o marco fundamental da implantação da educação ambiental no 3º grau.

g) As discussões acerca da inserção da educação ambiental no ensino superior sejam aprofundadas, devido à sua importância no processo de transformação social. (DIAS, 2000, p.489).

Estas duas recomendações, que tratam, especificamente, da inclusão da temática ambiental nos cursos superiores, ainda estão aquém da proposta, visto que muitos cursos ainda não introduziram uma disciplina específica ou trabalharam como tema transversal.

Se a pretensão é melhorar o convívio do homem com a natureza, faz-se necessário, primeiramente, a introdução da informação para uma sensibilização e, posteriormente, um processo de conscientização para conquistar a ação, que poderá ocorrer no momento em que esses profissionais entram no mercado de trabalho.

[...] Ao Técnico em Meio Ambiente caberá, nos hospitais, aplicar ações relativas ao saneamento básico, ao lixo hospitalar, à economia de energia, etc.; na indústria automobilística estará ocupado com a reciclagem e reaproveitamento de materiais; nos órgãos governamentais poderá auxiliar na elaboração de projetos e em aplicações de normas ligadas ao controle ambiental, etc. (LANGE e RATTO, 2000, p.32).

Essas competências apresentadas para o Técnico em Meio Ambiente são hoje muito importantes, pois fará a diferença para um profissional competente. No entanto, pode e deve ser atividade pertinente a todos os profissionais, cada qual em sua área de atuação, estando atentos ao que pode ser feito para minimizar as situações que poderão vir a prejudicar o meio ambiente e, conseqüentemente, a toda a sociedade.

Outros documentos foram escritos, como por exemplo, “Compromissos das Cidades”, que é uma declaração conjunta das cidades e autoridades locais, que foi adotada para ser apresentada durante a realização da RIO-92, onde aparece a Carta “Compromisso de Curitiba”. Esse compromisso está centrado em um desenvolvimento sustentável das cidades.

- I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ocorreu em Brasília, Distrito Federal, em 1997, e foi promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBAMA, MEC e ONG’S.

Para a realização dessa Conferência foi elaborado, previamente, um questionário para analisar como as pessoas constatarem e/ou o que elas conhecem e

definem como meio ambiente e a educação ambiental no Brasil, servindo para nortear as discussões do evento. Dentre as respostas obtidas e analisadas, Dias (2000, p.186-188) destaca:

“A análise social reducionista baseada na Biologia, ignorando os aspectos políticos e históricos da sociedade.”

“Os processos não-formais da educação são privilegiados.”

“A educação ambiental é conceitualmente reduzida e se confunde com a Ecologia.”

Dessa forma, durante os debates ocorridos no evento, foi elaborada a “Declaração de Brasília para Educação Ambiental”. O documento é uma síntese para o cenário nacional, em que são apresentados os problemas e algumas propostas. Além do documento macro nacional, a Declaração conta, ainda, com mais cinco documentos regionais temáticos, que são:

- 1) a Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentado
- 2) a Educação Ambiental Formal: papel e desafios
- 3) a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental (metodologia e capacitação)
- 4) a Educação Ambiental e as Políticas Públicas - Programa Nacional para Educação Ambiental (PRONEA)
- 5) a Educação Ambiental, Ética e Formação da Cidadania: Educação, Comunicação e Informação da Sociedade. (DIAS, 2000, p.180-192).

Após os eventos de debates sobre a temática ambiental (Belgrado, 1975, Estocolmo, 1972, Tbilisi, 1977, Rio-92, 1992), ainda, uma parte da sociedade brasileira desconhece o que esses documentos informam - aqui citado apenas o fato de o indivíduo ter a informação. Isso veio se confirmar quando do estudo elaborado em 1977, na realização da Conferência, não há disseminação da informação. Portanto, o brasileiro, independente de seu grau de escolaridade, não consegue estabelecer uma ligação entre o atual estilo de desenvolvimento adotado no País, com os problemas ambientais observados em diversas localidades do território nacional. (DIAS, 2000, p.106-113).

Assim, a realização de cursos para professores e técnicos da área ambiental, com material didático (livros, cartilhas, vídeos, etc) e elaboração de leis e decretos, proporcionado pelos organismos públicos, vem sendo de grande contribuição para o resgate da cidadania do indivíduo, durante a trajetória de

discussões sobre a educação ambiental. Para Dias (2000), a educação ambiental foi mais difundida através da educação não-formal, uma vez que os organismos públicos ligados à área ambiental se imbuíram dessa tarefa, obtendo alguns resultados positivos, através de atividades de capacitação e sensibilização de comunidades.

Já, as escolas que atuam com o ensino formal, levaram mais tempo para trazer a temática ambiental para sala de aula¹⁰. As disciplinas que abordavam a temática ambiental eram Ciência e Biologia. (REIGOTA, 1994).

A escola é um local privilegiado para a realização da educação ambiental, desde que se dê oportunidade à criatividade. Embora a Ecologia, como a Ciência, tenha uma importante contribuição a dar à educação ambiental, ela não está mais autorizada que a História, o Português, a Química, a Geografia, a Física, etc. (REIGOTA, 1994, p.25-26).

Diante disso, em 1987, foi editado pelo MEC, o Parecer nº 226, divulgando a necessidade de inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus.

Na esfera da educação escolar, a temática ambiental, na maioria dos casos, é tratada, ainda, de modo pontual, em atividades extracurriculares e, quando trabalhada no currículo, é apenas na sua dimensão biológica. A visão de que a questão ambiental só pode ser compreendida e apreendida pela via da interdisciplinaridade, apesar da sua aceitação quase unânime, ainda é pouco praticada.

O Brasil, assim como em outros países, sofreram e sofrem com os problemas de degradação ambiental. “Os sérios problemas de poluição hídrica e atmosférica, do lixo, do barulho e da favelização, dentre tantos outros, parecem insolúveis.” (OLIVEIRA, 2000, p.66). Há que ressaltar que esses e muitos outros problemas ambientais são decorrentes da ação do homem.

¹⁰ Hoje existem escolas com projetos pedagógicos totalmente voltados para a formação da cidadania, mas há, também, muitas escolas com modelos educacionais completamente ultrapassados. Essas duas realidades fazendo parte do mesmo Brasil ou seria dos “Brasis”?).

No Brasil, a produção de grãos *per capita* não justifica que grandes contingentes populacionais passem fome, enquanto que o mercado de produção de alimentos para gatos e cachorros nos Estados Unidos é superior ao PIB de muitos países de terceiro mundo [...] demanda grande consumo de soja brasileira. (OLIVEIRA, 2000, p.66).

Não houve, durante muito tempo, por parte das autoridades brasileira, a preocupação com as questões ambientais, pois gerar trabalho e renda para a população, através da entrada de empresas internacionais no mercado brasileiro, era o que importava naquele momento. Neste sentido, Buarque (1990, p.15) aponta que “criamos o poder de destruição planetária, mas não criamos uma consciência planetária”.

As mazelas que ainda vêm ocorrendo são muitas, [...] os interesses políticos, sobretudo das indústrias de patentes, onde as pressões econômicas imperam, têm demonstrado profundas distorções frente às necessidades e conveniências da grande maioria. (OLIVEIRA, 2000, p.66).

Esses fatos levam à degradação do meio ambiente, onde há mais pessoas sem alimento e moradia, onde animais são mortos para retirar apenas o couro para a venda no mercado internacional. Fatos concretos que são apresentados diariamente através dos mais variados meios de comunicação demonstram que muitas práticas negativas frente ao meio ambiente são cometidas, mesmo existindo legislações proibitivas, discursos de políticos, entre outros. Contudo, ainda, existem pessoas que vislumbram um mundo melhor e fazem uso da sua cidadania, para desenvolver uma ética ambiental, levando a educação ambiental para uma ação transformada na prática.

Está claro que para a sociedade civil, uma parte da sociedade jurídica e estatal, o crescimento a qualquer preço está longe de expressar uma mudança em qualidade do tipo de desenvolvimento que se quer alcançar. A busca de diretrizes para uma política de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais deve pautar-se pelo estabelecimento de uma nova ética, que exige novas reflexões e ações sobre temas como ‘dignidade’, ‘contradições’ e ‘desigualdades’, onde a qualidade de vida seja o elemento mediador na relação sociedade/natureza.

Diante desse cenário, os empresários brasileiros vêm praticando algumas ações como forma de melhorar a relação humanitária. As empresas são constituídas por indivíduos que vêm realizando atividades reativas ou pró-ativas à gestão ambiental.

O discurso sobre ética ambiental¹¹, responsabilidade social¹² e o papel das empresas dentro deste contexto é tema na pauta das academias e nos discursos políticos e empresariais. Esse fato decorre do agravamento do processo de degradação ambiental e da mobilização popular em torno do tema, fatos esses que acabam refletindo sobre o setor produtivo, no qual se viu obrigado a tomar uma posição frente à questão ambiental.

Muitas empresas e uma camada da sociedade civil fazem sua parte frente aos novos conceitos ambientais, assim como, muitas ainda não incorporaram nem o discurso, muito menos as ações.

Porém, sabe-se que cada empresa tem por traz destas ações intenções diversas. A incorporação das empresas ao debate ambiental significa a uma sensibilização, no que se refere à conscientização da necessidade da adoção de ações efetivas sobre o processo produtivo, de forma a torná-lo menos agressivo ao meio, rompendo com a passividade e a imputabilidade do setor produtivo. Por outro lado, tal incorporação significa a transformação da questão ambiental em instrumento de proteção de mercados cativos e, em ferramenta de marketing, incentivando o consumismo, na contramão da busca de uma sociedade sustentável. (SORRENTINO, 1995, p.213).

É contraditório, muitas vezes, quando são veiculadas as campanhas para arrecadação de latas de alumínio ou de garrafas plásticas ou de outros produtos. Tais campanhas, normalmente, acontecem nas escolas, onde as crianças se tornam responsáveis em arrecadar a maior quantidade possível desses materiais e, em troca do material, a equipe vencedora recebe uma premiação. Ora, ao mesmo tempo em que se pensa no fato de “limpar as ruas”, muitas vezes não é clara a intenção e, crianças e jovens com poder aquisitivo mais elevado, acabam consumindo mais

¹¹ Ser ético significa ser esse ser responsável pela casa comum que é o Planeta Terra. BOFF, Leonardo. **Somos Deus e o satã da terra**. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb>>.

¹² Pode-se defini-la como compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que o afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo produtivamente e coerentemente o que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. ASHELEY, Patrícia Almeida (Coord^a). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

produtos para “arrecadar mais”, e essas posturas acabam por levar ao término a idéia de desenvolvimento sustentado.

A preocupação com o meio ambiente existe como postura em algumas empresas e, foi descoberta por outras, a partir de pressões da legislação, da ação de organismos internacionais e, principalmente, das ONG’S que denunciam a degradação cultural, social e ecológica.

Quando as empresas atuam dentro de padrões de responsabilidade ambiental, necessariamente, deverão contar com profissionais que saibam agir interligado com a gestão da empresa. Por isso, faz-se necessário a qualificação de pessoas, que usem de inovação e criatividade¹³.

A capacidade de uma sociedade em conduzir o processo de modernização econômica e social mede-se, entre outros aspectos, pela existência de um sistema educacional capaz de desenvolver, de tal forma, o potencial da mão-de-obra social e que essa possa satisfazer às exigências qualificacionais do sistema produtivo e também garantir a formação de cidadãos competentes. (GÍLIO, 2000, p.79).

Essa idéia de preparar pessoas de acordo com as exigências de mercado é discurso antigo que tem dubiedade. As pessoas com maior qualificação e com mais escolaridade tendem a se colocar com mais facilidade no mercado de trabalho. Entretanto, Frigotto (1999, p.27) afirma que entre o discurso e a prática educacional há muita diferença, pois há um despreparo das escolas, que acabam por reproduzir as desigualdades sociais.

Temos cada vez mais um exército de ilustrados desempregados ou subempregados. A realidade, em suma, passa a demonstrar de forma cada vez mais clara que as promessas prognosticadas da política econômica e educacional não se cumpriram (FRIGOTTO, 1999, p.27).

Buscando, ainda, reafirmar esta questão da qualificação do trabalhador, Cruz (1999, p.182) apresenta uma versão do que deve ser a educação voltada para o trabalho, em que a tendência a novos esquemas de racionalização do trabalho deverá se voltar à qualificação do trabalhador, dentro de uma perspectiva educacional-cultural humanista, na qual a exigência será pela competência nos

¹³ Esses termos, hoje, são muito usuais para a competência do trabalhador.

conhecimentos sobre o produto e pelo processo de trabalho, além de um saber empírico, proveniente de sua experiência direta com o maquinário.

Mas afinal, quais são as ações concretas da classe empresarial que podem contribuir para uma sociedade com melhor qualidade de vida? Isso representa pensar no econômico, no social e no ecológico, voltado à redução das desigualdades regionais e de renda. (SOUZA, 2002).

[...] a relação atual da classe empresarial com a questão educacional e da qualificação manifesta-se por um revisitar e rejuvenecer da teoria do capital humano, com um rosto mais social, na busca de uma maior compreensão do processo de recomposição da economia mundial. (FRIGOTTO, 1992, p.46).

Esta é uma visão positiva, onde os empresários estão pensando nas questões sociais e que a preocupação com a educação passa a fazer parte do cotidiano de alguns, a ponto de criar dentro dos espaços de produção uma área física e a contratação de professores especializados para qualificar e dar formação básica aos seus trabalhadores. Uma outra forma de interação entre escola e empresa é possível quando aquela é pensada como uma empresa, que deve produzir com qualidade para competir nos diferentes mercados e o próprio sistema escolar se transforma em um mercado competitivo. (SOUZA, 2002). Isso é muito relevante para a sociedade brasileira, mas fica uma preocupação: como é forjada essa educação? Que critérios de abordagem conceitual e procedimentos metodológicos são usados?

Nos últimos anos, a ênfase na política de formação de recursos humanos, como estratégia de competitividade e produtividade, por parte do Ministério do Trabalho (MT) e do MEC, vêm se tornando discurso nas práticas pedagógicas, principalmente aquelas que pensam em educação profissionalizante, como por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entre outras do sistema “S”¹⁴, como também, as demais escolas profissionalizantes, as quais vêm crescendo.

¹⁴ Além das instituições SENAC e SENAI, as demais que integram o sistema “S” são: SESI, SENAT, SENAR, SEBRAE e SESC.

Assim, além de pensar na educação do trabalhador, o empresário, seja do setor primário, secundário ou terciário, contam com códigos de práticas gerenciais, que estabelecem os elementos que devem fazer parte das suas atividades, programas de saúde, segurança e meio ambiente. Pode-se exemplificar, para a proteção ambiental há processos de produção de forma mais eficiente, com vistas à redução e a geração de efluentes, emissões, resíduos, energia, água, entre outros.

Para isso, conta-se com padrões éticos dentro da empresa, a qual deve, necessariamente, atuar junto com seus trabalhadores numa educação própria. Por diversas vezes, os gestores de empresas adquirem equipamentos que visam minimizar recursos naturais, como água e luz, porém não houve a preparação daqueles que utilizariam esses recursos, e, conseqüentemente, os resultados foram frustrantes. Portanto, um trabalho educacional em todos os níveis é fundamental, em qualquer momento, constantemente, para a busca de competitividade num mercado globalizado.

Diante disso, na busca do desenvolvimento sustentável, a Câmara de Comércio Internacional (CCI) definiu, em novembro de 1990, dezesseis Princípios Ambientais para, dessa forma, melhorar o desempenho das empresas na área ambiental. Três princípios serão citados, os quais apontam diretamente para fatores educacionais do trabalhador:

Princípio 01 - Prioridade Organizacional: reconhecer que a questão ambiental está entre as principais prioridades da empresa e que ela é uma questão chave para o desenvolvimento sustentado; estabelecer políticas e práticas do desenvolvimento das operações que sejam adequadas ao meio ambiente.

Princípio 04 - Educação do Pessoal: educar, treinar e motivar o pessoal, no sentido de que se possam desempenhar suas tarefas de forma responsável em relação ao ambiente.

Princípio 07 - Orientação ao Consumidor: orientar e, se necessário, educar consumidores, distribuidores e o público em geral sobre o correto e seguro uso, transporte, armazenagem e descarte dos produtos produzidos. (CCI, 1990).

Esses Princípios são pertinentes ao respeito e comprometimento com a sociedade, envolvendo o produtor, fornecedor e consumidor em uma mesma responsabilidade. Pode-se verificar que muitas empresas fazem uso dos mesmos para a comercialização e o consumidor, ao fazer uso da cidadania, observar as

orientações nas embalagens dos produtos e utilizá-las de forma correta. Este processo descrito ocorre quando todas as partes atuam dentro de padrões de respeito.

Contudo, o que se pode perceber, muitas vezes, é o esquecimento da cidadania, como por exemplo, ao jogar em lixo comum uma embalagem que pode ser re-aproveitada ou reciclada, de acordo com as orientações contidas neste produto, ou ainda, a empresa, para não obter prejuízo, deixar de declarar algumas informações importantes do produto, utilizar materiais que agredem ao meio ambiente ou que não são seguros em sua utilização, ou até mesmo, mudar data de embalagem para que a mesma seja consumida.

Há uma correlação direta entre a conscientização da sociedade e os padrões ambientais estabelecidos. Assim, quanto maior a pressão social mais restrita é sua legislação ambiental.

Os mecanismos de formalização para as exportações brasileiras estão sendo elaborados através do “selo verde” - Norma da Série ISO 14000¹⁵. Através dessas certificações, as empresas brasileiras passam a exportar para o mercado internacional com maior competitividade, uma vez demonstrado que o produto não faz uso de práticas destrutivas do meio ambiente, além de obter taxas menores de exportação. Muitas empresas estão procurando ou já obtiveram a certificação ambiental nos moldes da NBR ISO 14001¹⁶, que foi lançada oficialmente no final de 1996.

Um modelo apresentado para as empresas do setor terciário atuarem dentro de certo controle de gestão ambiental é o projeto do setor hoteleiro, onde esse busca alternativas para melhorias ambientais, através de práticas diárias executadas por todos os trabalhadores da empresa. Exemplificando, pode-se citar:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DOS HOTÉIS (ABIH)

Principal representante dos empresários da hotelaria no Brasil. Adquiriu junto ao *International Environment Initiative (HEI)* o Projeto *Environmental Action Pack*, adaptou-o à realidade brasileira e criou o Programa ‘Hóspedes da Natureza’,

¹⁵ Organização Internacional de Padronização – área ambiental.

¹⁶ Implantação da gestão ambiental.

com o intuito de implantar a gestão ambiental dentro dos hotéis, uma vez que pretende atender uma demanda, que está exigindo por parte do empresário um compromisso com a natureza.

Esse Programa demonstra os benefícios que serão gerados, também, para o empresário que adotar as práticas. Orienta os associados interessados em como adquirir equipamentos, os serviços que contribuam ambientalmente, na prestação de consultoria, e, orienta os trabalhadores para exercerem suas atividades dentro das novas práticas que estão sendo adotadas. Um dos principais objetivos do Programa é incluir o Brasil na rede de informação internacional, que promove o tema “Meio Ambiente e Turismo”, utilizando-o como ferramenta de marketing na divulgação do destino turístico - Brasil. Portanto, no que se refere ao processo de sensibilização é perceptível que o Programa utiliza a gestão ambiental para as empresas hoteleiras, como forma de melhorar a competitividade no mercado, ficando a questão de conscientização ambiental como ferramenta para atingir um foco maior - a lucratividade.

Além desse projeto para o setor de entretenimento e lazer conta-se, por parte do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas (SEBRAE), iniciativas que levam informações aos empresários, como por exemplo, o lançamento de livros de práticas dentro dos equipamentos de hospedagem, que visam melhorar a produtividade dos hotéis, com a preservação dos recursos naturais.

- FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO

No ano de 1990, a Empresa O Boticário criou uma fundação, através de uma ONG, cujo objetivo era trabalhar a educação ambiental. Em 2000, construiu o Estação Natureza, localizado em Curitiba, Paraná, recebendo em 2002, cerca de quatorze mil visitantes, para atividades de lazer e para a educação ambiental. O Estação Natureza é um espaço construído para demonstrar os principais biomas brasileiros (floresta das araucárias, campos sulinos, mata atlântica, costa, caatinga, floresta amazônica, cerrado e pantanal). Esse ambiente, através do projeto, que é museu interativo, procura sensibilizar os indivíduos para a importância de cuidados e de conhecimentos sobre a natureza.

A Fundação O Boticário, em complemento ao projeto, publicou material específicos, como vídeos, livros, propostas de atividades sobre o meio ambiente, para todas as disciplinas curriculares. Estes materiais são enviados para os professores do Ensino Fundamental da Rede Pública e Privada.

Além do projeto citado anteriormente, a Fundação produziu o Programa de Áreas Naturais Protegidas, com capacitação dos indivíduos que estão dentro do parque, com o intuito de qualificá-los para o trabalho em áreas protegidas.

- EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES (EMBRACO)

Uma indústria de compressores de Joinville, Santa Catarina, que atua no mercado internacional. Criou em 1993, o Prêmio Embraco de Ecologia, visando sensibilizar os alunos das escolas da rede pública e privada, quanto à conscientização em respeitar o meio ambiente e à responsabilidade pela preservação ambiental. A premiação é feita através de moeda nacional e entregue à escola vencedora. Somente no ano de 2001, houve a participação de setenta e quatro escolas da região Norte do Estado de Santa Catarina.

Atualmente, a empresa através desse programa financia projetos desenvolvidos por professores e alunos, para ações concretas em suas comunidades. O que é interessante observar é que a proposta pretende ir além de simplesmente limpar, arrecadar, mas sim, algo que possa ter continuidade, através de outros projetos. Os primeiros concursos eram para a elaboração de poesias sobre meio ambiente, chegando às redações, performance e, finalmente hoje, a premiação é dada aos melhores projetos ligados à área ambiental.

A EMBRACO, também, atua internamente para o controle ambiental, na utilização de equipamentos menos poluentes como, por exemplo, fez estudos através de técnicos especializados e substituiu o Clorofluorcarbono (CFC) nos aparelhos de refrigeração equipados com seus compressores. Esse fato deve ser ressaltado, pois muitas empresas fazem campanhas e programas de educação ambiental para mascarar o que realizam no dia-a-dia através de uma produção poluente.

- POUSADA ILHA DO PAPAGAIO (ROTEIRO DO CHARME)¹⁷

Localiza-se no Município de Palhoça, distante cerca de 40 Km de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com uma área de 142.000 m², recobertos de mata atlântica, tendo sido construída dentro de princípios quanto à preservação ambiental.

Proporciona conforto aos hóspedes, com soluções que reduzem o consumo de energia, com persianas sobre as janelas do restaurante e exaustores no teto. Os resíduos sólidos gerados são tratados com cuidado. Os próprios funcionários se responsabilizam (processo de sensibilização e conscientização para a mudança de atitudes) em separar o lixo orgânico destinado a compostagem, material este que pode ser reciclado. Há que se ressaltar que a receita obtida com material reciclável é revertido para as escolas da comunidade. O tratamento dos efluentes é de 100%. O princípio de preservação ambiental ocorre, também, quanto ao projeto do número de hóspedes na Pousada, que abriga, no máximo, quarenta de cada vez. (Anuário de Ecologia Expressão, 2002, p.74-75).

Dessa forma, pode-se constatar que as empresas mencionadas, além de muitas outras, estão atuando com programas ambientais voltados à comunidade, escolas da Rede de Ensino Público e aos próprios empregados. A questão ambiental passou a ser preocupação em qualquer projeto empresarial, resalta um dos sócios da Klabin, ao se referir às ações dos empresários brasileiros. Portanto, para pensar em mercado competitivo, é necessário pensar em mudanças comportamentais.

Não porque os empresários se tornaram ambientalistas de uma hora para outra, mas porque a legislação do País nesta área evoluiu muito nos últimos anos, se tornou muito mais restritiva, e a sociedade está mais exigente. (Anuário de Ecologia Expressão, 2002, p.24)

¹⁷ Roteiro do Charme é um programa direcionado a espaços de hospedagem, pautado em preservação ambiental e oferecimento de entretenimento e lazer diferenciado dos demais meios de hospedagem no Brasil. Existem poucos empreendimentos neste padrão. Este programa adotado no País, já é prática na Europa.

Dentre todas essas ações, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) orientam para vários fatores sociais e ambientais e, entre eles, comenta o processo de consumismo por parte de determinada camada social. As empresas devem pensar e agir a partir de um pressuposto básico em relação ao meio ambiente, para fazer parte de uma nova sociedade, que tem a pretensão de continuar se desenvolvendo, porém, dentro de um processo de controle. Além disso, é possível, também, como já foi demonstrado, que as empresas utilizem este material como base de atividades não-formais em educação ambiental.

2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação Ambiental

O termo “parâmetro” utilizado, inicialmente, no estudo das estatísticas, tornou-se extensivo a outros campos do saber humano, mas conservou o significado - valor calculado a partir de uma amostra - com o objetivo de caracterizar o universo onde a mesma foi tomada. Pode-se demonstrar que esses documentos elaborados pelo MEC servem como referência e que, não necessariamente, têm que ser implantados.

Os PCN's foram lançados em 15 de outubro de 1997, pelo MEC, com base na LDB, de nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, formando um conjunto de dez livros orientadores para o ensino dos temas transversais. Esses são apresentados como subsídio para apoiar o projeto das escolas, na elaboração dos seus planos curriculares.

A partir dos PCN's, a educação ambiental passou, efetivamente, a ser institucionalizada, apesar de não tratar exclusivamente da mesma. Veio incluída como um dos cinco temas transversais, que são incorporados pelas diversas áreas do conhecimento, quais sejam, Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. A obra que trata do capítulo Meio Ambiente discorre sobre a crise ambiental vivida atualmente e aponta as alternativas para tratar esse tema em sala de aula.

Em abril de 1999, o MMA promulgou a Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Cap. 1 – [...].

Art. 1 - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (MMA, 2002).

Esse entendimento já foi descrito anteriormente, nestes mesmos moldes, mas é importante ressaltar e ratificar enquanto legislação institucionalizada pelo Governo Federal, através de seus canais competentes, e que passa a orientar os programas curriculares das redes públicas e privadas de ensino no Brasil.

O art. 9 da Seção I, da Lei nº 9.705, de 1999, sobre o Plano Nacional de Educação Ambiental, especifica que essa deve ser trabalhada nos currículos de ensino formal e não-formal¹⁸. Nessa mesma Lei, é interessante observar, também, que a educação ambiental “não deve ser implementada como disciplina específica no currículo de ensino” (art. 10, § 1º). “Nos cursos de formação e de especialização técnico profissional - em todos os níveis - deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas” (art. 10, § 2º). Estes dois itens abordados nos PCN’s demonstram, na teoria, que a educação ambiental é assunto em pauta nos programas curriculares das instituições de ensino, propiciando ao direcionamento das transformações necessárias para chegar à educação crítica. (MMA, 2002).

Professores dos mais diversos campos do conhecimento têm, hoje, uma vasta literatura para incluir o tema ambiental em suas propostas educacionais, fazer inclusão não apenas como tema informativo, mas apontar e trabalhar problemas concretos vivenciados dentro da comunidade em que o aluno está inserido, problemas do bem-estar individual ou coletivo; ajustando em seu plano de ensino o tema ambiental juntamente com os conteúdos de sua disciplina. Esta é uma atividade que se constrói em conjunto com os alunos, para que ocorra por parte dos

¹⁸ Ações voltadas à sensibilização da comunidade, das instituições de ensino público e de iniciativa privada, inclusive na educação profissional.

mesmos, um comprometimento para a solução de problemas. Este modelo é chamado de transversalidade¹⁹.

Dias (2000, p.212) aponta que a educação ambiental utiliza novos métodos, os quais priorizam os problemas concretos, “a utilização do meio ambiente imediato como recurso pedagógico, a colaboração entre o pessoal docente de diferentes disciplinas e a necessidade que a escola esteja aberta à comunidade”.

Estes novos métodos de trabalho ainda não são incorporados de forma homogênea pelas instituições de ensino ou por parte de alguns professores, que têm em sua prática pedagógica a informação como acúmulo – “passar conteúdo” - sem que deste ocorra uma crítica levada à realidade do espaço em que está sendo estudado.

Um programa de educação ambiental para ser efetivo, de acordo com Dias (2000, p.216) “deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental”.

Os PCN's deixam claro o tema de meio ambiente como um assunto a ser tratado na transversalidade, portanto tema como Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual serão contemplados em todas as áreas do conhecimento, privilegiando a todos em conjunto, como alternativa à formação da cidadania.

O tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais tem como função promover uma visão ampla que envolva não só os elementos naturais, mas também, os elementos constituídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental. (MEC, 2001).

A estrutura pedagógica da educação ambiental no modelo citado através do PCN's requer, por parte dos educadores, um preparo, pois muitos continuam trabalhando seus conteúdos tradicionais (disciplinas de História, Geografia, Matemática, etc.) sem saber como fazer a relação entre os dois pontos. A transversalidade perpassada através dos conteúdos tradicionais, propiciará uma relação clara e objetiva do processo ensino-aprendizagem. Estes temas

¹⁹ A transversalidade é um princípio teórico, do qual decorrem várias conseqüências e busca resgatar valores para a formação do cidadão. É um assunto (tema) analisado em todas as disciplinas.

transversais, se bem orientados serão pressupostos básicos para a democratização e à cidadania.

“A transversalidade, bem como, a transdisciplinariedade é um princípio teórico do qual decorrem várias conseqüências práticas, tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta pedagógica” (Instituto Paulo Freire, 2002).

Castro (2000, p.165-167) faz críticas ao Plano Curricular, pois enquanto teórico-metodológico não especifica certos tópicos ou definições, os quais prejudicam o desenvolvimento ou a praticidade do mesmo.

Necessária se faz uma capacitação e formação continuada de professores, no sentido de superar a falta de clareza quanto à relação entre conteúdos e transversalidade, bem como de se suplantarem lacunas metodológicas [...] os Parâmetros Curriculares Nacionais pouco ajudaram no que concerne ao esclarecimento quanto à diferença entre interdisciplinaridade, temas transversais e trabalho por projetos. (CASTRO, 2000, p.165-167).

Portanto, para que ocorra a inserção dos temas transversais nos projetos pedagógicos, há necessidade de orientação, coordenação e boa vontade dos sujeitos participantes, de forma que se torne efetiva as mudanças dos espaços naturais, sociais, políticos e econômicos.

2.4 O Processo Didático Pedagógico e a Transversalidade

Os temas transversais já citados anteriormente (Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) são voltados à formação crítica, questionadora, participação efetiva na sociedade como sujeito cidadão (aquele que faz ação). A transversalidade, portanto, prioriza discussões de cunho ético, moral e valorativos.

Dessa forma, não é possível abordar um destes temas somente em determinada disciplina como, ainda, é usual na maioria das escolas. Exemplificando, a Ética ser um assunto citado apenas em aulas de Filosofia, Meio Ambiente em Geografia, Saúde na disciplina de Ciências e/ou Biologia, e assim por diante. “O tema ambiental, passa a ser visto não como uma disciplina isolada, mas deve ser trabalhado em todos os campos do conhecimento” (MEC, 2002).

A interdisciplinaridade só será possível dentro de uma concepção ampla do conhecimento, isso é, faz sentido sempre que o professor de História, por exemplo, estiver fazendo uma análise histórica, abordar os aspectos éticos envolvidos ou comentar sobre o comportamento dos homens em relação ao meio ambiente, dentro do período histórico analisado.

Os PCN's apresentam como objetivo principal de sua existência, um direcionamento da educação para o resgate da cidadania. Para atingir a democratização no Brasil, é necessário deixar de lado os conteúdos tradicionais como fim da educação, mas sim, ir além do nível da mera instrução em sala de aula. Contudo, isso não quer dizer que as escolas tenham que deixar de trabalhar as disciplinas de Matemática, Português, História, etc., pois elas, também, são importantes na formação integral das pessoas. O que ocorre, é a grande dificuldade de professores trabalharem seus conteúdos a partir do cotidiano dos alunos, entendendo dos mais variados assuntos, assim como todos os profissionais dentro do mercado de trabalho. (ARAÚJO, 2002).

Para finalizar essa breve abordagem sobre interdisciplinaridade, destaca-se uma concepção de transversalidade, onde se alerta para o fato de que a ação da mesma pode exercer uma abrangência muito pequena.

Sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não comungam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados e não consegue perceber-se sua unidade. É por isso que se diz cada vez mais: façamos a interdisciplinaridade. Mas a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas quanto a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende fazer reconhecer a sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de desmoronarem. (GALLO, 1995, p.1-15).

Decorre daí que, para que o professor trabalhe com a transversalidade e sua relação com a interdisciplinaridade, ele deverá superar o conceito de disciplina, buscando uma intercomunicação entre as disciplinas do currículo.

2.5 O Ensino Profissionalizante

O sistema educacional brasileiro tem início com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549, que faziam parte da Companhia de Jesus e vinham com a missão de criar colégios na colônia. As pessoas que deveriam ser educadas eram os índios - para a conversão da fé católica, e os filhos de colonos - que recebiam uma instrução humanista centrada em valores espirituais da civilização ocidental cristã.

Este fato teve reflexão, também, no conceito de trabalho. Para a igreja católica o trabalho era considerado uma provação divina, as demais igrejas cristãs o consideravam como um dever do cidadão, um meio de enobrecimento da alma e de enriquecimento. Essa visão pragmática do trabalho marcou profundamente o espírito de diversas sociedades que abraçaram as religiões protestantes, notadamente a alemã, a inglesa e, posteriormente, a americana, determinando, inclusive, suas formas de produção, com reflexo no continente.

No início do processo educacional, a formação profissional (trabalho manual) - sempre muito elementar - era conseguida através do convívio no ambiente de trabalho, quer dos índios, dos negros ou dos mestiços.

Os primeiros trabalhadores do Brasil Colônia (século XVI) foram formados principalmente por trabalho de escravos, índios e negros, com maior ênfase aos índios. Os escravos exerciam atividades pesadas, sem nenhuma preparação para os serviços que deveriam executar. Não havia à época uma preocupação com a qualidade do produto (como por exemplo, o açúcar como principal produto de exportação).

Portugal teve durante longo período a hegemonia da produção, pois havia interesse em produzir maior quantidade para gerar mais lucro aos donos de engenho e à Coroa Portuguesa, e para isso, o escravo trabalhava até chegar ao limite do esgotamento físico.

A educação na época existia apenas para uma elite aristocrática que tinha tempo e condições para adquirir novos conhecimentos, uma vez que não precisava trabalhar para prover seu sustento. Esta educação era proporcionada em casa e nos palácios, com professores particulares que ensinavam música, poesia, literatura e

história dos grandes feitos políticos de personagens da História Antiga. As viagens de estudos também eram realizadas como forma de aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

No Brasil, uma das primeiras tentativas de educação profissionalizante estava voltada para jovens de classes menos favorecidas e destinava-se - como diziam na época – “a amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”. E foi no período de 1808 a 1815, durante a estada do Príncipe Regente D. João VI, que o governo se voltou para a profissionalização criando o Colégio das Fábricas.

Ainda no século XIX surgiram outras instituições de educação profissionalizante, que eram mantidas pelo governo, como por exemplo, as Casas de Educandos e Artífices, que atendiam menores abandonados. Havia, também, os Liceus de Artes e Ofícios - de iniciativa particular - que oferecia ensino industrial às crianças órfãs e abandonadas.

Assim, durante quatro séculos de escravismo o que prevaleceu foi “força de trabalho físico”, isto é, a exploração do trabalho escravo para a realização do lucro. Mas, na segunda metade do século XIX se iniciou a transição do sistema de escravidão para o capitalismo. Com a libertação dos escravos, a educação passa a ser vista de forma diferenciada, pois era necessário formar pessoas para o trabalho. O adestramento²⁰, então, foi teoria vigente durante longa data, onde o trabalhador fazia atividades repetitivas, sem o uso de sua inteligência, pois era pago para fazer e não para pensar. Dentre os trabalhadores havia aquele que comandava – o chefe – portanto, mais bem remunerado, pois detinha mais discernimento sobre a atividade produtiva. A partir daí o modelo Taylorista foi implantado.

Portanto, o ensino profissional foi durante longo período carregado de preconceitos, sendo considerado como tipo de ensino ideal para os menos favorecidos, os quais precisavam entrar no mercado de trabalho o mais cedo possível. Por outro lado, havia as escolas secundárias que ofereciam estudos acadêmicos para a elite - classe destinada a conduzir o País.

²⁰ Refere-se às atividades contínuas, aprendizagem que ocorre pela repetição, sem uso de críticas; atividade utilizada para “educar” animais – adestrar. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Fronteira, 1999, p.51.

Dessa maneira, “a transmissão da alta cultura e preparo de condutores da sociedade continuou a existir e foi incluído o ensino de conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas especializadas, voltadas para a produção.” (SENAC, 2001, p.28).

Com o advento da educação para o trabalho e a aprovação da LDB, o ensino profissional passou a ser equivalente ao ensino acadêmico praticado nas escolas secundárias.

Em 1971, foi promulgada a Lei Federal nº 5.692/71, que re-estrutura a LDB. A partir daí, a profissionalização passou a ser realizada no ensino médio, trabalhando em um mesmo período a formação de base (mais geral) e também a educação profissional (para o mercado do trabalho).

Em 1996, a LDB sofreu novamente mudanças em sua estrutura quanto à Educação Profissional, com a Lei Federal nº 9.394, através do Decreto nº 2.208 de 1997, que regulamenta alguns artigos e, ainda, na Resolução nº 4, de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. (LIBÂNEO, 1994).

Apesar das mudanças na LDB os problemas estruturais da educação profissional continuaram e os problemas da educação brasileira nos últimos anos continuam a ser apontados:

Sem os instrumentos técnicos para ser competente na linha profissionalizante, e frágil demais para ser transformadora, a educação realmente existente termina por constituir um universo relativamente ilhado dos processos de transformação econômica e social. (DOWBOR, apud GÍLIO, 2000, p.64).

Sob a visão desse autor, o Brasil sofre de problemas estruturais, os quais ainda persistem em diversas instituições de ensino, prejudicando o desenvolvimento da sociedade como um todo. Nesse sentido, as críticas a LDB continuam.

[...] a reforma instituída pelo Decreto nº 2.208 configura mais um movimento em ziguezague, característico de nossa política educacional, cujos resultados têm sido a desorganização do ensino, a queda da qualidade e a desmotivação dos professores. (CUNHA, apud SAVIANI, 2000, p.56).

Finalizando as observações dos autores, o Decreto nº 2.208, de abril de 1997, apresenta os objetivos da educação profissional:

Art. 1 - Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas.

Ao se analisar esse artigo - enquanto perspectiva teórica - é pertinente na prática de sala de aula deixar de existir todos esses conceitos, essa visão fenomenológica, pois quando os professores não estão preparados e não há instrumentos adequados para a concretização da proposta, fica inadequada ou ineficaz a capacitação do educador como o centro do processo. Valorizar as habilidades intelectuais implica, no desenvolvimento das múltiplas potencialidades do homem, o que o habilita tanto para a cidadania, quanto para o trabalho. (FOGAÇA, 1993, p.346).

Hoje, a educação profissionalizante faz-se pelo resultado do acúmulo de experiências realizadas, com maior ou menor sucesso (como por exemplo, a partir dos anos 60, o modelo industrial utilizado para o setor terciário começou a ser insuficiente). E assim, novos modelos pedagógicos vão sendo criados. Surge, daí, na década de 90, a discussão sobre “formação polivalente”, que é entendida como:

Uma modalidade de formação destinada a dar aos participantes a mais ampla formação em vários ofícios relacionados com a profissão escolhida, além de prepará-los para outras oportunidades profissionais que poderão apresentar-se e abrir-lhes perspectivas de carreira. (OIT, apud SENAC, 1998, p.41).

Portanto, com a LDB e a Legislação Complementar, em seu Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, em seu anexo VIII, e a Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997, em seu art. 3, incisos I, II e III, promulgada pelo MEC, os níveis da educação profissional são:

I – Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
II - Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
III - Tecnológico: corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (SAVIANI, 2000, p.54-55). (grifo nosso)

Dentre os níveis de educação profissional, será objeto de estudo a educação básica, na modalidade de educação não-formal e de duração variável, condizente com os Cursos Profissionalizantes de Cozinheiro e Guia de Turismo Nacional, que serão abordados no decorrer da pesquisa, conforme a Portaria nº 646/97, editada pelo MEC.

Portaria 646/97 - ...

Art. 4 - A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador os conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeito à regulamentação curricular.

No SENAC/SC, cursos com essas modalidades são oferecidos nos Programas, a um número significativo de alunos, pois possibilita ao trabalhador a educação continuada, tão necessária para a competitividade de mercado.

Ainda no art. 4, alínea 2, da Portaria nº 646/97, fica estabelecido que “aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional”. A educação é classificada como:

A intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos [...] na educação não formal, a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos [...] um dos supostos básicos é que a aprendizagem se dá por meio da prática social [...] a maior importância da educação não-formal está na possibilidade de criação de novos conhecimentos, ou seja, a criatividade humana passa pela educação não-formal. (GOHN, 2001, p.101-102; 104).

O que esse autor apresenta como “educação não-formal” é muito mais complexa do que aquele conceito apresentado no Código de Legislação das Diretrizes e Bases, pois propõe um comprometimento não enquanto pessoa, mas como sujeito histórico, que luta para as transformações não somente de sua vida, mas da coletividade.

Assim sendo, sob a visão de um agente transformador, será pautada a discussão da educação profissionalizante no SENAC/SC, avaliando a teoria em consonância com a prática que está sendo trabalhada - por parte do corpo docente -

para motivar os alunos às mudanças sociais. “Porém, as transformações culturais tão profundas não podem introduzir-se de uma vez mediante uma reforma e um texto de lei.” (TOURAINÉ, apud GOHN, 2001, p.110).

Assim como todos os setores produtivos, o setor terciário - prestação de serviços - tem a mesma perspectiva e emergência de qualificação profissional para conseguir manter seu espaço. Para as atividades profissionais como um todo, não existem fronteiras, haja vista que as pessoas de diversas partes do mundo se deslocam à procura de novas oportunidades e as mais qualificadas levam vantagem nesta disputa acirrada.

Na área de turismo e hospitalidade não é diferente, pois o mercado de trabalho vem crescendo aceleradamente fazendo com que o processo de competitividade cresça, também, em nível mundial, com a saída de trabalhadores para outros países, como Estados Unidos da América (parques temáticos), como para os países que compõem o MERCOSUL (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, etc.). Para atender a demanda faz-se uma exigência de comunicação em dois idiomas – no mínimo -, saber lidar com o público, simpatia, entre outros atributos necessários para quem atua na prestação de serviços, tornando-se premente uma busca contínua da qualificação e requalificação profissional.

Para finalizar este item abordar-se o tema “turismo”, afirmando que as reflexões sobre o processo de desenvolvimento do “turismo sustentado” vêm sendo realizadas há algumas décadas nos países como França, Espanha, Estados Unidos da América, entre outros. Nesses países o turismo é uma alternativa econômica, como fonte geradora de trabalho e renda e eles planejam o desenvolvimento da atividade. Além da infra-estrutura adequada (hotéis, restaurante, postos de informações e orientações ao turista), há espaços de lazer diferenciados e são realizados cursos de qualificação dos profissionais que atuarão no setor. Existem escolas especializadas para a preparação e formação de pessoas nos mais diversos estágios educacionais, se diferenciando no processo de competitividade - capital humano qualificado.

No Brasil esta preocupação é mais recente – data da década de 70 – quando começou a haver entrada de turistas estrangeiros e o País não tinha, ainda, um plano organizado para o setor, dentro dos pressupostos de sustentabilidade, pois

não era assunto em pauta. Porém, na década de 90 começa os estudos sobre os problemas da atividade turística no Brasil.

Portanto, uma questão fundamental que é constantemente ratificada neste estudo é a mudança que pode ser originada através da educação, pois uma transformação da sociedade, com re-avaliação de valores e crenças de cada indivíduo sobre o meio em que vive, se dará pelo processo educacional.

Conta-se, hoje, com inúmeros cursos direcionados para a área de turismo e hospitalidade – em particular os de 3º Grau -, mas muitos deles estão atuando sem critérios básicos de sustentação teórico-pedagógica que direciona para os pressupostos de uma educação transformadora.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), organismo público de representatividade nacional, direcionado ao fomento da atividade turística, tem uma Política Nacional do Turismo, criada para o desenvolvimento de turismo, com um programa de qualificação e requalificação dos trabalhadores da área de turismo e hospitalidade, além de buscar alternativas para o desenvolvimento do turismo sustentável²¹.

Entretanto, para que a atividade turística seja contemplada nas atividades pedagógicas com eficiência, há a necessidade de trabalhar em conjunto com as demais disciplinas (interdisciplinaridade), conforme é apontado no Plano Nacional de Educação. Dessa forma, será possível a prática de um turismo sustentável, pois há uma correlação estreita sustentando a prática turística - homem, espaço e patrimônio que são seus elementos constitutivos. Esta realidade passa a ser discurso no tema transversalidade apresentada nos PCN's.

Exemplifica-se, nesse sentido, o Reino Unido, que através da World Wild Fund (Fundo Mundial da Natureza), elaborou recentemente um relatório analítico sobre as experiências internacionais em certificação para o turismo sustentável. (GUATTARI, 1991).

²¹ É um modelo de desenvolvimento do setor com três objetivos principais: satisfazer o turista, preservar o meio ambiente e assegurar a qualidade de vida da comunidade que reside no destino turístico.

Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecosfera e universos de referências sociais e individuais (GUATTARI, 1991, p.17).

Ser moderno ou modernizar não exclui a sustentabilidade e para atuar na área de Turismo e Hospitalidade - dentro de padrões de sustentabilidade - faz-se necessário levar em conta a ótica cultural, política e ecológica de cada região. (SWARBROOKE, 2000).

Segundo Guattari (1991) pensar transversalmente universos de referências sociais e individuais significa “abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção de realidades baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva e no poder de participação”.

Assim, numa perspectiva de melhoria na qualidade dos serviços, através dos profissionais do turismo e de um turismo sustentável, em espaços naturais e culturais preservados e protegidos, a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos participantes do processo, com geração de trabalho e renda e a inter-relação educacional são fatores fundamentais dentro do que está prescrito como interdisciplinaridade.

Ao se perceber a educação como o propósito direto para o trabalho, vai buscar no mercado a definição de características profissionais, em que irá traçar as habilidades necessárias. Este é quase sempre o foco do ensino profissionalizante. “A educação para o trabalho é antes uma dimensão da educação do que uma meta.” (SPEYER, 2000, p.21).

As mudanças profundas pelas quais vem passando o mundo produziram transformações na prática social e no trabalho. A educação profissional não pôde mais ficar alheia a essas mudanças. Por isso, verifica-se em todo o planeta uma grande inquietação nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências.

Hentz (2001) diz que a relação entre trabalho e educação é tão antiga quanto à própria educação. A educação sempre teve seus propósitos, seus objetivos, de acordo com os períodos e o modo de viver das sociedades.

O problema está em encontrar um termo médio entre a expectativa de mercado, que é inevitável para as pessoas ganharem a vida, e a competência humana que deve poder se contrapor ao mercado, privilegiando o objetivo e a ética da cidadania sobre a produtividade econômica. (DEMO, 1997, p.91).

No Brasil, a legislação educacional teve um processo marcante no que concerne à produção de documentos referenciais ao ensino profissionalizante, que foi marcado por momentos históricos.

A regulamentação do ensino técnico profissional foi determinada pelo Decreto nº 2.208, de 1997, a Lei nº 9.394, de 1996, que desvinculou o ensino de 2º Grau do técnico (agora com o nome de Ensino Médio).

A Lei Federal nº 5.692/71, destacava que o curso de 2º Grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento dos estudos e habilitar para uma profissão técnica. As disciplinas profissionalizantes aliadas àquelas de formação geral compunham o currículo pleno do ensino de 2º Grau. Um dos objetivos consistia na obrigatoriedade universal da profissionalização, como forma de atender às novas necessidades da economia, que necessitava de técnicos com formação profissional, também, em conhecimento geral. Isto resultou em uma série de problemas, uma vez que o educando não se sentia preparado para alguma profissão, bem como os professores não foram, também, preparados para atuar dentro deste novo modelo, usando a sua disciplina voltada a dilemas da atividade em que o aluno será inserido. Portanto, ele passou a ter uma formação generalista, perdendo a qualificação educacional e da profissão.

A Lei Federal nº 9.394, de 1996, distingue e oportuniza ao indivíduo, à continuidade de sua formação.

Lei nº 9.394 - ...

Art. 1 – [...]

Parágrafo 2º - A formação da pessoa de modo a desenvolver seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto ao projeto da sociedade em que se situa. A preparação e orientação básica para sua integração no mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo. O desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis cada vez mais complexos de estudos.

Portanto, esse artigo vem demonstrar a preocupação em se preparar profissionais que possam acompanhar as mudanças de produção, característica dos tempos atuais, impulsionados, principalmente, por tecnologias que despontam nas descobertas científicas e, conseqüentemente, nas mudanças do mundo do trabalho.

Parece-nos mais adequado falar numa educação na perspectiva do trabalho, do mundo, da realidade social constituída pelas relações de trabalho e produção. Entendemos que a educação nessa perspectiva não pode ser diminuída ao nível de treinamento para desempenhar determinadas tarefas na empresa. (SPEYER, 1983, p.32).

Analisando-se o que está escrito na legislação sobre educação profissional, fica claro que a nova LDB desempenha o papel de educar para a cidadania, o que difere da legislação anterior, em que o profissional era treinado para cumprir atividades. Não havia nos currículos algumas disciplinas, como por exemplo, Letras, Ciências, Artes, etc., onde algumas auxiliam na formação cultural do homem. As disciplinas eram voltadas para as ações típicas do trabalho produtivo por especialização, com objetivo de formar o trabalhador, não intelectual, mas instrumental.

2.5.1 Histórico e conceitos do ensino profissionalizante

Com a Revolução Industrial, no final do século XVII, ocorrida inicialmente na Inglaterra, houve a introdução de tecnologias mais avançadas à época. Isto demandou mudanças no setor produtivo bem como no setor educacional e havia necessidade urgente das pessoas estarem preparadas, com condições técnica para operar as máquinas. Com isso, mais pessoas seriam formadas, pois houve um investimento na educação das massas.

Esse modelo produtivo levou à época, o operário para dentro das fábricas, saíram dos espaços privados onde dominavam a produção. Hoje, a realidade do trabalho parece estar sofrendo um processo contrário, em que muitas atividades produtivas são chamadas de informais, em que o trabalhador não tem vínculo empregatício e em diversos casos, passa a fazer suas atividades laborais

dentro de seu espaço residencial, isto propiciado pelas novas tecnologias de informação.

Toma-se o período histórico da Revolução Industrial como exemplo por dois motivos: primeiro pelo fato de que a história da sociedade brasileira teve como modelo a Europa e a Revolução Industrial um marco histórico para o início do sistema capitalista; e, segundo pelo fato de trazer à tona a preocupação dos empresários em formar trabalhadores que pudessem servir às atividades específicas de produção. Esse fato continua existindo hoje, no Brasil e em outros países.

Na década de 30, a educação no Brasil estava estruturada para servir às duas classes sociais: a primeira que poderia ter acesso a uma educação continuada, pelo fato de poder ficar afastado do setor produtivo, dedicando-se ao saber; e a segunda com necessidade de obter, rapidamente, um treinamento para entrar no mercado de trabalho, bem cedo, como forma de manter sua subsistência e de sua família, muitas vezes, optando pelo ensino técnico profissionalizante (formal) ou o ensino profissionalizante, com tempo de duração reduzido, da mesma forma como são direcionados os cursos de qualificação e capacitação profissional do sistema “S”. (MELO, 1997).

O trabalho que era considerado como produto do emprego da força física, passa a abranger, também, as atividades intelectuais, dividindo-se entre o trabalho qualificado e o não-qualificado. Mais recentemente, porém, a seqüência educação-trabalho começa a ser questionada, na medida em que a formação e o desempenho profissional tendem a se dar simultaneamente, não raras vezes, no próprio ambiente de produção.

O SENAC/SC procura acompanhar os avanços teóricos decorrentes das mudanças que se operam no âmbito do pensamento educacional e da própria conjuntura econômica. “A educação profissional tem como objetivo, conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, conforme rezam os arts. sobre o tema na LDB.

CAPÍTULO III - Da Educação Profissional

Art. 39 - A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo Único: o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40 - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41 - O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo Único: os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42 - As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (Disponível em: <www.mec.gov.br/semtec/educprof/>).

Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define formação profissional como:

É atribuído à formação profissional o duplo e indissociável papel de propiciar aos alunos a garantia do exercício eficiente das suas atividades no mercado de trabalho simultaneamente à sua formação integral, que inclui conhecimentos básicos para o desenvolvimento de competências específicas da função visada, hábitos, atitudes e valores éticos – a qualificação para o exercício profissional e a capacitação para a vivência integral do mundo do trabalho em contínua mutação (apud SENAC, 1997, p.43).

2.5.2 Tipologia do ensino profissionalizante

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (MEC, 1996).

Para o exercício de determinadas profissões ou ocupações bem definidas, como garçons, governanta, cozinheiro, balconista etc., sua formação profissional pode ser feita fora dos cursos regulares, exigindo apenas conhecimentos variáveis, de acordo com o que é exigido na atividade produtiva, que como fator básico é o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Existem duas modalidades para se trabalhar a educação profissional, a formal e a não-formal. Entende-se como modalidade formal, aquela oficial, que

ocorre nas unidades de ensino público ou privado, com critérios mais rígidos, em relação à grade curricular, carga horária e avaliações tradicionais; como modalidade não-formal ou não está sujeita à regulamentação curricular.

A educação não-formal designa quatro pontos básicos: o primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; o segundo a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; o terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam o indivíduo a se organizarem com objetivos comunitários; e, por último, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal escolar, em formas de espaços diferenciados. (GOHN, 2001, p.27).

Com essa visão de educação não-formal, com bases e objetivos muito claros e pertinentes à sociedade atual, que são compostos os cursos profissionalizantes do SENAC/SC.

Hoje, a educação profissional é ministrada por um grande número de instituições, públicas e privadas. O SENAC e o SENAI são, possivelmente, as mais conhecidas estruturas dessa modalidade de ensino.

Mais recentemente, outras instituições de aprendizagem profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), passaram a integrar esse amplo e quase singular sistema de educação profissional, cada um oferecendo cursos a partir de certos segmentos produtivos, como seu foco (MT/SEFOR, 1995, p.17).

Paralelamente, grande quantidade de agentes vem atuando efetiva e sistematicamente no campo profissional. Escolas técnicas públicas e privadas, empresas sindicatos, associações comunitárias, são alguns exemplos de entidades que atuam na educação com foco na profissionalização, baseado em competências, habilidades e atitudes.

2.5.3 A relação entre ensino profissionalizante versus educação ambiental

Atualmente, o mercado de trabalho cobra um perfil ideal de profissional competente, que seja criativo, que compreenda os processos e incorpore novas

idéias com velocidade mental, que saiba trabalhar em equipe, tome decisões próprias, que incorpore e assuma as responsabilidades, tenha auto-estima alta, sociabilidade e que atue como cidadão. Tais competências são amplas, voltadas para questões técnicas e principalmente para questões de atitudes e valores.

Portanto, quando é falado que o profissional, hoje, está sendo educado para ser um cidadão, deve levar consigo valores sociais bem definidos, como no que diz respeito aos valores ambientais, políticos e econômicos. O conceito apresentado nos PCN's, para a inserção dos temas transversais, foi colocado com este objetivo – “formar cidadãos”, ou seja, ter cidadania. Mas, afinal, o que é cidadania?

O conceito e a prática se diferem da forma como está sendo posta em várias instituições de ensino. Martins (2000), em sua obra “O Ensino Técnico e Globalização”, comenta uma série de críticas em relação à cidadania e o modo que o Decreto nº 2.208/97 trata o ensino profissionalizante.

O cidadão deve ser formado para governar a si e os demais ao seu redor, que, individualmente, têm diferenças, mas devem gozar de condições de igualdade na definição dos destinos da cidade, na eco-gestão das coisas coletivas [...]. Cidadania deve prever ação dos indivíduos na busca de participarem na definição dos seus próprios destinos históricos. [...] passividade, não coaduna com cidadania. (MARTINS, 2000, p.41).

A educação frente ao discurso do capitalismo é discutida por Carvalho (1999, p.125), para entender a formação cidadã.

A combinação de um mundo globalizado e mais competitivo com as novas formas de gestão do trabalho e da produção, tendo como referência para ambas as novas tecnologias, leva o discurso dos capitalistas a reivindicar mudanças no perfil da qualificação profissional dos trabalhadores. A construção dessa qualificação profissional, segundo os capitalistas, somente seria possível mediante universalização da educação básica e de boa qualidade. [...] afirmar que a educação não pode ser reduzida a treinamento, que a escola não é fábrica e que qualidade não é um conceito neutro [...].

Para Martins (2000) e Carvalho (1999), a formação para a cidadania vai muito além de qualificar, de estar inserido no mercado de trabalho. Ser cidadão é estar atuando no mercado de trabalho sim, porém, dentro de pressupostos básicos de igualdade, respeito, direito de opinar e com condições dignas de remuneração. Ser cidadão, portanto, é fazer a ação, contribuir para as melhorias dentro da empresa e da sociedade como um todo, e isso, também, faz parte em ter condições

dignas em relação ao ambiente que o cerca, a natureza, à água, moradia, luz, enfim um meio ambiente protegido.

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida, capaz de assegurar a si e a sua família a saúde e o bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. (Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 25, 1948)

Dessa forma, existe uma relação muito estreita entre a educação profissionalizante e a educação ambiental, uma vez que o homem na sua formação integral adquire conceitos de respeito ao próximo e para com a natureza, ajudando na sua preservação, para que o futuro da humanidade possa, também, desfrutar da mesma. Além do que, ao avaliar a natureza como recurso de apropriação do homem, seu uso deve ser sustentado para não chegar ao esgotamento. Acima de tudo isso, se ainda não houve convencimento, pode-se analisar a educação profissional e a relação ambiental, somente sob a ótica econômica, em que muitos empresários ainda vislumbram, o uso de tecnologias menos poluentes (tecnologias limpas), pois as mesmas resultam em diminuição de gastos para a empresa e maior competitividade no mercado, como foi o caso apresentado anteriormente, com os Projetos 'Hóspedes da Natureza' (ABIH), 'Roteiro do Charme (Pousada Ilha do Papagaio), Fundação O Boticário, e EMBRACO.

2.6 A Área de Turismo e Hospitalidade

2.6.1 Turismo

O turismo, como área temática está em franca expansão, uma vez que há grande número de publicações tanto nacionais como internacionais. A comunidade acadêmica vem debatendo constantemente essa atividade, juntamente com a proliferação qualitativa e quantitativamente da formação de profissionais em turismo.

Pode-se identificar nas declarações oficiais, com relação aos objetivos e aos direitos do indivíduo ao turismo, "a elevação da qualidade de vida e a criação de melhores condições de vida para todos os povos." (Declaração de Manila, 1980).

“Todos têm direito ao descanso e ao lazer incluindo férias periódicas pagas.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Interessante observar “todos têm direito”, uma vez que as sociedades são extremamente desiguais, em que alguns detêm a maior parte da riqueza da Terra, como querer que “todos” gozem de momentos de lazer? “Os bens que as 358 pessoas mais ricas do mundo possuem equivalem a 45% da renda de toda a população pobre do planeta.” (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa da ONU, jul., 1996).

O turismo brasileiro é tema hoje em destaque, uma vez que há um grande potencial turístico nacional a ser explorado, “com praias paradisíacas e reservas naturais quantitativamente e qualitativamente reconhecidas como patrimônio mundial.” (RODRIGUES, 1997, p.9). A atividade movimenta diversos setores da economia, gerando trabalho (formal e informal) e renda para grande parte da população envolvida, isto é, quando a atividade é bem planejada, organizada, dentro de padrões de sustentabilidade.

Assim, como diversos outros setores da economia, que fazem uso dos recursos naturais como matéria prima, na atividade turística não é diferente em grande parcela dos sítios turísticos, pois se considerarmos o Brasil como produto turístico, constata-se que a grande atratividade está direcionada para áreas naturais. Portanto, considerar a educação ambiental para profissionais em turismo é pertinente.

a) HISTÓRICO, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO TURISMO

O turismo vem se desenvolvendo no mundo desde o período histórico da Antigüidade Grega, quando ocorriam os jogos olímpicos, para esse evento foram construídos o estádio e o pódio, mais tarde, foram acrescentados os balneários e uma hospedaria, com o objetivo de abrigar os visitantes. (SENAC, 1998). As termas Romanas, também, na Antigüidade foram destaques para o lazer. Em quase todos os países europeus foi incorporada a cultura de hospedar, através da construção de hospedarias ou pousadas.

Na Idade Média, houve uma redução de viajantes, devido à falta de segurança. A hospedagem passou a ser oferecida nos mosteiros, no início com

atividade informal, passando, posteriormente, para uma atividade organizada. No século XII as viagens na Europa voltaram a ser mais seguras e rapidamente as hospedarias se estabeleceram ao longo das estradas. As diligências puxadas por cavalos, no século XVII, facilitaram o movimento dos visitantes, devido à facilidade de locomoção à época.

No ano de 1840, com o surgimento das ferrovias, antigas pousadas foram reformadas para melhor atender aos visitantes. No ano de 1872, aconteceu a primeira viagem turística organizada em grupo.

No período das duas Grandes Guerras Mundiais, houve uma grande estagnação das viagens turísticas, sendo restabelecidas logo após o término das mesmas.

No Brasil, o turismo como fenômeno social, teve seu marco inicial com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923, que depois se tornaria o Touring Club do Brasil.

Na década de 60, com a criação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), houve um incremento na hotelaria brasileira, com projetos para a área, fazendo com que as viagens tiveram um grande impulso, a partir de novas tecnologias, novo estilo de vida em todo o planeta Terra. Pode-se constatar, assim, que o turismo tem sua prática ligada ao capitalismo e ao desenvolvimento tecnológico.

Contudo, conceituar a atividade turística é algo bastante complexo, uma vez que esta pode ser definida sob várias perspectivas: a do turista (demanda) e a do empresário (oferta). Todos esses conceitos visam, basicamente, distinguir o visitante, principalmente para efeito de pesquisas. Assim sendo, apresentar-se-á aqueles descritos pelas organizações que representam a atividade turística.

A atividade turística é o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual, por períodos determinados, e não motivados por razões de exercício profissional constante. Os viajantes são consumidores de serviços turísticos, quaisquer que seja suas motivações. (OMT, apud IGNARRA, 1999, p.25).

De acordo com a ONU (1945), turista é conceituado como:

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração. (apud IGNARRA, 1999, p.25).

Esses dois conceitos deixam claro o fator de deslocamento temporário bem como o fator financeiro, uma vez que o turismo é pensado e planejado dentro de um espaço próprio com vistas ao ingresso de renda para a comunidade residente.

Conforme já apresentado nos conceitos, cada turista viaja por motivos muito próprios e a essas motivações denomina-se 'tipologias', isto é, quais os tipos de turismo disponíveis (a lista não se esgota aqui, pois de acordo com outras procuras, novidades e uma nova tipologia, como 'turismo espacial', que é uma nomenclatura que, ainda, não é contemplada nas bibliografias).

b) TIPOLOGIA DO TURISMO

Identificam-se diferentes tipos de turismo, os quais, de uma maneira geral, utiliza o meio ambiente, fazendo uso dos recursos naturais, ambiente físico, natural e social.

- Recreativo ou de Lazer: é motivado pelo desejo de recuperação da capacidade física e mental, pela necessidade de relaxar do cansaço e das tensões provenientes do cotidiano do trabalho.
- Cultural: caracteriza-se pelo interesse em manter contato com outros povos, outras culturas, os monumentos artísticos e sítios arqueológicos, visando o enriquecimento cultural.
- Saúde: é praticado por pessoas que visam conseguir benefícios para sua saúde, que normalmente ocorre em regiões com estâncias hidrominerais, entre outras.
- Religioso: é uma viagem específica a núcleos receptores, reconhecidos como místicos ou que envolvam a fé e os sentimentos de caridade.

Estas viagens podem ser denominadas também de romarias ou peregrinações.

- Esportivo: é motivado pelo prazer causado por certas atividades, como pesca, caça, caminhada, entre outros.
- Eventos: são realizados em função do interesse em participar de reuniões científicas, profissionais, feiras, campeonatos de futebol, olimpíadas, entre outros.
- Agroturismo: realiza-se em espaço rural, praticado dentro das propriedades, onde o turista integra-se à produção local.
- Ecoturismo: é a viagem responsável às áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população (LINDBERG, 1995).
- De Aventura: promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados.
- De Observação: é caracterizado pelo movimento de turistas com o objetivo principal de observar a natureza, seja ela a fauna flora ou ambos. É uma atividade em rápido crescimento ao redor do mundo (<www.girus.com.br/artigos_dez>).

Estes são alguns tipos de turismo, no entanto, existem muitos outros não citados e outros que podem ser criados. O que é pertinente nestas tipologias, é a observância do espaço onde ele está inserido, no qual necessita de cuidados preservacionistas para que a atividade se desenvolva. Contudo, nem sempre são respeitadas as orientações e, assim, o ambiente sofre os impactos do turismo de forma predatória.

c) O TURISMO E O MEIO AMBIENTE

A interpretação das relações entre meio ambiente e turismo pode ser diferenciado em quatro fases durante as décadas de 50 a 90. (BLASCO, 1996). A década de 50 era vista como uma relação de coexistência, o início das atividades do turismo juntamente com o meio ambiente, num período de harmonia.

Com o início do turismo de massa²², na década de 60, há uma certa pressão nas áreas naturais para o crescimento do turismo.

Na década de 70, com o desenvolvimento da consciência ambiental, as relações começam a serem percebidas como conflitantes.

Durante a década de 80, esta visão era ratificada, mas ao mesmo tempo, uma nova emergência afirmando que as relações poderiam ser benéficas para o turismo bem como para o meio ambiente, quando, então, é promovida integração entre ambas.

A relação é particularmente positiva, quando o turismo é baseado dentro de um planejado e organizado para permanecer no espaço que foi concebido. O conflito ocorre quando o turismo é sustentado na prática da exploração social, ambiental, o qual gera impactos totalmente negativos. (BLASCO, 1996, p.32).

É necessário pensar o turismo no cenário natural, cultural, social, entre outros. Uma característica importante de interação entre turismo e meio ambiente é a existência de fortes mecanismos de re-alimentação. O turismo, freqüentemente, tem efeitos adversos sobre a quantidade - e a qualidade - dos recursos naturais e culturais, mas ele também é afetado pelo declínio da qualidade e da quantidade desses recursos. (COCCOSSIS, apud SWARBROOKE, 2000, p.76).

Uma vez que a atividade turística se apropria de recursos naturais, faz uso até sua total exaustão (ou não) e, ao aniquilar em termos quantitativos e qualitativos, também sucumbe. Esse caso é constatado em diversas regiões do Brasil e, particularmente, na Ilha de Santa Catarina, onde o valor de mercado passa a ser diferenciado de acordo com as questões de qualidade e quantidade de ofertas de atrativos.

“Restam poucos cenários naturais ou regiões desertas no mundo. Quase todas foram afetadas, em alguma extensão, pela ação do homem através dos séculos.” (SWARBROOKE, 2000, p.77). Essa dimensão do turismo e ambiente deve ser pensada de maneira sustentável, para evitar os crimes ambientais cometidos pelo homem, sempre com a intenção de explorar a natureza.

²² Significa uma grande quantidade de pessoas, que ocupa um mesmo espaço para o lazer.

Turismo sustentável significa que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local. (SWARBROOKE, 2000, p.62).

Os recursos ambientais naturais no processo de ocupação espacial precisam e, devem estar, obrigatoriamente, com o máximo possível de suas características originais preservadas. É fundamental destacar que o estudo profundo e a aplicação do turismo sustentável:

- assegura a distribuição justa de custos e benefícios;
- gera empregos locais, tanto diretos no setor de turismo, como indiretos em vários setores de suporte e de gestão de recursos;
- estimula nichos de negócios lucrativos em três quartos dos hotéis e outras modalidades de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas integrados e intermodais de transportes, artesanato e serviços de guias locais;
- injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- faz que as decisões sejam tomadas entre todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários de recursos possam coexistir;
- incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de suporte do ecossistema;
- cria facilidades de recreação e entretenimento que podem ser usadas pelas comunidades locais e não só por turistas domésticos ou internacionais;
- auxilia a cobrir gastos com a restauração, preservação de sítios arqueológicos, construções e locais histórico-culturais.

Esses fatores são importantes para se pensar em um turismo sustentável, onde haverá oportunidade de trabalho e, para isso, também se faz necessário profissionais qualificados, para as atividades no setor de serviços, pensando na sua atuação cidadã.

2.6.2 Hospitalidade

Para obter resultados positivos, a atividade turística depende de uma série de fatores, como por exemplo, o que está oferecendo enquanto atrativo, em termos de qualidade e quantidade. A estrutura do mercado está relacionada diretamente com o fator hospitalidade.

A Hospitalidade corresponde aos meios de hospedagem e de alimentação, principalmente. Há algum tempo atrás e, ainda hoje, é comum falar em turismo e hotelaria, no entanto, o termo dá um sentido mais humano, um melhor acolhimento.

A palavra hospedagem vem do latim e, originalmente, significava hospitalidade, dada ou recebida e também aposento destinado a um hóspede. A hotelaria deriva dessa, tendo em seu sentido mais amplo também o bom recebimento. Este recebimento se materializa através do local para dormir (hotel) e para alimentar-se (restaurantes, cafeterias, lanchonetes, entre outros). Assim, grande parte da hotelaria, priorizando o bom atendimento, oferece refeições, como o café da manhã e/ou as demais refeições e lanches. A hospedaria originou os hotéis que hoje se conhece.

O MEC, através dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional e de Nível Técnico, apresenta a delimitação e interfaces da área de turismo e hospitalidade:

A área de turismo e hospitalidade engloba um complexo grupo de atividades econômicas e profissionais bastante inter-relacionadas entre si, a ponto de serem consideradas setorialmente ou, mais freqüentemente, como uma só, mais abrangente, sob diferentes denominações – turismo e hotelaria, turismo e hospitalidade, hotelaria, restauração do turismo, hotelaria e gastronomia, indústria hoteleira, hospedagem, gastronomia e turismo,

turismo de negócios e eventos, turismo, lazer e recreação, viagens e turismo, trade turístico, turismo, hospedagem e alimentação ou, simplesmente turismo ou serviços turísticos para todo o conjunto. (MEC, 2000, p.9).

Dessa forma, o Turismo e Hospitalidade estão inter-relacionados entre si, bem como com o meio ambiente. Quando há falta de dessas relações, o turismo tende a entrar em declínio ou não chega a ser atividade com importância para a economia da localidade.

2.7 A Área de Turismo e Hospitalidade versus Educação Ambiental: Suas Interfaces

A área de Turismo e a Hospitalidade têm relação conjunta muito forte, isto é, uma dependendo da outra para manutenção. Os atrativos naturais (praias, cachoeiras, dunas, rios, florestas, cavernas, parques naturais) ou construídos (museus, eventos, gastronomia, arquiteturas históricas, religiosas, danças, entre outros), fazem parte do meio ambiente, quando é pensado o ambiente dentro de um sistema complexo e o homem como integrante do mesmo. E, para o desenvolvimento da atividade, também depende de hotéis variados e de boa qualidade, assim como também de restaurantes, além de outras necessidades básicas indispensáveis para o crescimento desta economia.

Portanto, a relação do turismo X meio ambiente é inegável, face ao consumo por parte dos visitantes praticamente em todo o planeta.

Rodrigues (1996, p.55) comenta que a atividade do turismo e a sua relação ambiental é problemática, “chamo de problemática, pois se trata do uso destrutivo do território, sendo contraditória com o consumo de território que é proposto pela atividade”. As relações entre ambos devem ser saudáveis baseadas em um desenvolvimento sustentável, mas apesar disso, muitos acontecimentos apontam para um turismo predatório. Dessa forma, faz-se necessário a educação ambiental partilhada em todos os segmentos que integram a atividade turística.

Alguns setores já estão exercendo sua cidadania no que diz respeito ao meio ambiente. Pode-se citar alguns casos como o setor de hotéis, com a

implantação do “Programa Hóspedes da Natureza”, que atua através da responsabilidade ambiental e fomento à economia dos equipamentos. O manual para aplicação do programa foi traduzido e adaptado do *Environmental Action Pack* (sede em Londres), que trata da responsabilidade ambiental, orientando funcionários em toda a hierarquia, além dos hóspedes, para práticas ambientais.

Ainda no setor hoteleiro, existe o “Roteiro Caminho do Charme”, que se trata de um projeto que utiliza padrões de qualidade internacional, serviços e produtos diferenciados e cuidados ambientais. Em Florianópolis, há somente um hotel fazendo parte desse roteiro.

Entre outros programas direcionados em favor da natureza, há a Comissão de Parques (Comparques), que iniciou o Programa de Educação Ambiental nos Parques da cidade do Distrito Federal, Brasília. Este programa visa melhorias para os residentes bem como aos visitantes que circulam nestes espaços. (Notícia Geral, <www.jornaldaquadra.com.br:novembro/2003>).

Projetos de desenvolvimento sustentável na Costa dos Coqueiros, atividade em parceria com o Sebrae, Universidade Federal de Salvador, Souza Cruz e Instituto de Hospitalidade, está voltado à contribuição da geração de trabalho e renda dos residentes nos municípios de Mata de São João e Entre Rios, situados no Litoral Norte da Bahia. Estes municípios recebem bom número de turistas durante todo o ano. (Desenvolvimento Sustentável na Costa dos Coqueiros, ago., 2003, <www.institutosouzacruz.org.br>). O Projeto busca a valorização da cultura local, conservação ou recuperação do meio ambiente, acreditando que o turismo é um dos meios de promover o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Situação contrária ao que foi narrado até o momento também é apresentado no cenário brasileiro em relação a atividade do turismo e sua interface com o meio ambiente.

Alguns parques nacionais estão fechados por falta de condições de visitação. Não existem estatísticas oficiais nem mesmo dos parques que estão abertos, de quantas pessoas que os visitam, portanto, não há certeza da capacidade de controle dos mesmos. Ainda, em relação aos parques fechados, a verba destinada pelo governo Federal é irrisória para a manutenção e cuidados especiais. Isto acarreta maiores problemas, uma vez que não é disponibilizado pessoal

qualificado para a área específica, nem em quantidade necessária para a manutenção, ocasionando vandalismo por parte das pessoas que entram nestas áreas. (<www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br/ecoturismo/parquesnacionais>, Pedro Mendonça, maio, 2003).

Outro ponto turístico que está sofrendo com a falta de educação ambiental é a Estação Ecológica Juréia Itatins (São Paulo), considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO e se encontra seriamente ameaçada pela falta de monitores ambientais qualificados para receber os visitantes, bem como cuidar do espaço. (Turismo clandestino chega ao Rio Verde, set., 2003, <www.sosanimal.hpg.ig.com.br/informativo>).

De acordo com os fatos aqui apresentados, fica caracterizado a imensa relação existente entre a área de turismo e hospitalidade e o meio ambiente. Quando não há um processo planejado, que integre a educação ambiental nesses espaços, ocorre uma prática destrutiva, tanto ao ambiente natural quanto à sociedade que o integra.

Pensando nestes fatores, existem diversos segmentos sociais preocupados em um turismo que seja sustentável. Para isso, foi criado um Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), em parceria com ambientalistas, empresários e especialistas em turismo. Foi criada uma certificação de forma que os serviços e produtos turísticos sejam oferecidos com qualidade, valorizando os atrativos turísticos naturais, culturais e históricos no mercado internacional.

Os trabalhos voltados à área de turismo e hospitalidade necessitam de análise criteriosa direcionado à educação ambiental. Porém, esta como proposta não é suficiente para solucionar os problemas. Como filosofia ou o sentido do indivíduo, carece de mudanças contínuas, desenvolvimento dos atores sociais, visando conscientizar, através de práticas que levem à prática do sujeito.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Para que ocorra cientificidade no estudo do objeto pesquisado, foi necessário adotar certos critérios metodológicos. Para tanto, recorreu-se a dois estudiosos que conceituam ciência como “um método de abordagem do mundo que é suscetível de ser experimentado pelo homem” (GOODE, 1975, p.11) e, como “um conhecimento racional, metódico e sistemático capaz de ser submetido à verificação.” (DENCKER, 1998, p.18).

Na busca deste conhecimento sistemático foram adotados alguns critérios quanto aos procedimentos metodológicos, optando-se por um ou outro processo ou até mesmo ambos os métodos, para poder analisar o fenômeno da pesquisa.

Entre os métodos utilizados encontra-se a pesquisa qualitativa e exploratória, com estudo de caso, além de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa de caráter qualitativa - também conhecida como estudo de campo - de natureza fenomenológica, incorporou métodos não muito distintos da quantitativa, ou seja, a escolha de um assunto ou problema, a coleta de análise de seletividade de informações. No entanto, a coleta de análise de informações não se deu de maneira estanque, isto é, na medida em que foram sendo analisadas informações buscou-se, quando necessário, novos dados que viessem contribuir para elucidação da hipótese - a pesquisa qualitativa permite esta flexibilidade.

De acordo com Trivinõs (1987, p.125), “o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apóie o pesquisador”. Portanto, optou-se pela pesquisa exploratória e estudo de caso. A pesquisa exploratória permitiu ao pesquisador aumentar sua experiência em torno do fato pesquisado. Neste sentido, Trivinõs (1987, p.109-110) coloca que:

O pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam em contato com determinada população obter os resultados que deseja [...] este tipo de pesquisa não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários, etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico.

O estudo de caso para Yin (2001, p.32) “é como uma investigação empírica [...] um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, especialmente “quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” e a análise dos dados provenientes de diversas fontes converge na forma de uma triangulação.

Para Goode (1975, p.422), o estudo de caso “não é uma técnica específica. É um meio de organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. Roesch (1999, p.198) aponta que o estudo de caso “é conduzido em grande detalhe, e, com freqüência baseia-se no uso de diversas fontes de dados”.

Dentro dessa premissa, efetuou-se uma pesquisa com professores do Curso de Cozinheiro, alunos egressos e com empresas de alimentos e bebidas contratantes. Esta triangulação foi formada, após várias outras fontes de pesquisa.

A estratégia de pesquisa através de estudo de caso, portanto, foi pertinente para o objeto de análise, pois efetuamos o levantamento de uma situação concreta relacionada à área de Turismo e Hospitalidade, no funcionamento organizacional do SENAC/SC, mais precisamente, no Centro de Educação Profissional de Florianópolis (CFP).

De acordo com Yin (2001) e Goode (1975) foi pertinente uma elaboração da pesquisa através desta técnica, pois surgiu o desejo de se compreender os fenômenos sociais complexos (yin), como é o caso da ‘educação profissionalizante’, o ‘turismo’ e a ‘educação ambiental’, os quais são necessários para uma análise holística na compreensão dos mesmos.

Existem vantagens e limitações ao se utilizar estudo de caso. Para Gil (1991) a vantagem é a ênfase na totalidade, isto é, o pesquisador não fica preso apenas a uma condicional, ele terá que analisar o todo e buscar suas partes, estimulando novas descobertas, pois ao analisar o todo, como o objeto específico da

Instituição SENAC/SC, através dos Cursos de Guia de *Turismo Nacion* e de Cozinheiro, nos deparamos com outras variáveis que não foram estudadas, mas que poderão fazer parte de uma nova pesquisa. E por último, a simplicidade nos procedimentos, pois trabalhar com estudo de caso não é algo complexo, com linguagem acessível quando da elaboração do relatório de pesquisa. No entanto, o mesmo autor alerta que esta simplicidade pode se perder se o pesquisador não estiver imbuído de grau de abstração muito clara, uma vez que a pesquisa pode ser generalizada através de resultados. (GIL, 2001).

A problematização da pesquisa deu-se através da formulação de duas questões estruturantes, “quais” e “que”? Quais as não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante do SENAC/SC, na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e Cozinheiro e, em que sentido, a educação ambiental pode melhorar as propostas de ensino.

Considerando as duas variáveis “quais” (em que sentido) e “como” é que se optou pela pesquisa de análise (quais) documental e estudo de caso (como). Ressalte-se que um método não inviabilizou o outro, pois eles sobrepuseram-se como meio para elucidar o fenômeno do estudo analisado.

Fazendo interface com a pesquisa qualitativa foram elaborados questionários, que foram direcionados ao Curso de Cozinheiro, como coleta de dados primários, com base na conceituação do problema de pesquisa. Elaborou-se uma lista de cada variável, através de escalas, ou seja, perguntas abertas estruturadas e não estruturadas e fechadas com várias opções. Este instrumento de coleta de dados possibilitou ao pesquisador entender e captar as informações subjetivas do pesquisado, uma vez que a subjetividade pode ser pertinente às considerações. O processo de tabulação deu-se através de análise univariada de frequências para cada questão pesquisada. Bem como pela análise bivariada com tabulações cruzadas.

Quanto aos professores, alunos e empresários da área de alimentação do Curso de Guia de Turismo Nacional, não foi aplicado nenhum tipo de pesquisa (questionário e/ou entrevista), haja vista que o Curso acontece quando há demanda; e o mesmo não foi oferecido neste último ano, o que dificultou, sobremaneira, a busca dos egressos. O perfil dos profissionais do Curso de Guia de Turismo Nacional é o trabalho autônomo, com contato esporádico junto às empresas - no

caso as agências de viagem. Portanto, mais uma vez acarretou uma grande dificuldade em aplicar-se o questionário, também, a este segmento produtivo. Porém, em relação a esses dois Cursos, foram analisados os Programa de cada um, a grade curricular e as estratégias adotadas no plano político pedagógico da instituição.

No que se refere à população-alvo, os questionários aplicados foram direcionadas aos professores e alunos do Curso de Cozinheiro, compreendendo a área de Turismo e Hospitalidade do SENAC/SC, bem como, às empresas da área de alimentação. Ao se iniciar o processo de coleta de dados, foram feitas algumas orientações aos três segmentos pesquisados, como a preservação dos nomes dos entrevistados, a idoneidade da pesquisa - uma vez que a listagem dos nomes foi adquirida junto à Coordenação do Curso e o objetivo da entrevista, a qual foi bem aceita pelos alunos e os professores.

Optou-se em aplicar o questionário com as empresas da área de alimentação, os professores e os alunos do Curso de Cozinheiro, que é oferecido anualmente em dois períodos, e tem a possibilidade de colocação de muitos profissionais no campo de trabalho prático. Obteve-se uma listagem fornecida pela instituição, com dados pessoais (nome e telefone) dos trinta e seis alunos que freqüentaram o Curso de Cozinheiro, que foi oferecido nos períodos matutino e vespertino, do ano de 2003, com um universo pesquisado de 57% de alunos (21 alunos) egressos responderam ao questionário, que foi realizado através de contato direto com o aluno.

A aplicação dos questionários junto às empresas de alimentos e bebidas ocorreu com o intuito de analisar um dos objetivos propostos de verificação, no que se refere ao perfil profissional desejado e o que efetivamente está sendo formado, bem como se a introdução da educação ambiental contribuiu ou não para a melhoria dos serviços prestados e, ainda, se não foi percebida nenhuma transformação. Esta pesquisa foi realizada *in loco*.

Quanto às dificuldades junto às empresas, houve resistência na aplicação dos questionários, que contaram com apenas três perguntas fechadas e divididas em subitens. Esta objetividade em relação à elaboração das perguntas surgiu para facilitar as respostas dos entrevistados. Porém, mesmo assim, constatou-se uma

falta de interesse por parte dos responsáveis nas empresas para responderem as mesmas.

A seleção dos restaurantes pesquisados deu-se em um universo de 43%, de maneira específica, conforme se descreve a seguir. Ao aplicar-se o questionário com os alunos das duas últimas turmas do Curso de Cozinheiro no Senac, buscou-se o estabelecimento gastronômico, nos quais estes alunos trabalharam por algum tempo, ou ainda estão atuando. Esta informação foi obtida através das pesquisas com os alunos, bem como, com a orientação da Coordenação do Curso.

Sendo assim, foram elencados sete restaurantes, obtendo-se respostas de apenas três destes. Há que se ressaltar o por que das negativas dos demais: dois se negaram a responder as perguntas, alegando não ter tempo para “tais coisas”. Houve indignação do pesquisador, haja vista não se tratar de um conceituado espaço de lazer. A coleta de informações em um quarto estabelecimento, apesar de atender a solicitação, houve situação semelhante às ocorridas anteriormente. No último estabelecimento - que foi marcado hora para o atendimento – teve-se que aguardar por um certo tempo, sem que o responsável pelo setor (Gerência) cumprisse o compromisso de atendimento.

Os professores que ministraram aula no Curso de Cozinheiro, nos períodos matutino e vespertino, no decorrer do ano de 2003, também foram pesquisados. Algumas entrevistas foram realizadas via telefone e outras através da rede mundial de computadores. Foi um universo de dez professores. Entre estes, ficou fora da pesquisa a própria pesquisadora, para não interferir positivamente ou negativamente no objeto da pesquisa, sendo assim, obteve-se 90% de questionários respondidos.

Faz-se importante ressaltar, algumas questões observadas ao término da pesquisa, as quais podem dar uma grande margem de distorção, isto é, trata-se da questão de número 3, sobre a relação do turismo e meio ambiente, que foi aplicada junto aos alunos. O percentual maior de alunos pesquisados foi na turma do período vespertino, os quais não tiveram a disciplina de ‘Fundamentos do Turismo’, caso contrário, se poderia obter um diferencial em relação a essa questão, conforme foi constatado na turma do período matutino.

CAPÍTULO 4

PROGRAMAS DE ENSINO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE GUIA DE TURISMO NACIONAL E DE COZINHEIRO DO SENAC/SC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é uma instituição de ensino profissionalizante, com cinquenta e sete anos de atuação em Santa Catarina.

Oferece diversos cursos, tais como: Aperfeiçoamento, que propicia a aquisição de novas competências profissionais; Qualificação, prepara para o domínio de competências necessárias no exercício profissional; Habilitação/Técnico, prepara técnicos e auxiliares técnicos de nível médio, de acordo com os dispositivos legais aprovados pelo Conselho Estadual de Educação; Graduação, proporciona formação profissional em nível de 3º grau, nas áreas de atuação específica da instituição, em cumprimento a projetos de cursos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e Conselho Federal de Educação; e, Pós-Graduação (Especialização), em convênio com instituições de ensino superior, de acordo com as exigências legais pertinentes.

As áreas de atuação são as de Comércio e Zeladoria, Imagem Pessoal, Informática, Turismo e Hospitalidade, Saúde, Lazer e Desenvolvimento Social, Gestão, Artes, Design, Telecomunicações e Meio Ambiente. Estas áreas foram estruturadas pelo Departamento Nacional, situado no Rio de Janeiro. O Departamento Regional de Santa Catarina, acata as estruturadas apresentadas, porém com liberdade para atuar em algumas áreas ou em todas, conforme lhe for conveniente e de acordo com a realidade local.

O SENAC, em Florianópolis - Centro Superior de Educação tecnológica, tem trinta e nove anos de existência, fica situado à Rua Silva Jardim, Bairro Prainha, e oferece diversos cursos, porém, não atua em todas as áreas citadas

anteriormente. A área de Turismo e Hospitalidade, assim como as demais áreas são divididas em sub áreas:

- Agenciamento e Operações Turísticas: compreende serviços próprios de agencia, roteiros, reservas, emissão de bilhetes entre outras;
- Guiamento de Turistas: compreende o atendimento direto ao turista, os cursos previstos pela lei são os de guia regional, guia de excursão nacional, guia de excursão internacional e os guias especializados em atrativos natural e atrativo cultural;
- Alimentos e Bebidas: oferece cursos à formação de pessoas que venham atuar em restaurantes, lanchonetes, cafés, bares, clubes, cozinhas de bordo, entre outros espaços, privilegiando a qualidade dos produtos e serviços, técnicas de manuseio e preparo. Nesta subárea é oferecido o Curso de Cozinheiro.
- Eventos: oferece cursos em serviços de planejamento e organização, promoção e recepção de eventos, os cursos com maior demanda são os de organização de eventos e recepcionista.
- Lazer e Entretenimento: propõe preparar profissionais de lazer e entretenimento, para atuarem em parques temáticos, centros culturais, cruzeiros marítimos, hotéis de lazer, entre outros.
- Hospedagem: orienta para as atividades ligadas diretamente à permanência temporária dos visitantes em estabelecimentos como hotéis, pousadas, albergues entre outros. Os cursos com maior demanda são os de Governança, Qualidade no Atendimento Hoteleiro, Atendimento em Recepção, Administração Hoteleira.

Pode-se, ainda, fazer outra divisão entre Turismo e Hospitalidade. Turismo compreende alguns Cursos, como exemplo, Organização de Eventos, Guia de Turismo, Agenciamento e Operação Turística, Recreação e Animação Turística, Ecoturismo, Conductor de Visitantes de Ambientes Naturais, Turismo Religioso, Roteiro de Viagens para Profissionais, Roteiro de Viagens Pessoais, Paisagem e Jardinagem, entre outros; e, Hospitalidade compreende, basicamente, hospedagem

e alimentação, tais como, Técnico em Hospitalidade em Hotéis e Pousadas, Camareira em Meios de Hospedagem, Arrumação de Quartos em Hotéis e Pousadas, Atendimento Telefônico em Hotéis e Pousadas, Reservas de Hospedagem, Gestão e Operacionalização de Meios de Hospedagem, Cozinheiro, Barman, Garçon, Auxiliar de Cozinha, entre outros.

Dentre os Cursos citados, será feita abordagem especificamente em Guia de Turismo Nacional (Turismo) e Cozinheiro (Hospitalidade), correspondendo às formações profissionais de capacitação em habilitação técnica e qualificação respectivamente.

4.1 O Programa do Curso de Guia de Turismo Nacional

4.1.1 Propostas

O Curso de Guia de Turismo Nacional é uma proposta para ser um curso técnico - Habilitação Técnica Profissional em Guia de Turismo, composto por 866 horas totais.

a) Objetivos

- Atender aos princípios norteadores contidos no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e na Resolução CNE/CEB nº 04/99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, a saber: independência e articulação com o ensino médio; respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho; flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização; identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso; autonomia em seu projeto pedagógico.
- Oferecer condições para que o aluno desenvolva as competências profissionais necessárias e comuns a todo profissional que atua na área de Turismo e Hospitalidade de modo a favorecer o diálogo e a

interação com os demais profissionais da área, bem como ampliar sua esfera de atuação.

- Desenvolver as competências específicas da habilitação de técnico em guia de turismo e da qualificação intermediária, que compõem o itinerário profissional relacionado aos respectivos perfis profissionais de conclusão.
- Dar condições para que o aluno continue os estudos em cursos afins, de atualização, aperfeiçoamento e especialização.
- Contribuir para o desenvolvimento do ser humano de maneira integral que respeite as diferenças culturais, étnicas e de gênero.

As 886 horas, são divididas em três módulos:

- Módulo Comum (226 horas): é comum para quem pretende cursar somente o curso de guia regional ou o de guia nacional independentemente.
- Módulo Regional (280 horas): ao término do módulo comum, mais o módulo de preparação para guia regional, o aluno estará cumprindo uma etapa e terá uma certificação como qualificado para atuar como guia regional. Totalizando nesta etapa 506 horas.
- Módulo Nacional (360 horas): ao término do módulo comum, mais o módulo de guia nacional, o aluno receberá uma certificação como qualificado para atuar como guia nacional. Totalizando 586 horas.

Aquele aluno que tem interesse em uma habilitação técnico profissional em guia de turismo, deverá cumprir todas as etapas; isto é, cursar o módulo comum, o módulo regional mais o módulo nacional, onde receberá o título de “Habilitação Técnica Profissional Guia de Turismo”, com carga horária total de 866 horas.

Este curso é trabalhado dentro da modalidade de competências, onde são apresentados na matriz curricular somente os componentes curriculares.

4.1.2 Programa de ensino e ementa

a) Módulo Comum (ou Integrador)

Componentes Curriculares:

- relações interpessoais;
- técnicas de comunicação;
- fundamentos do turismo e da hospitalidade;
- espanhol para a profissão;
- princípios de ecologia e proteção ao meio ambiente;
- direito e legislação aplicáveis ao ramo turístico;
- introdução à informática e novas tecnologias; e,
- primeiros socorros.

As competências exigidas ao término desse módulo são as seguintes:

- relacionar-se adequadamente com o grupo de colegas no trabalho e com os diferentes tipos de público externo, assumindo postura e utilizando linguagem condizente às situações específicas;
- reconhecer a importância do turismo no contexto sócio econômico e político;
- conhecer e respeitar a legislação turística pertinente à sua área de atuação, seja como preposto da agência ou como profissional autônomo;
- identificar através da linguagem não verbal possíveis necessidades da equipe de trabalho e/ ou dos passageiros;
- contribuir para a preservação ambiental agindo profissionalmente com consciência a respeito da questão ambiental, para posicionar-se frente aos graves problemas inerentes a esta atividade;

- garantir a qualidade dos serviços;
- desenvolver atitudes profissionais: autonomia, iniciativa, atuação em equipe, criatividade, objetividade, flexibilidade para mudanças, criação de novas oportunidades;
- identificar o lazer e o entretenimento com o tempo livre, como forma de valorizar a qualidade de vida;
- prover os primeiros socorros permitidos pela legislação em vigor;
- assegurar o bem estar dos turistas;
- saber expressar-se oralmente e por escrito, na língua nacional, de forma clara e objetiva; e,
- utilizar no processo de trabalho os recursos tecnológicos disponibilizados pela informática e pelas telecomunicações como sistemas operacionais, processadores de texto, planilhas eletrônicas, Internet, correio eletrônico, entre outros.

As bases tecnológicas apresentadas para este módulo (comum ou integrador) são:

- princípios e regras de expressão aplicadas aos variados públicos: tom de voz, as expressões mais usadas e o padrão de linguagem a ser empregado em determinadas ocasiões;
- técnicas de leitura e interpretação de pesquisas, sondagens e indicadores sócio-econômicos;
- componentes essenciais da comunicação;
- aspectos gramaticais indispensáveis ao bom desempenho lingüístico, a norma e sua utilização pelo comunicador;
- linguagem verbal e não verbal;
- tipologia e classificação de meios de hospedagem, meios de transporte, serviço de alimentação, equipamentos, eventos, atividades de lazer, entretenimento e animação sócio – cultural;

- o guia de turismo, importância da ocupação;
- ética profissional e cidadania;
- etiqueta social e profissional;
- noções básicas de ecologia;
- ecossistemas brasileiros;
- noções básicas de informática (windows, word, internet, excell, etc.);
- legislação ambiental aplicada;
- técnicas e procedimentos de primeiros socorros;
- efeitos fisiológicos decorrentes de altitude, temperatura, profundidade, fuso horário, etc.;
- interpretação e aplicação da legislação turística;
- modalidades, tipos e formas de turismo: oferta e demanda;
- estrutura e organização dos serviços turísticos, do ramo hoteleiro e dos serviços de gastronomia;
- educação ambiental; e,
- estrutura básica e vocabulário da língua espanhola.

As bases tecnológicas vieram substituir o que convencionalmente é denominada de conteúdo ou ementa.

b) Módulo de Guiamento Regional

Componentes Curriculares:

- geografia aplicada ao turismo regional;
- história aplicada ao turismo regional;
- manifestação da cultura popular regional;
- história da arte aplicada ao turismo; e,
- teoria e técnica profissional.

Neste módulo, também são exigidas certas competências necessárias ao aluno para o término do mesmo:

- receber, orientar, informar e conduzir os turistas no âmbito local e regional;
- elaborar o cronograma de viagem, articulando, coordenando e controlando os diferentes setores envolvidos nas etapas que constam no roteiro, garantindo seu cumprimento;
- programar os produtos e serviços a serem oferecidos;
- dominar técnicas de manuseio de máquinas e equipamentos para o serviço de guiamento;
- identificar, avaliar, selecionar e comunicar informações geográficas, históricas, artísticas, recreativas e de entretenimento, atividades de lazer e eventos, folclóricas, artesanais, de transporte, gastronômicas, de hospedagem no contexto local e regional;
- identificar as necessidades e soluções adequadas ao melhor atendimento do turista;
- acompanhar os turistas durante suas viagens e *city tour* regionais, cumprindo o programa estabelecido pela agência ou pela operadora; e,
- executar o trabalho com ética, respeitando os valores humanos e valorizando o trabalho.

As bases tecnológicas apresentadas para este módulo (comum ou integrador) são:

- fundamentos do turismo e do lazer;
- infra-estrutura turística – equipamentos e serviços;
- infra-estrutura de apoio ao turismo;
- procedimentos preliminares em relação à viagem;

- plano de viagem – o programa;
- recepção ao turista – procedimentos de recepção;
- procedimentos de bordo;
- acomodação ao turista no hotel;
- procedimentos de embarque/desembarque;
- procedimentos de *check-in/check-out*;
- aspectos históricos, geográficos, sócio-econômicos e ambientais do estado;
- manifestação da cultura popular do estado; e,
- técnicas de condução de turistas, com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações especializadas, entre outras.

c) Módulo de Guiamento Nacional:

Componentes Curriculares:

- geografia aplicada ao turismo;
- história aplicada ao turismo;
- manifestação da cultura popular nacional;
- estudo de roteiros turísticos;
- recreação e animação turística;
- história da arte aplicada ao turismo nacional; e,
- teoria e técnica profissional.

As competências necessárias para este módulo não diferem muito do módulo anterior, o que altera é o espaço físico de abrangência, alguns exemplos:

- receber, orientar, informar e conduzir turistas no âmbito nacional e americano;

- elaborar o cronograma de viagem, articulando, coordenando e controlando os diferentes setores envolvidos nas etapas que constam no roteiro, garantindo seu cumprimento;
- programar os produtos e serviços a serem oferecidos;
- identificar, avaliar, selecionar e comunicar informações geográficas, históricas, artísticas, recreativas e de entretenimento, atividades de lazer e eventos, recreação, animação, arte e cultura;
- executar o trabalho com ética, respeitando os valores humanos e valorizando o trabalho; e,
- elaborar roteiros de viagens nacionais e sul-americanas; entre outras competências.

As bases tecnológicas apresentadas para este módulo (comum ou integrador) não são diferentes do anterior. Vale ressaltar que, de acordo com as normas para cursos técnicos, o aluno que comprovar já possuir alguma das competências (no máximo 25% do total de carga horária) necessárias para a formação do profissional desta área, ficará isento da participação em aula.

Esta competência pode ter sido adquirida através de experiência de trabalho, sem necessariamente ter documento que comprove já ter estudado tal assunto, para isso, o aluno passará por exame e poderá receber certificação de competência. (LDB, arts. 5, 11 e 41).

Por competência é entendido, “capacidade pessoal de articular os saberes (“saber”, “saber fazer”, “saber ser” e “conviver”) inerentes às situações concretas de trabalho.” (MEC, 2000, p.34).

Este Curso é caracterizado exclusivamente como profissionalizante, em nível técnico, (alunos matriculados ou egressos do ensino médio – inciso II do art. 3), isto quando o aluno estuda os três módulos conforme já apresentado.

Atende ao disposto na LDB, Lei Federal nº 9.394/96, no Decreto Federal nº 2208/97, no Parecer/CNE/CEB nº 14/97. Obedece também a Deliberação Normativa nº 426 e 427, de 04/10/2001, da EMBRATUR.

Ainda está subordinado às normas do Regimento das Unidades SENAC/SC – Educação Profissional e Ensino Médio, aprovado pelo Parecer nº 30/99, do Conselho Estadual de Educação (CEE).

4.1.3 Atividades

Este curso é trabalhado através de atividades práticas e teóricas, como forma de garantir a aprendizagem do aluno. A parte teórica ocorre não necessariamente só em sala de aula, mesmo tratando de disciplinas como história aplicada ao turismo ou geografia aplicada ao turismo, por exemplo, é possível que o professor faça saídas de campo para avaliação *in loco* do que foi analisado em sala de aula.

Além das disciplinas teóricas, existem as que são extremamente práticas, como as saídas ou visitas técnicas direcionadas (de acordo com a Deliberação Normativa nº 427, de 4/10/2001, da EMBRATUR), para colocar em prática as atividades de um guia. Por exemplo, são realizadas duas saídas ou mais, de acordo com a proposta inicial estabelecida para o curso. Uma no próprio estado e outra fora do estado. Nesta saídas, são elaborados roteiros, atividades de recreação e lazer, *check in* (verificação de entrada) e *check out* (verificação de saída) nos hotéis entre outras atividades, que irão garantir a prática do futuro profissional. Toda a atividade é acompanhada por professores das disciplinas específicas, e em alguns casos por coordenador do SENAC da área de Turismo e Hospitalidade.

As estratégias de aprendizagem portanto, deverão abranger situações diversificadas, possibilitando flexibilidade de comportamento e autodesenvolvimento, no que diz respeito à diversidade e às mudanças nas técnicas e tecnologias, tendo em vista a situação real de trabalho.

Tais estratégias contarão com, discussões e resoluções de situações concretas através de estudos de caso; a elaboração de projetos; a realização de pesquisas e visitas técnicas; análise e discussão de documentos reais, estudo individual e em grupo, palestras oficinas e seminários.

4.1.4 Recursos e avaliação

Os recursos didáticos utilizados são diversos, iniciando com uma sala equipada com televisão, vídeo, data show, retroprojeto, laboratório de informática, diversos vídeos, *Cd-room* e livros produzidos pela instituição SENAC Nacional, biblioteca equipada com diversificado acervo e uso de computador com Internet.

Além destes recursos internos, são realizadas visitas técnicas em lugares próximos na Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, de acordo com a motivação e disponibilidade de cada professor. Como atividade obrigatória é a visita técnica supervisionada, em que o aluno estará praticando a profissão de guia, elaborando roteiro, preparando *check-in* e *check-out*, organizando momentos de recreação e lazer, entre outras atividades as quais o profissional deve desenvolver. Esta atividade é acompanhada pelo professor específico da disciplina, além de outros professores e coordenador do curso.

O processo de avaliação ocorre em todas as disciplinas, onde é primordial a presença mínima de 75%, participação em sala de aula e elaboração de trabalhos solicitados pelos professores. Não é feita avaliação aos moldes tradicionais, pois se deve levar em conta o aluno enquanto sujeito em processo constante de formação. Normalmente é realizado conselho de classe para que professores em conjunto e representantes dos alunos, façam avaliação do processo ensino aprendizagem. Este é o modelo descrito como processo avaliativo.

4.2 O Programa do Curso de Cozinheiro

4.2.1 Propostas

O Curso de Cozinheiro é direcionado à qualificação profissional, exclusivamente profissionalizante de nível básico, “destinado à qualificação e requalificação dos trabalhadores, independente de escolaridade prévia” (LDB e a Legislação Complementar, Decreto nº 2.208/04/97, anexo VIII, Portaria nº 646/05/97, MEC, art. 3, incisos I, II e III - níveis da Educação Profissional).

Este Curso atende ao disposto na LDB, Lei nº 9.394/96 e subordina-se às normas do Regimento das Unidades SENAC/SC. É um Curso com uma boa demanda, uma vez que há carência por profissionais qualificados, havendo, ao término do curso, oportunidade de empregabilidade.

O objetivo deste Curso é formar o profissional com conhecimentos técnicos e humanos, capaz de atender empresas e público em geral, com conhecimentos práticos e possuidor de uma educação culinária moderna e tradicional.

4.2.2 Programa de ensino e ementa

Assim como no curso citado anteriormente, o curso de cozinheiro é formatado em três módulos, porém, o aluno tem que necessariamente passar por estes para garantir a certificação de qualificação, onde o aluno é avaliado de acordo com as competências que se fazem necessárias ao profissional da cozinha. Totalizando a carga horária de em média 642 horas.

- Módulo I (ou Integrador): preparar o aluno para a resolução de situações – problemas e que suscitem questionamentos, buscando favorecer a criatividade, a flexibilidade, o relacionamento humano e a solução de conflitos.

Componentes Curriculares:

- expressão oral;
- ética, trabalho e cidadania;
- qualidade na prestação de serviços;
- negociação para o trabalho em equipe/ liderança; e,
- programas (software) específicos da área.

As competências necessárias para o profissional neste módulo são:

- capacidade para ouvir, orientar e supervisionar ajudantes a relacionar-se facilmente com a equipe de trabalho, gerando sinergia;
- adotar princípios éticos em sua relação de trabalho, postura profissional compatível com o exercício da função;
- saber administrar conflitos; compromissos e responsabilidades;
- comunicar-se com os demais profissionais, utilizando vocabulário técnico específico;
- participar de equipes de trabalho, de forma produtiva, mantendo postura ética e contribuindo efetivamente para a qualidade dos serviços prestados;
- iniciativa para prevenir e solucionar problemas;
- interagir com os demais profissionais da equipe; e,
- identificar princípios de qualidade na prestação de serviços, entre outros não citados.

As bases tecnológicas apresentadas para este módulo (comum ou integrador) são:

- Módulo II (Instrumental): desenvolver conhecimentos no complexo mundo da gastronomia.

Componentes Curriculares:

- história da gastronomia;
- estrutura física da cozinha;
- estrutura funcional da cozinha;
- utensílios e equipamentos da cozinha;

- higiene pessoal, dos alimentos e equipamentos;
- noções de nutrição e dietética;
- matemática para a profissão;
- elaboração de menus e cardápios;
- segurança no trabalho;
- primeiros socorros;
- noções de empreendedorismo; e,
- francês e espanhol para a profissão.

Algumas competências necessárias ao término deste módulo:

- elaborar menus e cardápios;
- utilizar os ingredientes, qualidade, variedade, sazonalidade de produtos e insumos básicos da cozinha;
- identificar os aspectos básicos de nutrição;
- utilizar o computador para atividades afins;
- cuidar da higiene e segurança alimentar;
- utilizar vocabulário operacional;
- sugerir cardápios;
- apresentar criação própria de pratos e guarnição; manter registro em ficha técnica; e,
- utilizar equipamentos, instrumentos de trabalho, materiais e produtos corretamente, entre outras não citadas.

- Módulo III (Técnicas de Trabalho): é o apreender fazendo; cozinhar com técnica, eficiência, eficácia, dedicação, segurança e amor á profissão.

Componentes Curriculares:

- recebimento, seleção , limpeza e corte de legumes, frutas e verduras, de peixes e frutos do mar, de aves e caças, de carne bovinas, suínas de animais exóticos; e,
- técnicas de preparo e cocção de molhos, bases e condimentos, de entradas, saladas e maioneses, de massas para macarrão, de ovos, omeletes, fritadas, sopas, caldos e cremes, de suflês, crepes, panquecas, de arroz e risotos, entre outras técnicas específicas da área.

As competências essenciais a este módulo, dizem respeito ao saber fazer todas as técnicas demonstradas. São elas:

- realizar corte e pré- preparo de comestíveis variados;
- confeccionar massa artesanal e semi- industrial;
- preparar e arrumar a área de trabalho para início da atividade (mise en place);
- fechar o serviço da cozinha;
- preparar, montar e apresentar pratos quentes e frios;
- prestar informações sobre a composição do prato; e,
- operar equipamentos e maquinarias, entre outras competências aqui não citadas.

4.2.3 Atividades

As atividades desenvolvidas no curso de cozinheiro passam pelo teórico e prático. Alguns temas são abordados, de maneira estritamente teórico, mesmo existindo a possibilidade de fazer uso na prática de determinado tema.

As aulas transcorrem em salas comuns, e as práticas na cozinha pedagógica, por tratar-se de um curso de qualificação profissional. A grade curricular pode ser flexível, sendo possível criar várias atividades, privilegiando uma ou mais unidades curriculares integradas. É possível, também, ampliar ou diminuir a carga horária de certa unidade curricular, e acordo com os interesses ou perfil da turma, de forma que auxilie uma aprendizagem mais efetiva.

4.2.4 Recursos e avaliação

Os recursos disponibilizados são variados, como televisão, vídeo, salas, cozinha pedagógica, *data-show* e vasta bibliografia na área de gastronomia, publicado pelo SENAC (Departamento Nacional), disponível na biblioteca da instituição, bem como, na Internet.

Estas tecnologias podem ser utilizadas pelos professores, desde que sejam solicitadas com antecedência (alguns equipamentos).

O Curso de Cozinheiro é trabalhado por competências, conforme já foi descrito anteriormente.

A proposta educacional prevê conselhos de classe, com a participação de alunos representantes de turma, coordenação técnica, coordenação pedagógica e professores. São verificados os problemas que podem estar ocorrendo em sala de aula, as solicitações dos alunos, entre outros. Ao final, faz-se uma avaliação dos alunos, que ocorre através de conceitos “S” (satisfatório), “PS” (plenamente satisfatório) e “R” (regular).

A competência trabalhada no primeiro momento, deve ser item a ser avaliado ao término de outras disciplinas, isto é, a competência deve fazer parte do aluno e não somente quando o professor vai aplicar alguma avaliação. Portanto, o último professor do módulo poderá avaliar atividade que foi trabalhada por algum professor no início do curso.

Esta forma de avaliação é produtiva, quando os professores souberem avaliar e trabalhar por competência.

4.3 Análise Crítica dos Currículos

Estas competências, exigidas neste primeiro módulo devem ultrapassar aos demais módulos é um processo de aquisição de competências, para o resgate da cidadania. Ainda cabe observar que, mesmo sendo apresentada a questão ambiental, como uma competência em que o aluno deve adquirir ou que já possui, a mesma está isolada, como uma base tecnológica. A questão ambiental situa-se como uma disciplina, conforme verificado através dos componentes curriculares e não como tema interdisciplinar ou transversal conforme citado nos PCN's. As frases destacadas em negrito servem para apresentar a temática específica sobre cidadania e ou meio ambiente.

Destaque para o item 8 deste documento até o momento apresentado (Plano de Curso da Habilitação Profissional da área Turismo e Hospitalidade – Habilitação Profissional Técnico em Guia de Turismo – SENAC/SC) em relação aos temas transversais:

Os temas transversais são elencados nos referenciais da área profissional de Turismo e Hospitalidade como a ética (respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade) e o meio ambiente (sustentabilidade e diversidade). Estes temas serão discutidos através de projetos interdisciplinares, oficinas, seminários, entre outros. (SENAC, 2002, p.15).

Uma vez que pensado neste assunto como tema transversal, não parece necessário apresentá-los (ética e meio ambiente) como bases tecnológicas. Outra questão para ser discutida e na qual será ponto de avaliação posteriormente às entrevistas, diz respeito aos módulos, os quais apresentam as competências de maneira isoladas, isto é, competência só demonstrada ou exigida em um dos módulos. Pressupõe-se que o aluno ao incorporar certa competência, levará esta consigo. Porém, se não houver boa articulação por parte da equipe pedagógica, para o envolvimento entre os professores, poderá ocorrer uma incorporação momentânea somente, uma vez que não há resgate constante por parte do corpo docente ou, parte destes professores não apresentarem em seu discurso importância necessária aos temas citados, talvez, aqui conjecturando, por não haver informação suficiente sobre o que é esperado do aluno ao término do curso ou por

outros motivos. Estas dúvidas serão resgatadas posteriormente, ao término da avaliação das entrevistas aplicadas junto ao corpo docente.

Por último, vale ressaltar que: conforme citado “desenvolver autonomia, criatividade,” etc. não é algo palpável, de fácil transmissão ou de fácil avaliação por parte do docente, é subjetivo, diferente de solicitar ao aluno para elaborar um roteiro turístico, por exemplo, portanto, o professor ou orientador tem que ter muita perspicácia, experiência em sala de aula e, acima de tudo, ele próprio ser criativo, autônomo, flexível, objetivo, etc. Ao menos são essas algumas das competências esperadas de um professor.

A análise crítica que aqui se busca fazer a respeito do programa de ensino do Curso de Cozinheiro conforme disposto anteriormente, há uma preocupação por parte da instituição SENAC em relação à escolaridade, para isso, exige a escolaridade mínima do Ensino Fundamental completo (1º grau) e idade mínima de 18 anos. Tais exigências são necessárias para possibilitar por parte do aluno a aquisição de certas competências inerentes à profissão, como exemplo saber se comunicar verbalmente e por escrito, assim como também necessário uma utilização de cálculos matemáticos.

Também como ensino básico, está sujeito a alterações tanto de carga horária geral, como inserção ou remoção e/ou diminuição das horas de certa disciplina. Isto pode ser feito, e que normalmente ocorre para facilitar e aperfeiçoar o curso, de acordo com observações feitas em cursos já realizados. Há portanto no ensino básico, certa flexibilidade.

Mais uma vez observa-se que, mesmo estando registrada, nos documentos analisados, a questão da “interdisciplinaridade”, essa não aparece implicitamente ou explicitamente, pois os temas transversais aparecem como componente curricular, isto é, mais uma disciplina no programa. Além do que, o tema ambiental não é citado em nenhum momento. Em relação à ética, na qual pode fazer uso do discurso ambiental, está muito ligado ao fato interno – trabalho, de maneira que parece ser necessária atitudes éticas somente no espaço do trabalho. Quando o homem tem posturas éticas, estas o acompanham em qualquer espaço de convívio.

A integração entre os professores é primordial na tentativa do trabalho interdisciplinar. Tarefa não muito fácil, uma vez que o documento carece de maiores informações para que pelo menos no papel, a incorporação da cidadania seja objetiva, direta. O que não é garantia da eficácia em sala de aula.

A fala sobre cidadania se faz presente em toda a dissertativa, uma vez que é este o discurso de empresários, instituições de ensino, governantes.

A educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A formação profissional precisa se dedicar a um duplo papel: a qualificação dos trabalhadores, levando em conta as exigências do mercado e a educação para a cidadania. (SENAC, 1997, p.29-30 e 50).

Como tratar um tema através de duas abordagens ? Afinal, dizem os empresários e governantes que um trabalhador qualificado é um cidadão? Afinal, quais são as exigências do mercado? Será que estão postas em prol de uma sociedade mais justa? Uma vez que o modelo econômico vigente é representado por pobres e ricos, faz-se necessário repensar quanto às exigências do mercado, mas como?

CAPÍTULO 5

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Considerações Iniciais

Os documentos oficiais que orientam a proposta pedagógica dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e Cozinheiro, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC), objeto em estudo, são embasados nos programas dos cursos e em outras fontes da instituição, que contemplam o Plano Político Pedagógico, de forma parcial, a preocupação com o resgate da cidadania, a partir das descrições das competências demonstradas anteriormente, através dos programas, que devem ser adquiridas ou incorporadas pelo aluno. Algumas das competências elencadas são os padrões éticos de natureza profissional e social, a relação interpessoal, e os cuidados ambientais que, também, objetivam resgatar o cidadão.

Além da inserção das questões ambientais em todas as áreas, como um tema transversal, houve a estruturação da área do Meio Ambiente, onde:

[...] se propôs formas de inserir a abordagem da temática ambiental em todos os cursos oferecidos nas áreas de sua atuação. Dessa maneira, pretende-se que todos os profissionais desenvolvam competências em relação à conservação e à preservação do meio ambiente (SENAC, 2003 – Intranet).

Além disso, é preciso destacar, também, que embora a temática ambiental perpassasse todas as áreas profissionais:

A de meio ambiente faz interfaces especiais com as áreas de turismo, de saúde e lazer e de desenvolvimento social, propiciando a criação de novos segmentos de atuação e ampliação do escopo dessas áreas (SENAC, 2003 – Intranet).

Com estas declarações, fica pertinente a discussão sobre 'turismo', 'hospitalidade' e 'educação ambiental', pois se constata, através dos documentos oficiais, a preocupação na transmissão de informações de ações pró-ativas ao meio ambiente, bem como, é um dos desafios que deve ser alcançado pela Instituição SENAC.

Estas declarações vêm corroborar a estreita relação entre 'turismo' e 'meio ambiente', conforme fundamentação conceitual no Capítulo 2. Portanto, nada mais coerente do que inserir nos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro a temática "educação ambiental", não somente como proposta teórica nas abordagens dos Programas de Ensino destes Cursos como, também, na prática do cotidiano, através da interação entre professor/professor, aluno/professor, professor/aluno e aluno/aluno em atividades do saber-fazer além da sala de aula.

Para tanto, no item a seguir far-se-á uma análise da coleta de dados dos professores, alunos e empresários da área de alimentação, onde poderá ser comprovada a necessidade da inserção deste tema nos referidos cursos.

5.2 Descrição e Análise da Coleta de Dados

A partir da análise dos questionários aplicados aos professores, alunos e empresários da área de alimentação, foi possível estabelecer relações de convergência e discrepâncias entre os pressupostos teóricos expressos nos programas dos Cursos Profissionalizantes às propostas político-pedagógicas.

5.2.1 Análise do resultado das entrevistas dos professores

Parte I – Caracterização do Público-Alvo

Tabela 5.1: Questão 1 - Área de formação.

PROFISSÃO	Nº DE PROFISSÕES	%
Técnico em Contabilidade	1	9,09
Cozinheiro	1	9,09
Farmacêutico	1	9,09
Pedagogo	1	9,09
Professor - Licenciado	1	9,09
Administrador	1	9,09
Administração Hoteleira -Tecnólogo	1	9,09
Contabilista	1	9,09
Técnico em Enfermagem	1	9,09
Nutricionista	1	9,09
Hotelaria (Confeitaria em Águas de São Pedro)	1	9,09
TOTAL	11	100

Nota: Há professores que possuem mais de uma profissão.

Fonte: Entrevistas realizadas, 2003.

Conforme demonstra a Tabela 5.1, o perfil dos professores entrevistados é representado por um (1) profissional de cada área.

Tabela 5.2: Questão 2: Grau de instrução.

ESCOLARIDADE	Nº DE ENTREVISTADO	%
Pós-Graduação-Stricto Sensu	1	11,11
Pós-Graduação Lato Sensu	1	11,11
Graduação	5	55,56
Graduação Incompleto	0	0
2º Grau	2	22,22
TOTAL	9	100

Fonte: Entrevistas realizadas, 2003.

Na Tabela 5.2 constata-se que 55,56% dos entrevistados têm Curso de Graduação, nas áreas de Farmácia, Pedagogia, Administração-Geral e Hoteleira, Nutrição; 22,22% possuem o Ensino Médio, nas áreas de Técnico em Contabilidade, Cozinha e Confeitaria Internacional e Técnico em Enfermagem; 11,11% tem Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu na área de Saúde Alimentar; e 11,11% possuem Pós-Graduação Lato Sensu, na área de Marketing Empresarial.

Quanto à habilitação profissional em duas áreas de atuação, tendo sido efetuado o registro das mesmas, em face dos objetivos finais desta pesquisa, 2 entrevistados disseram possuir.

Ressalte-se que durante o processo de entrevistas, 1 entrevistado não respondeu ao questionário formulado. Dessa forma, a coleta de dados centrou-se em 9 dos 10 profissionais que atuam no Curso.

Parte II – Questões específicas ao objetivo

Tabela 5.3: Questão 1 – Entendimento (conhecimento) do tema ‘transversal’.

CONHECIMENTO	Nº DE ENTREVISTADO	%
Sim	5	55,56
Não	1	11,11
Não ouviu falar	1	11,11
Não se lembra	2	22,22
TOTAL	9	100

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Diante dos dados da Tabela 5.3 cabe ressaltar algumas falas sobre o entendimento (conhecimento) sobre o tema em questão. Alguns professores colocam a transversalidade como uma definição saída de um dicionário e não como uma proposta pedagógica orientada através dos Planos Curriculares Nacionais (PCN's) e outros (55,56%) definiu o tema ‘transversalidade’ sob a orientação dos PCN's, respectivamente.

“Dentro de um texto que está ligado ao contexto e atravessam outro tema.”

“Transversalidade que cruza alguma coisa.”

“São temas que devem ser abordados por todos os professores.”

“Quando trabalhamos uma disciplina utilizando outra. Por exemplo, trabalhar culinária junto com a Ética, Segurança do Trabalho, etc.”

Esses professores demonstraram atuar em sala de aula com conceitos teóricos sobre a transversalidade, fazendo parte desses temas, inclusive, a educação ambiental.

Tabela 5.4: Questão 2 - Resgate da cidadania na escola.

ELEMENTOS BÁSICOS DA CIDADANIA	Nº DE ENTREVISTADOS	%
trabalho em equipe	1	3,85
responsabilidades	2	7,69
Autonomia	3	11,54
Iniciativa	1	3,85
capacidade de comunicação	0	0
sexualidade (orientação)	9	34,61
flexibilidade	0	0
cooperação	2	7,69
interesse e atenção	0	0
qualidade nos serviços prestados	2	7,69
formas de utilização de máquinas e equipamentos (televisão, vídeo, computadores, forno de microondas, forno combinado, data show e equipamento de som)	6	23,08
TOTAL	26	100

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Pode-se perceber com os dados expostos na Tabela 5.4 e as colocações nas falas dos entrevistados, que há empecilhos que dificultam a interação dos atores de uma forma integral.

“No desenvolvimento das disciplinas, no tempo de seis horas, não é possível fazer um trabalho mais amplo e profundo. Os professores não se encontram antes do início das atividades e há uma diversidade de local de trabalho.”

“Estes conteúdos não integram a agenda de minhas aulas. É lógico que quando o aluno faz algum comentário a gente informa.”

Esta questão teve como objetivo, também, analisar os elementos básicos que contemplam o resgate da cidadania, uma vez que o resgate desta está intrinsecamente relacionada com a produção de trabalho (neste estudo na área de

Turismo e Hospitalidade) e com as questões ambientais. É necessário observar que foi solicitado para pontuar os elementos não trabalhados pelo professor, portanto, aqueles que obtiveram o menor percentual são os temas destacados pelos entrevistados como os de maior relevância.

Dentre os elementos destacados, a forma de utilização de máquinas e equipamentos (computadores, fornos de microondas, forno combinado data show, vídeo e televisão, entre outros), obteve um percentual de 23,08%, índice bastante elevado, ficando em penúltimo lugar na ordem de menor importância. Este tema é trabalhado por professores específicos das unidades curriculares e, mais uma vez, não é apresentado pelos mesmos, competência neste tema, conforme a fala destacada:

“Uma vez que não me diz respeito falar e usar equipamentos tecnológicos atualizados.”

Ressalte-se que, nos tempos atuais, para obter condições de empregabilidade, o sujeito deve conhecer as tecnologias, mesmo que aparentemente ele não faça uso em seu espaço de trabalho, não esquecendo que essa ferramenta está inserida dentro de um mercado globalizado.

O elemento menos abordado pelos entrevistados, como mais um tema que contribui para o resgate da cidadania, novamente ficou ‘orientação sexual’ (34,61%). Há que se esclarecer que os temas nos PCN’s são engessados e portanto, há liberdade de trabalhar um, dois ou todos os temas, em conjunto, proporcionam uma formação do sujeito dentro de uma visão holística.

Além disso, com acréscimo contínuo de doenças sexualmente transmissíveis, em grande parte das regiões do planeta, faz-se necessário que os sujeitos obtenham algumas informações de cunho científico, para a prevenção de doenças, e assim, é premente que este tema seja abordado no ensino profissionalizante de qualquer área do SENAC/SC.

A proposta pedagógica do SENAC/SC contempla os elementos apontados nesta questão e serviu de base para a elaboração do instrumento de coleta de dados.

Algumas das respostas ou a ausência das mesmas, uma causa estranheza, uma vez que muitos dos temas apontados não são necessários de

abordagem específica, mas sim, do uso na prática de sala de aula. Incentivar os elementos como “trabalho em equipe”, “responsabilidade”, “autonomia”, “iniciativa”, “capacidade de comunicação”, “flexibilidade”, “cooperação”, “interesse e atenção”, “uso de equipamentos tecnológicos”, “orientação sexual” e “qualidade nos serviços”, vêm corroborar no que se acredita que estes podem ser abordados no escopo de praticamente todas as unidades curriculares que integram a proposta pedagógica. Portanto, a prática destes elementos inseridos com a unidade curricular de cada professor pode resultar em trabalho diferenciado.

Esta dinâmica de forma integrada, não necessita de muitos procedimentos metodológicos, uma vez que a maioria dos professores solicita trabalhos em grupo, utiliza técnicas de seminários, faz uso de vídeo, televisão, equipamento de som, *data-show* entre outros no seu cotidiano de sala de aula. Portanto, ratifica-se a necessidade de uma ação sinérgica quanto ao incentivo de tais práticas, além do estabelecimento de conexão entre as unidades, frente ao processo pedagógico que seu tema está inserido e ao objetivo final do curso em que está empreendendo suas atividades.

Entretanto, para a concretização deste processo, o professor necessita estar revestido dos pressupostos elencados em sua ação pedagógica, pois a não-materialização da ação pedagógica, em sinergia com a análise formulada anteriormente, o remete para um processo de reflexão mais apurada, acerca da efetiva transversalidade no processo de ensino ou mesmo do perfil profissiográfico do corpo docente mobilizado.

Em relação aos objetivos desta pesquisa, até o presente momento, pode-se constatar que os temas transversais são contemplados em parte. De acordo com os professores pesquisados (50%), a “educação ambiental” está sendo integrada gradativamente ao processo pedagógico de sala de aula, bem como, nas atividades desenvolvidas fora do espaço da sala de aula. O tema “ética” no Curso de Cozinheiro está sendo trabalhado como mais uma unidade curricular, bem como, não atende as orientações dos PCN’s. O tema “meio ambiente” é apresentado como uma das competências do profissional de cozinha, no entanto, não há orientação expressa de como efetivar tais propostas.

Assim sendo, aplica-se em sala de aula uma educação tradicional e cartesiana, onde cada professor atua isoladamente, cuidando apenas do que lhe diz

respeito, inclusive, sem saber o resultado final de sua prática pedagógica, uma vez que trabalha “carga horária” no conceito da disciplina e conteúdo programático e não em conjunto com as demais atividades escolares. Portanto, o processo ensino-aprendizagem ainda é reproduzido como um modelo tradicional, caracterizando-se como um processo estanque.

Tabela 5.5: Questão 3 - A abordagem dos temas transversais no plano de ensino.

TEMAS TRANSVERSAIS	Nº DE ENTREVISTADOS	%
Ética	9	33,34
Meio-ambiente	4	14,82
Saúde	5	18,52
Pluralidade Cultural	6	22,22
Sexualidade	0	0
Segurança	1	3,7
Empreendedorismo	1	3,7
Responsabilidade Social	1	3,7
TOTAL	27	100

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Percebe-se que nos dados da Tabela 5.5 os temas “segurança”, “empreendedorismo” e “responsabilidade” social, que não estão elencados nos PCN’s, também, não foram citados, mas totalizaram um percentual de 11,2% nas respostas de 3 entrevistados. Porém, estes temas podem ser utilizados para outras abordagens que sejam convenientes com a realidade local ou de cada instituição de ensino. Estes temas foram elencados de acordo com a área de atuação de cada professor e estão intimamente relacionados com a unidade curricular pelos mesmos.

Entre os temas apresentados no momento da coleta de dados, a orientação sexual não obteve nenhum percentual. Dessa forma, constata-se que ainda há um grau de inibição para tratar questões dessa natureza em sala de aula. Talvez por falta de informação científica do corpo docente, constrangimento para abordar o assunto, falta de orientação por parte da instituição, ou achar que o

mesmo não faz parte de sua disciplina. Por acharem que o tema “sexualidade” não faz parte de sua unidade curricular, algumas falas de entrevistados foram destacadas:

“Nada tem a ver com isto.”

“Só comentei algo a respeito de ética, considerando que o assunto é trabalhado por outros professores.”

Na questão 4 (perguntas abertas), as falas dos entrevistados demonstram que não há interdisciplinaridade entre as unidades curriculares.

“Na disciplina de manipulação de alimentos: Bom, mas a realidade é bem diferente; Na disciplina de Ética no Trabalho: Bom, mas falta entendimento de muitos alunos quanto à disciplina. Para mim é uma questão cultural, que em poucas horas/aulas não se obtém resultados.”

“Utilizado recursos informáticos, através de páginas na WEB, para trabalhar a comunicação em língua estrangeira –Espanhol.”

“Utilizo uma prática a qual denomino de invadir a sala, cuja característica central é solicitar a presença de outros professores e alunos que se encontrem na instituição, no momento da aula para que relatem alguma experiência vivenciada relacionada ao tema em análise.”

“Meu tempo de trabalho é muito reduzido para abordar os conteúdos programados e não executo qualquer atividade integrada com outro professor.”

Resgatando a fundamentação conceitual, há que se destacar dois pontos de discussão pertinentes neste momento: “a transversalidade, bem como a transdisciplinariedade é um princípio teórico, do qual decorrem várias conseqüências práticas, tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta pedagógica” (Instituto Paulo Freire, 2002).

Portanto, se houvesse um trabalho mais próximo entre orientação pedagógica e corpo docente, poderia ocorrer um trabalho mais consistente sob o enfoque da formação cidadã e construção do sujeito integral.

Os temas transversais “meio ambiente”, “saúde”, “ética”, “pluralidade cultural” e “orientação sexual”, são propostas de integração para todas as áreas do

conhecimento, como alternativa o resgate da cidadania, perpassada através dos conteúdos tradicionais.

No que se refere às atividades que foram trabalhadas em parceria/integrada (interdisciplinaridade) com outro professor, as respostas demonstram que nenhum docente trabalhou a interdisciplinaridade com outros professores do Curso. O que ocorreu foi uma incorporação de outros profissionais ou mesmo alunos da instituição, que foram convidados para dar depoimento sobre algum assunto abordado. Este convite é efetivado no horário de aula, solicitando aquele que está na instituição, não ocorrendo uma preparação anterior para esta prática de abordagem.

Sobre o uso de recursos de informática em suas aulas (através da WEB) 1 entrevistado confirmou o uso para trabalhar a unidade curricular, porém, não de forma interdisciplinar. Outro entrevistado declarou que:

“O tempo de minha atividade é muito reduzido para abordar os ‘conteúdos’ programados e não executo qualquer atividade integrada com outro professor.” (grifo nosso)

Mais uma vez, pode-se constatar que os professores continuam atuando isoladamente, com nomenclaturas não mais usuais para cursos embasados na metodologia por competências. O conteúdo programático não é mais prioridade, o que deve ser amplamente observado, são as competências que o sujeito deve integrar em sua prática produtiva.

Tabela 5.6: Questão 5: Abordagem pedagógica.

(continua)

ELEMENTOS DA ABORDAGEM PEDAGÓGICA QUE REMETEM À CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	GRAU DE RELEVÂNCIA: DE 1 A 5 NA ORDEM DECRESCENTE DE PRIORIDADE				
	1	2	3	4	5
Faz referência sobre o uso de alimentos orgânicos	4	0	1	1	1
Menciona como escolher alimentos orgânicos	1	0	2	0	4
Faz referência de compra de alimentos de produtores locais	1	2	2	0	2

Tabela 5.6: Questão 5: Abordagem pedagógica.

(conclusão)

ELEMENTOS DA ABORDAGEM PEDAGÓGICA QUE REMETEM À CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	GRAU DE RELEVÂNCIA: DE 1 A 5 NA ORDEM DECRESCENTE DE PRIORIDADE				
	1	2	3	4	5
Faz referência de escolha de produtos que utilizam poucas embalagens	3	0	2	0	2
Menciona sobre o destino final das embalagens (plásticos, papel, isopor, lata...)	2	0	2	2	1
Faz referência sobre o uso de produtos menos impactantes ao meio ambiente	2	1	1	1	2
Faz referência ao uso de água e energia de maneira racional	3	0	1	1	2

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.6, pode-se perceber que os entrevistados em suas respostas, demonstram que a efetividade da inserção do tema transversal apresenta obstáculos quanto à interdisciplinaridade. Contudo, no momento do resgate dos percentuais de 44,44% dos entrevistados que 'não tem conhecimento sobre o tema transversal' e 14,82% 'não trabalha o tema meio ambiente em sala de aula', fica ratificada a urgência da inserção do tema educação ambiental nos programas de ensino do SENAC/SC, bem como, a realização de cursos de capacitação para os professores, também, com inserção do tema educação ambiental.

Ao ser solicitado o grau de relevância de prioridades, foram analisados quais os elementos da abordagem pedagógica que remetem à construção da sustentabilidade, através da avaliação de sete pontos relacionados ao processo de produção de alimentos.

Cabe destacar que 4 entrevistados afirmaram fazer referência sobre o uso de alimentos orgânicos, embora o mesmo número tenha apontado como de menor relevância, o processo de escolha deste tipo de alimento, o que denota relativa contradição nas respostas apresentadas.

Quanto ao elemento “destino final das embalagens” (plásticos, papel, isopor, lata), apenas 2 dos entrevistados consideraram este elemento como de maior relevância, processo que coloca em suspensão o compromisso pedagógico na construção da sustentabilidade. Cabe destacar, ainda, que apenas 1 considerou como relevante à construção da sustentabilidade a compra de alimentos de produtores locais, ao passo que 2 colocaram como preocupação mediana e 2 de menor relevância.

Com relação ao elemento “uso da água e energia de maneira racional e enquanto insumo produtivo”, destaca-se que 3 entrevistados apontaram como prioridade máxima, 1 considerou mediana, e 3 com menor grau de relevância.

Finalmente, cabe destacar que a construção da sustentabilidade fica ainda sob suspensão, com base nas respostas de 2 dos entrevistados, ao afirmarem que os quesitos em análise não apresentam interface aos temas trabalhados pelos mesmos.

Portanto, os questionamentos elaborados para os entrevistados, permitiu conhecer parte das hipóteses do objeto de análise e que será concluído com o cruzamento de informações entre os três segmentos pesquisados (professores, alunos, empresários da área de alimentação).

Nas falas dos entrevistados a seguir, no que se refere SABER + SABER FAZER COM PRÓ-ATIVIDADE AO MEIO AMBIENTE, pode-se comprovar que a ação em relação à preservação do meio ambiente se dá no dia-a-dia de cada um, mas que ainda se faz necessária o trabalho com a interdisciplinaridade dos temas transversais na escola.

“Quando possível houve a separação dos lixos. quanto ao tempo de abertura de refrigerador e freezer para economia de energia; emprego de detergentes biodegradáveis para limpeza de equipamentos e utensílios.”

“Junto ao pátio de estacionamento da Escola SENAC, foram efetuadas demonstrações aos alunos de como reciclar lixo; evitar o desperdício de alimentos no processo produtivo.”

“Sim, junto à cozinha do SENAC. Mostrei como colocar as devidas embalagens nos respectivos receptores de resíduos; demonstrei como usar vinagre para limpar vidros, bem como o emprego do sal para arear panelas, fomos catar lixo

na praia da Lagoa da Conceição. Passei a ver as questões ambientais, após ter iniciado a trabalhar com a disciplina de cidadania. Geralmente dou um toque aos alunos do tipo – não deixem as luzes acesas.”

“Levei os alunos para conhecerem uma fazenda marinha de ostras, para mostrar como escolher peixes saudáveis. Da mesma forma junto a uma cozinha industrial.”

“Visitamos restaurantes da orla da Lagoa da Conceição, para pesquisar quais os efetuam a reciclagem de embalagens, bem como os procedimentos adotados no processo. Na oportunidade, destaquei aspectos relativos à realidade do entorno da Lagoa, particularmente, a coloração e o odor da água.”

Observa-se, portanto, que as ações são efetuadas no cotidiano dos entrevistados. Ratifica, também, que o processo de sensibilização/conscientização para as mudanças que se fazem necessárias é fundamental para a qualidade de vida do ser humano, o resgate da cidadania e a formação do indivíduo, sendo este sujeito de sua própria história.

5.2.2 Análise do resultado das entrevistas dos alunos

Parte I – Caracterização do Público-Alvo

Tabela 5.7: Questão 1 - Total de alunos no curso, alunos entrevistados e alunos atuantes na área.

PERÍODO	ANO	Nº ALUNOS	Nº ALUNOS ENTREVISTADOS	Nº ALUNOS ATUANDO NA ÁREA
	2003 - Matutino	18	10	6
	2003 - Vespertino	18	11	6
TOTAL		36	21	12

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.7, do total de alunos (36) constatou-se que 57% dos alunos ao terminar seu curso conseguem se colocar no mercado de trabalho, na área específica de Cozinheiro, sendo 60,% do período matutino e 54% do vespertino.

Parte II – Questões Específicas ao Objetivo

Tabela 5.8: Questão 1 – Fatores motivantes para a procura pelo curso de cozinheiro.

FATORES MOTIVANTES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
Busca de trabalho	12	36
Busca de maior conhecimento - estar atualizado	8	24
Gosta de cozinhar	13	40
Sugestão de amigos e parentes	0	0
Outras alternativas	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

O objetivo dos dados da Tabela 5.8 foi conhecer o motivo pelo qual os entrevistados procuraram o Curso de Cozinheiro, e pode-se perceber que não houve nenhum percentual atribuído para o elemento “sugestão de amigos ou parente” e “outras alternativas”.

Ressalte-se que um grande número de alunos (40%) realmente procura o Curso pelo fato de gostar da profissão e isto é fator relevante para um trabalho com mais qualidade, vindo contribuir, também, para o resgate da cidadania, determinando seu espaço como cidadão crítico e a busca do aperfeiçoamento profissional de forma constante.

Tabela 5.9 – Questão 2: Fatores apontados como relevantes na formação.

FATORES RELEVANTES	Nº DE ENTREVISTADOS	% (*)
Conhecimento	8	38%
Higiene pessoal	7	33%
Saber trabalhar com pessoas	7	33%
Especialização para trabalho	5	24%
Gostar de cozinhar	3	14%
Criatividade na elaboração de pratos	2	9,5%
Conhecer receitas	2	9,5%
Profissionalização	2	9,5%
Apresentação pessoal	2	9,5%
Organização	1	4,8%
Responsabilidade	1	4,8%
Domínio de técnicas de cozinhar	1	4,8%
Pontualidade	1	4,8%
Postura	1	4,8%
Prática profissional	1	4,8%

(*) As respostas foram múltiplas, e por isso ultrapassaram os 100%.

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.9, a Questão 2 foi de forma aberta, para as colocações dos respondentes. Foi solicitado que apresentasse, três fatores importantes para a formação dos profissionais. Constata-se que há por parte dos entrevistados o conhecimento do que o mercado busca, porém, podem ter sido influenciados com as informações repassadas pelos professores em sala de aula, sem uma aquisição real de conhecimentos.

Tabela 5.10 - Questão 3: Temas transversais não trabalhados em sala de aula.

TEMAS TRANSVERSAIS NÃO TRABALHADOS	Nº DE ENTREVISTADOS	%
1) Escolha alternativa de produção de alimentos com menor utilização de embalagens de isopor	18	86
2) Sexualidade –orientação	18	86
3) Uso racional de água e energia	14	66,6
4) Relação do turismo com meio ambiente	14	66,6
5) Reutilização, reciclagem de materiais (plásticos, vidros, alumínio, papelão e gordura)	12	57
6) Preservação e cuidados ambientais	8	38
7) Autonomia	4	19
8) Iniciativa	4	19
9) Uso de alimentos orgânicos	3	14
10) Capacidade de comunicação	3	14
11) Flexibilidade	3	14
12) Cooperação	1	4,7
13) Interesse e atenção	1	4,7
14) Responsabilidades	0	0
15) Trabalho em equipe	0	0

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.10 pode-se destacar que em relação aos temas transversais, após solicitação aos entrevistados para assinalassem os temas que não foram mencionados pelos professores, que as duas primeiras alternativas, com 86% cada, foram os temas que merecerem menor grau de atenção dos professores e dos alunos no trabalho em sala de aula – melhor dizendo, não foram tocados.

O terceiro e o quarto elemento apareceram como segundo item menos trabalhado em sala de aula. Ressalte-se que o segundo elemento, faz-se pertinente, uma vez que este não foi oferecido esta unidade curricular aos alunos do período

vespertino, sendo que, estes foram os que responderam ao questionário em maior percentual (61%).

O sexto elemento foi respondido como não ser pauta de atividade em sala de aula.

Os elementos quatorze e quinze foram temas tratados em sala segundo todos as respostas dos entrevistados, o que é contraditório, uma vez que estes mesmos entrevistados colocaram o “saber trabalhar com pessoas” (Parte I, Questão 2) em 3º lugar de relevância.

Na Questão 3, em relação às expectativas (perguntas abertas) dos alunos entrevistados, pode-se destacar:

“O curso correu bem. Faltou espaço para maior prática com orientação pedagógica.”

“O curso correspondeu às minhas expectativas, entretanto poderia ter mais espaço de aprendizagem em confeitaria.”

“Gostei de tudo, entretanto, poderia ter um número maior de aulas em restaurantes para se ter mais conhecimento do funcionamento do processo produtivo.”

“Saber maior número de receitas para o cotidiano da cozinha, ter maior grau de conhecimento sobre a cozinha brasileira.”

“Falta de formação na elaboração de cardápios, bem como trabalhos diversificados em buffets. Orientação para produtividade com vistas ao atendimento de maior número de pessoas.”

“Faltaram atividades de confeitaria. Na apostila havia previsão de comida dietética e buffet infantil, mas não ocorreu o repasse do conhecimento em face do não interesse do professor da disciplina. Poderia ter sido mais trabalhada o repasse de receitas.”

“Foi além das expectativas.”

“Tudo foi muito bom.”

“Quando se chega ao mercado de trabalho, a realidade se mostra bem diferente, em face da bagunça nos restaurantes. A gente não sabe como enfrentar

esta realidade. Sugiro que seja efetuadas a produção e venda de produtos, durante o desenvolvimento do curso.”

“Orientar quanto ao aproveitamento dos produtos, por exemplo: jantar-o que sobrou?”

“Não, tudo foi muito bom.”

“Eu não fui cursar com muitas expectativas, então, gostei de tudo, entretanto, não foi muito fácil trabalhar com o grupo na cozinha.”

“Eu vim querendo aprender mais e penso que consegui.”

“Acho que faltou mais didática e deveria ter mais trabalho em equipe.”

“O curso atendeu plenamente às expectativas.”

“O programa do curso atendeu às expectativas.”

“Poderia ter sido mais trabalhada a montagem de pratos, combinações, etc.”

“Eu gostei do curso e não conhecia as receitas que foram trabalhadas na prática.”

“Esperava que fossem trabalhados mais pratos internacionais e de conhecimentos regionais.”

“Não, foi trabalhado o que eu esperava.”

“Eu, particularmente, saí satisfeito, agora faltou posição mais firme do SENAC em relação a alguns problemas que aconteceram no decorrer das atividades pedagógicas.”

As expectativas em relação ao curso foram bastante positivas, sendo que 11 entrevistados disseram ter atendido suas expectativas ou até mesmo superado-as (50%). Os demais não se manifestaram como insatisfeitos, porém sugeriram algumas mudanças, como pode ser constatado nas falas dos entrevistados a seguir.

“Gostei de tudo, entretanto, poderia ter um número maior de aulas em restaurantes para se ter mais conhecimento do funcionamento do processo produtivo.”

“Saber maior número de receitas para o cotidiano da cozinha.”

“Falta de informação na elaboração de cardápios, bem com trabalhos diversificados em buffets, por exemplo.”

“Faltou atividade de confeitaria. Na apostila havia previsão de comida dietética e buffet infantil, mas não ocorreu o repasse do conhecimento; poderia Ter sido mais trabalhado o repasse de receitas.”

“O curso correu bem. Faltou espaço para maior prática com orientação pedagógica.”

Tabela 5.11 – Questão 4: Relevância dos componentes curriculares.

CATEGORIA DE COMPONENTES CURRICULARES	GRAU DE RELEVANCIA : de 1 a 10 na ordem decrescente de prioridade																			
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%	7	%	8	%	9	%	10	%
A	5	24%	1	5%	10	48%		0%	3	14%	0	0%	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%
B	11	52%	5	24%	3	14%	1	5%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
C	13	62%	2	10%	3	14%	3	14%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
D	3	14%	3	14%	7	33%	5	24%	2	10%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
E		0%	1	5%	1	5%	4	19%	11	52%	1	5%	1	5%	2	10%	0	0%	0	0%
F	3	14%	2	10%	5	24%	4	19%	3	14%	6	29%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
G	9	43%	3	14%	6	29%	3	14%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
H	12	57%	4	19%	3	14%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
I	13	62%	4	19%	1	5%	1	5%	0	0%	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
J	15	71%	2	10%	2	10%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
K	9	43%	2	10%	5	24%	3	14%	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
L	7	33%	8	38%	3	14%	1	5%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
M	4	19%	5	24%	5	24%	2	10%	1	5%	2	10%	2	10%	0	0%	0	0%	0	0%
N	15	71%	4	19%	1	5%		0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Questão 5 foram apresentados alguns componentes curriculares e solicitou-se que os alunos apontassem os que fossem relevantes para sua formação

profissional (os alunos entrevistados que estes temas eram os mesmos componentes curriculares trabalhados com eles em sala de aula).

Os componentes curriculares listados foram:

- expressão oral;
- ética;
- trabalho e cidadania;
- qualidade na prestação de serviços;
- negociação para o trabalho em equipe;
- programa de informática;
- fundamentos do turismo;
- história da gastronomia;
- estrutura física da cozinha;
- utensílios e equipamentos de cozinha;
- higiene pessoal;
- noções de nutrição e dietética;
- elaboração de menus e cardápios;
- noções de empreendedorismo; e,
- atividades técnicas de trabalho específico do cozinheiro.

O grau de prioridade dado a cada item foi de 1 a 10, na ordem decrescente. Assim, 15 alunos colocaram como maior relevância às 'atividades técnicas de trabalho do profissional de cozinha' e 'higiene pessoal dos alimentos e dos equipamentos'. Como de menor relevância demonstraram os 'programas de informática'.

Ao se analisar estas respostas, constata-se o perfil tecnicista dos alunos. Sabe-se que é importante ter domínio da prática profissional, porém, saber receitas, é uma atividade que pode ser conhecida através de programas de televisão, vídeos e revistas. A proposta de formação profissional deve ir além disto, quando diz que

formar o cidadão no ensino profissionalizante é o resgate da cidadania, é a possibilidade de formar cidadãos que sejam sujeitos de sua própria história.

Constata-se, também, analisando as respostas dos entrevistados, que estes podem atuar em diversos campos, como autônomos, com a implantação do próprio negócio, em lanchonetes e restaurantes de pequeno porte, em restaurantes de comidas típicas, em restaurantes inseridos em hotéis, aeroportos, dentre outros.

Considera-se, ainda, que as atividades produtivas na área de alimentação apresentam interface com o turismo e, mais uma vez, ratifica-se que o aluno do Curso de Cozinheiro carece de informações sobre fundamentos do turismo, para a compreensão do processo, sua importância e os impactos causados por esta atividade no meio em que vive, bem como, para se colocar como sujeito frente às mudanças derivadas da incorporação desta atividade produtiva.

5.2.3 Análise do resultado das entrevistas dos empresários da área de alimentação

Parte I – Caracterização do Público-Alvo

Tabela 5.12 - Questão 1: Formação e escolaridade.

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ESCOLARIDADE
Proprietário	Chefe de Cozinha	2º grau
Gerente	Administração	2º grau
Encarregado de administração	Pedagogia	2º grau

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.12 percebe-se que os 3 entrevistados possuem Ensino Médio completo, 2 estão o Ensino Superior, sendo que 1 (gerente) está no Curso de Administração e 1 (encarregado de administração) no Curso de Pedagogia. O outro entrevistado é proprietário e chefe de cozinha.

Entre estas, todos têm Ensino médio completo, sendo que dois respondentes estão cursando o ensino superior. Somente (proprietário) é chefe de cozinha, os demais cursam Administração (gerente) e Pedagogia (encarregado de administração).

Parte II – Questões Específicas ao Objetivo

Tabela 5.13 – Questão 1: Critérios relevantes no momento da contratação.

CRITÉRIOS RELEVANTES	GRAU DE RELEVÂNCIA POR ORDEM CRESCENTE DE 1 A 7						
	1	2	3	4	5	6	7
Trabalho em equipe	1	1	1	0	0	0	0
Responsabilidade	0	0	1	1	0	0	1
Autonomia	0	0	0	0	0	0	0
Iniciativa	0	1	0	0	0	0	0
Capacidade de comunicação	0	1	0	0	0	0	0
Qualidade na prestação de serviços	1	0	1	0	0	0	0
Flexibilidade	0	0	0	0	0	0	0
Cooperação	0	0	0	0	1	1	1
Interesse e atenção	0	0	0	1	0	0	1
Preservação e cuidados ambientais	0	0	0	0	0	2	0
Atenção a produtos que não agredam ao meio ambiente	0	0	0	0	1	0	0
Reutilização, reciclagem de materiais (plástico, vidros, alumínio, papelão, gordura)	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de equipamentos tecnológicos	0	0	0	0	0	0	0
Uso racional de água e energia	0	0	0	1	0	0	0
Formação na área	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

Na Tabela 5.13, os itens elencados foram os mesmos trabalhados com os professores. Solicitou-se aos entrevistados que enumerassem as respostas de 1 a 7, por ordem crescente. Pelo fato de ser trabalhado com 3 entrevistados, foi percebido

que os mesmos têm focos distintos, uma vez que as informações variaram em número de 3.

Elementos como “preservação e cuidados ambientais” foi demonstrado por 2 dos entrevistados, como grande relevância no momento de contratação (nota 6), recebendo valor 12 no total somatório; “cooperação” (notas 5, 6 e 7), recebendo valor 18 no total somatório; “responsabilidade” (notas 3, 4 e 7), recebendo valor 14 no total somatório; “qualidade na prestação de serviços” (nota 1, 3 e 5) recebendo valor somatório 9; “interesse e atenção” (nota 4 e 7), respostas de 2 entrevistados recebendo valor somatório 11.

Além disso, 1 dos entrevistados pontuou o elemento “uso racional da água e energia” (nota 4) e “atenção a produtos que não agridam o meio ambiente” (nota 5). Os demais elementos (“autonomia”, “flexibilidade”, “reutilização e reciclagem de materiais”, e “utilização de equipamentos tecnológicos”), não receberam nenhuma pontuação, demonstrando não serem importantes na formação do profissional de cozinha, segundo a posição dos entrevistados.

Interesse e atenção ficaram com sete pontos, sendo avaliada por dois pesquisados. Interesse e atenção receberam valor 11 por dois entrevistados. Somente um entrevistado, no caso o mesmo pontuou o uso racional de água e energia (índice 4) e a atenção aos produtos que não agridam ao meio ambiente (valor 5). Os demais itens: autonomia, flexibilidade, reutilização e reciclagem de materiais (plásticos, vidros, alumínio, papelão, gordura), e utilização de equipamentos tecnológicos, não receberam nenhuma pontuação. Não parecendo ser item importante na formação do profissional de cozinha segundo estes pesquisados.

Tabela 5.14 – Questão 2: Fatores importantes no processo de formação profissional.

CRITÉRIOS RELEVANTES	GRAU DE RELEVÂNCIA POR ORDEM CRESCENTE DE 1 A 3		
	1	2	3
Habilidade (técnica, saber-fazer)	1	1	1
Atitude (comportamento-ser)	1	0	2
Conhecimento-saber da área profissional, além de outros conhecimentos	1	02	0

Fonte: Entrevistas aplicadas, 2003.

A Questão 2 na Tabela 5.14 tem o intuito de avaliar o perfil do profissional da área de alimentação, através de três itens, que no conjunto auxiliam na formação das competências (habilidades – saber fazer; atitudes – ser; e conhecimento – saber). Assim, solicitou-se que os entrevistados enumerassem as respostas com um grau de relevância de 1 a 3.

Diante disso, o resultado das respostas foi heterogêneo, uma vez que as numerações variaram. Os elementos que obtiveram pontuações em comum foram “conhecimento” (2º lugar) para 2 entrevistados e “atitudes” (3º lugar) para 2 entrevistados, isto avaliando frente ao número de respostas obtidas como 2º lugar.

Quadro 5.15 – Questão 3: Avaliação dos alunos do curso de cozinheiro.

CRITÉRIOS RELEVANTES	GRAU DE RELEVÂNCIA		
	O - ÓTIMO	B - BOM	R - REGULAR
Relação com equipe de trabalho	2	1	0
Qualificação nos serviços prestados	0	3	0
Conhecimento das técnicas de trabalho	0	3	0
Interesse em aprender com os demais colegas de trabalho	1	2	0
Interesse em práticas ambientais pró-ativas	0	2	1

Fonte: Entrevistas, 2003.

A Questão 3 tinha por objetivo avaliar qual o conceito que os empresários têm dos alunos do Curso de Cozinheiro do SENAC/SC.

Analisando as respostas dos empresários, pode-se constatar na Tabela 5.15 que os alunos possuem uma boa qualificação. 1 aluno recebeu “regular”, mas este se preocupou com o elemento ‘práticas ambientais’ (Parte II – Questão 1), para contratar ou selecionar profissionais para trabalhar na cozinha.

Algumas falas dos entrevistados são destacadas para uma melhor visualização do tema.

“O curso de cozinheiro do SENAC ensina as técnicas de cozinha, mas não de restaurante, ou seja, as rotinas do dia a dia, bem como o dinamismo do trabalho.”

“A escola não prepara para a elaboração de pratos mais sofisticados, com maior grau de requinte.”

Estas colocações vêm comprovar a necessidade de repensar as ações pedagógicas direcionadas à prática. Contudo, a segunda colocação não diz respeito à competência do Programa de Ensino.

5.2.4 Análise Crítica

Em relação aos três segmentos (professores, alunos e empresários) entrevistados, foram observados pontos em comum e destoando-se em outros.

Os alunos apresentaram depoimentos da falta de práticas mais reais no ambiente de trabalho do restaurante e que os mesmos gostariam de entrar no mercado de trabalho com um pouco mais de prática.

As respostas por parte dos empresários, como a falta de prática para a rotina diária dentro de uma cozinha, o que requer agilidade, flexibilidade e espírito de equipe, além de outros fatores.

Foi apresentado pelos alunos, também, uma vontade de conhecer receitas mais sofisticadas, e assim também ,foi a solicitação dos empresários.

Outro fator relevante verificado foi “falta de práticas ambientais” por parte dos alunos, bem como dos empresários, e inclusive dos professores, os quais demonstraram não ser maioria em trabalhar o tema meio ambiente em sala de aula ou em atividades práticas.

O elemento “autonomia” elencado nos questionários dos três segmentos entrevistados, não obteve nenhuma relevância por parte de todos. Uma vez que é pensada para que o sujeito possa se adaptar à nova realidade de mercado, faz-se necessário que o mesmo seja autônomo; isto é, saiba ter uma posição enquanto pessoa, saiba administrar sua vida e seu negócio.

Porém, conforme já citado anteriormente, qualquer unidade curricular, através da ação de cada professor, como o propulsor, estimulador destas mudanças, mais uma vez argumentando, desde que o mesmo (professor), possua estas ferramentas enquanto também sujeito do processo.

A educação ambiental para ser efetivada como um processo educacional nos cursos profissionalizantes, terá que estar integrada com o sujeito autônomo, que está voltado a trabalhos em equipe e que seja cooperativo. De outra forma, a inserção do tema educação ambiental não ocorrerá ou dar-se-á de maneira muito lenta.

Se, no processo de formação profissional não houver uma interação entre professor/professor, às práticas ambientais serão atividades isoladas e que pouco ou nada acrescentarão às mudanças. Não por se tratarem de atividades isoladas, pois é dito que se cada um fizer a sua parte... o mundo seria melhor. Mas, neste caso, quando é uma atividade isolada, sem o envolvimento real dos alunos, os quais vêm a ação como uma atividade a mais no currículo, e que ele precisa apenas realizar naquele momento para obter aprovação, não irá fazer parte do processo de sensibilização/conceituação quanto ao conceito de educação ambiental na sua essência - que são as ações práticas em relação à natureza, à sociedade e à cultura.

Portanto, a educação ambiental - pelo que pode ser analisado nas respostas dos entrevistados - não está incorporada pelos segmentos pesquisados (professores, alunos, empresas), uma vez que este tema não foi, na grande maioria, das respostas, apresentada como algo primordial. Há a necessidade do ‘saber fazer’

em maior número de escala, como se este fosse o determinante para a inserção no mercado de trabalho. Mais uma vez resgatando essa discussão, pois não é pretendido colocar que a técnica não tem importância; pelo contrário, é necessário que o sujeito tenha a técnica do “saber fazer”, porém, ela por si não se sustenta, pois o sujeito será rapidamente substituído, sendo que o técnico faz a atividade laboral e isto é ultrapassado pelas empresas de ponta, as quais buscam sujeitos criativos, que dêem opiniões acerca da empresa, para que esta se mantenha no topo ou, pelo menos, se mantenha no mercado.

Resgatam-se aqui algumas práticas ambientais realizadas por empresas brasileiras - muitas catarinenses -, conforme relato anterior, onde estas mantêm junto a estas práticas um valor agregado, pois as mesmas apresentam um diferencial em relação às demais que são administradas apenas para sobreviver ao mercado.

Diante do exposto, pode-se acrescentar que o perfil profissional para a área de Turismo (Curso de Guia de Turismo Nacional) e de Hospitalidade (Curso de Cozinheiro) qualificado pelo SENAC/SC, tem em um segmento do mercado espaço para o trabalho, uma vez que é uma empresa com pouca longevidade, estando apenas se reproduzindo, sem abrir para novas informações, como foi o caso das empresas do ramo de alimentação, que não poderiam responder um questionário de apenas três perguntas.

Faz-se necessário repensar algumas práticas pedagógicas da instituição, tendo em vista, algumas empresas, ainda, não terem uma visão de valorização e respeito ao meio ambiente. O resgate da cidadania faz parte desse processo, isto é, o respeito ao homem e ao meio natural, pois sem a inter-relação destes, a humanidade sucumbirá, como já foi demonstrado em várias regiões do planeta, como por exemplo: mortalidade infantil por desnutrição, falta de água para o consumo diário e falta de moradia, entre tantos outros problemas sociais e ambientais, que estão envolvidos por apenas uma situação, a falta de boa vontade de muitos atores sociais, no que se refere ao respeito ao meio ambiente e ao seu semelhante. Dessa forma, o tema educação ambiental inserido nos programas de ensino dos cursos, minimizaria estas questões.

Ao se analisar as propostas pedagógicas, bem como os programas de ensino dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro, além da aplicação

de questionário, pode-se constatar que há necessidade em capacitar melhor o corpo docente, para que os mesmos façam uso dos temas transversais em suas falas. Contudo, é fundamental, também, quer o professor seja valorizado como um membro da instituição, pois afinal, é ele quem conduz todo o processo de ensino-aprendizagem escolar, e daí, as informações referenciais aos alunos.

Dentre outras ações, há que se criar condições para que a coordenação, de curso, em conjunto com os professores e o corpo diretivo, sejam sensibilizados/conscientizados para as práticas ambientais. Dentre estas, exemplificando, pode-se citar o uso de lixeiras para materiais reciclados, porém, com orientação para o seu uso correto, haja vista que, ainda, há muitos indivíduos que não sabem sequer o porquê da diferenciação das cores.

Diante do exposto, no próximo capítulo far-se-á uma apresentação de três propostas educacionais, para a viabilização de um processo de sensibilização/conscientização, que possam ser colocadas efetivamente em prática no SENAC/SC, e com isso, despertar as ações que venham minimizar ou extinguir alguns problemas detectados durante a pesquisa de campo.

CAPÍTULO 6

UMA PROPOSTA DE INSERÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE ENSINO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE GUIA DE TURISMO NACIONAL E DE COZINHEIRO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

6.1 Propostas de Programas Ambientais

6.1.1 Programa 1

Tema: **O Senac vai á comunidade.**

Objetivo: sensibilizar/conscientizar a comunidade através de ações de práticas ambientais para a preservação do meio ambiente.

Justificativa: exercer a responsabilidade social é ter consciência maior sobre as questões culturais, ambientais e de gênero e obter um diferencial de seus produtos e serviços diante de seus competidores menos responsáveis socialmente. Somente isto já é uma justificativa suficiente para mudanças estratégicas das instituições.

Atividades Práticas: levar cursos de jardinagem e técnicas para elaborar pequenas hortas às escolas, locais mais afastados do centro urbano de Florianópolis que estão sem áreas verdes como parques, jardins ou ruas. Sem custos para as mesmas, atuando junto aos centros comunitários, igrejas e nas escolas da região. Isto poderá melhorar não somente a humanização dos espaços, como também criar alternativas de renda para as comunidades e escolas, uma vez que os participantes do curso terão atividades práticas de cuidados de plantas, flores, vegetais. Elaborando uma

horta, jardins de casas, edifícios, etc. O que foi plantado nas hortas pode servir para as crianças das escolas consumirem ou fazer feira comunitária com venda de produtos sem agrotóxicos. Além deste, existem muitas pessoas que gostam de ter um jardim, gramados vastos, flores abundantes e variadas e para isto pagam jardineiros qualificados para o cuidado necessário.

Esta é uma atitude já em pauta para alguns empresários que estão preocupados com o ambiente em que vivem, e o SENAC/SC pode ser parceiro destas empresas para um trabalho integrado. Como exemplo, as empresas colocarem seus produtos à disposição desta Instituição, contando com seu recurso humano. Em conjunto, ambas estarão realizando um bem social.

6.1.2 Programa 2

Tema: 15 minutos de tributo ao meio ambiente.

Objetivo: sensibilizar/conscientizar os atores sociais da instituição SENAC quanto aos cuidados do meio ambiente.

Justificativa: constatou-se percebido também, que a instituição carece de atividades que venham conscientizar todos os envolvidos no sistema, isto é, dirigentes, funcionários, professores, alunos. Conforme já exposto anteriormente, há no espaço da instituição lixeiras seletivas de lixo, mas como em tantos outros espaços escolares, as mesmas não são utilizadas de maneira correta. Além disso, há muitos elementos que podem ser trabalhados, como por exemplo, os Cursos, através dos professores já qualificados, fazer uso dos resíduos oriundos das atividades do mesmo, para orientar aos alunos quanto ao seu destino.

Materiais como restos de tintas, de embalagens de pintura em tela, em tecido, entre outros; latas de refrigerante, óleo saturados na preparação dos alimentos, cascas de frutas e verduras, cascas de ovos, embalagens plásticas, papelão, sacolas plásticas, papéis que não servem mais para anotações, depois de transformados em blocos, entre outros materiais podem servir para outras atividades, ainda como organizar caixa para compostagem e que remeterá para o

curso de jardinagem e paisagismo, ou reaproveitamento de cascas para elaboração de doces etc. Há um mundo a ser explorado, para isso, faz-se necessário organizar as etapas de trabalho.

Com tais atividades, o SENAC estará desenvolvendo atividades sociais, a esperança de um mundo mais saudável para todos e dias mais promissores para a própria instituição, pois, o cuidado com o meio ambiente também é visto como um benefício econômico. Ao iniciar um trabalho de educação ambiental (gestão ambiental), será necessário, entre tantas outras coisas, que a instituição identifique problemas relacionados com desperdícios e com o uso de produtos desapropriados, que agridem ao meio ambiente. Agir para corrigir estes problemas, irá melhorar a imagem da empresa e também economizar dinheiro, que poderá ser revertido em investimentos para a própria instituição ou para uma outra causa social.

Atividades Práticas: campanhas periódicas em salas de aula, para alertar quanto ao uso de energia e água em excesso, quanto ao uso das lixeiras, entre outros, dentro da instituição de ensino e fora desta. Esta campanha deve ser periódica (semanal ou quinzenal, denominada “15 minutos de tributo ao meio ambiente”) para despertar junto aos sujeitos, uma consciência ecológica, pois não basta fazer uma palestra com pessoas renomadas na área e dar por encerrada a missão. Este é um trabalho constante e deve ser inovador.

Como exemplo, programar atividade diferente para cada “tributo ao meio ambiente”. Projeção de filmes, exposição temática, campanhas, gincanas (organizar as turmas para que as mesmas criem logotipos com temas ambientais para sua equipe), concursos de pintura com temas específicos ao meio ambiente, concurso de preparação de alimentos com receitas inovadoras que utilizam alimentos orgânicos, reaproveitamento de alimentos, uso de cascas, folhas entre outros que não é feito uso habitual, além de ser jogado fora. Inclusive, oferecendo premiações, as quais podem ser a participação em cursos do Senac, ou solicitar patrocínio de empresas para doação de prêmios. Enfim, sistematizar diversas atividades, envolvendo alunos, professores, funcionários e dirigentes. Ressalte-se que se não houver a participação dos agentes internos da instituição, dificilmente ocorrerá participação efetiva dos alunos.

6.1.3 Programa 3

Tema: Capacitação do corpo docente e administrativo.

Objetivo: capacitar o corpo docente quanto à inserção do tema educação ambiental, de forma conjunta com os demais temas transversais, para a melhoria da prática pedagógica interdisciplinar.

Justificativa: constatou-se, através das pesquisas bibliográficas e questionários, um discurso evasivo a respeito dos temas transversais por parte da instituição como um todo. Desta forma, ao apresentar os temas transversais como uma atividade que auxilia no desenvolvimento do sujeito cidadão, faz-se necessário criar condições, através de estratégias bem definidas, para a inserção dos agentes de mudança do SENAC/SC. Fato importante, uma vez que a instituição vem trabalhando com diversos cursos de ensino técnico. Poderá assim, fazer uso adequado de acordo com as recomendações dos PCN's. Este curso de capacitação irá melhorar o desempenho dos professores, funcionários e, conseqüentemente, dos alunos.

A finalidade de qualquer programa de formação de professores dentro de padrões éticos, comportamentais, coletivos, emocionais, entre outros, são para o alcance de uma educação democrática dos cidadãos. Isto deve ser desenvolvido sob uma série de condutas de destrezas e conhecimentos necessários para a incorporação efetiva das dimensões citadas nos PCN's.

Atividade: organizar grupos de estudos sobre temas transversais, elegendo um professor para que, a cada encontro este prepare atividades que integrem temas transversais; cujo objetivo é o de obter atividades que vá além da teoria, mas que seja levado à prática nestes encontros, servindo como modelos que poderão ser referenciais para as atividades com os alunos.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 Conclusões

Pode-se considerar que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, face uma análise das não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro, bem como ter conseguido conhecer o perfil profissional que está sendo formado pelo SENAC/SC, através do Centro de Formação Profissional de Florianópolis e conhecer o que o mercado está buscando, uma vez que as entrevistas concedidas foram em número reduzido.

Constatou-se, também, que o tema educação ambiental é uma atividade educacional que, de forma reduzida, não é desenvolvida pelos professores, uma vez que apenas uma parte dos mesmos faz uso do tema ambiental em suas unidades curriculares.

Ficou claro, também, através da fundamentação conceitual, que a inter-relação do turismo e o meio ambiente, ainda desencadeia atividade predatória em diversos espaços, mas que há por parte de alguns segmentos da sociedade, a preocupação em desenvolver projetos que venham minimizar os impactos causados pela atividade.

Há, por parte da instituição SENAC, motivação para desenvolver os temas transversais, expressos nos programas dos cursos, bem como, no projeto pedagógico e também de seus coordenadores, porém, a prática deixa a desejar, uma vez que a articulação entre todas as partes é ineficiente, devido a uma série de fatores, como exemplo, a sobrecarga de atividades cotidianas sobre os responsáveis por fazerem o processo fluir. Os projetos pedagógicos, portanto, não estão

efetivamente integrados, como pode ser constatado nos depoimentos dos professores, bem como no dos alunos.

Falta, por parte dos professores de maneira geral, uma interação entre eles, sendo que as atividades do processo ensino-aprendizagem ocorrem isoladamente, não obtendo resultado positivo, pois estes não atuam através de projetos, como por exemplo, a interdisciplinaridade, que é um fato concreto, pois diversos professores desconheciam os temas transversais, suas práticas e forma de atuação com os mesmos.

O percurso desta pesquisa, que iniciou empiricamente há algum tempo atrás, veio demonstrar que alguns pontos elencados no item Descrição do Conjunto das Ocorrências Objetivas, como por exemplo, o não-estabelecimento imediato de conexão da dimensão teórico-prático; perfil básico dos alunos da área de Turismo e Hospitalidade, através dos cursos de Guia de Turismo Nacional e Cozinheiro; mercado de trabalho dos profissionais da área investigada; contradições do turismo enquanto atividade produtiva.

Outras análises empíricas, dizem respeito ao caso do professor não conhecer os resultados finais das suas atividades realizadas, uma vez que permanece em sala de aula em um determinado espaço de tempo, não chegando ao término do curso; e a não inserção de temas como turismo sustentável, meio ambiente ou educação ambiental nestes cursos. Tais questões foram analisadas através de pesquisas documentais da própria instituição, aplicação de questionários aos três segmentos mais próximos: alunos, professores e empresários e embasamento teórico através das referências bibliográficas, que orientaram para solucionar o problema da pesquisa.

Assim, ao se buscar o tema Educação Ambiental como suporte para uma sustentabilidade ambiental, deve-se levar em conta que a mesma necessita ser trabalhada a partir de mudanças de valores, comprometimento e justiça social. Se não houver trabalho intensivo, dinâmico e prático com os atores sociais envolvidos na instituição SENAC, para a incorporação de atitudes, habilidades e conhecimentos, de nada adiantará criar projetos, organizar espaços físicos para a inserção da mesma, dando a impressão de que é “amigo da natureza”.

A inserção desse programa de Educação Ambiental na instituição deve iniciar a partir de resoluções de problemas concretos do dia a dia dentro da própria escola, através das áreas atuantes, além da gerência, com enfoque interdisciplinar, uma vez que há profissionais de diversas áreas das ciências atuando dentro da mesma. Isto dará um enfoque interdisciplinar, reforçando o sentido de valores e contribuindo para o bem estar geral. A possibilidade de atuar sob este enfoque portanto, dará sentido à cidadania.

O SENAC, assim como em diversas outras instituições de ensino, segmentos empresariais, entre outros, abordam continuamente o tema “cidadania”, porém, foi verificado de acordo com o que os estudiosos colocam, que este tema pode ter conotações diferenciadas, de acordo com o objetivo de cada instituição.

Os eventos sobre educação ambiental, como por exemplo RIO-92, vieram reforçar conceitos para alguns agentes mais envolvidos ou preocupados com o caminho que a humanidade está percorrendo, e para outros, apenas conhecer, sem que nada fosse mudado em sua prática diária. Os programas orientadores para atividades de ações ambientais foram reforçados e, assim, os PCN's auxiliaram, ainda com certa fragilidade e resistências, àqueles interessados nessas ações. Ao menos, foi documento orientador e possível de trabalhar.

O SENAC apresentou no programa de ensino do Curso de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro, disciplinas específicas ou melhor, dentro da nova modalidade do trabalho por competência, fez inserção do meio ambiente como unidade curricular (Princípios de Ecologia e Meio Ambiente, Ecossistemas, Legislação Ambiental, Educação Ambiental, Manifestações da Cultura Popular, História Regional, Ética, Trabalho e Cidadania, entre outras).

A transversalidade exposta através dos PCN's, demonstrada no discorrer da presente dissertativa, não obtém ainda por parte dos atores sociais envolvidos no processo educacional da instituição, efetividade, pois não ocorre conexão entre professores de maneira que esta prática pedagógica possa ser adquirida por todos.

Se a Instituição SENAC apresenta em seus projetos pedagógicos a formação de um sujeito crítico, autônomo, criativo e participativo, requer que a mesma encontre alternativas para conseguir garantir aos alunos a aquisição deste perfil profissional almejado. Ainda, há muito para se trabalhar para se conseguir, até

mesmo, a interdisciplinaridade, sendo esta aparentemente mais fácil de ser incorporado na prática, uma vez que os professores irão trabalhar seus temas, fazendo uso da outra disciplina para reforçar o seu tema, de forma mais dinâmica e vice versa ao outro professor. Neste caso, necessitando de diálogo, engajamento, participação dos professores, na construção de um projeto comum voltado para a superação da fragmentação do ensino e de seu processo pedagógico. Esta característica é difícil de ser encontrada, também, em outras instituições de ensino.

Toda essa discussão pedagógica tem razão de ser, uma vez que o mundo do trabalho sob uma perspectiva da sociedade do conhecimento (privilegia o conhecimento mais do que a técnica), busca profissionais com perfil voltado à cidadania. Porém, as empresas, mesmo atuando no setor de serviços, ainda têm uma visão da sociedade industrial, modelo tecnicista, em que o funcionário executava tarefas rotineiras.

Assim, este estudo demonstrou a fragilidade das instituições de ensino do Brasil (objeto de estudo – Florianópolis) em pôr em prática um ensino voltado à “mudança”. Tem-se repetido erros e, assim, não poderá acompanhar a evolução técnico-científica. As pesquisas em revistas especializadas na área apontam que tais empresas têm um ciclo de vida reduzido, uma vez que não se adaptaram às mudanças na realidade do mercado global.

A educação, de forma geral, tem orientado o aluno para o mundo do trabalho, pois o mundo é capitalista e, enquanto tal, será voltado aos interesses do capital. Em alguns casos as orientações continuam direcionadas um treinamento dos sujeitos, para que estes desempenhem apenas determinadas tarefas rotineiras.

Os Cursos de Ensino Profissionalizante do SENAC de Florianópolis, na área de Turismo e Hospitalidade tiveram um salto qualitativo desde a época das investigações empíricas, tal fato, demonstrado através dos programas e planos de ensino analisados. Porém, o que discorre nos programas atuais, ainda necessita de revisões de suas práticas.

A atividade turística, faz parte da sociedade moderna, dentro dos padrões hoje apresentados pelas tecnologias. O direito ao lazer e ao tempo livre é discurso novo, enquanto atividade planejada e geração de renda, e que está sendo incorporada somente por parte da sociedade que tem condições econômicas. Em

nome deste número de pessoas (22 milhões de turistas estrangeiros no mundo), os empresários conseguiram devastar imensas áreas, afastar a população residente e animais de seu habitat e explorar a mão-de-obra. Em virtude destes fatos, mais uma vez é apresentada a importância em trabalhar o tema ambiental na Instituição SENAC, pois para o sujeito agir corretamente em relação ao meio ambiente, deverá necessariamente, adquirir posições definidas quanto aos valores – ético, moral e social, assumindo responsabilidades e agindo em favor ao meio ambiente, direcionando portanto, ao resgate da cidadania.

O turismo como atividade econômica, poderá auxiliar nesta direção, porém, há a necessidade de um maior envolvimento do empresariado local para tal prática. O que ainda ocorre, freqüentemente, é a exploração do trabalhador que recebe baixo salário, horas extras trabalhadas com direito a folgas que não consegue usufruir, além das contratações esporádicas devido à baixa estação turística. Este é um fator chave para mudanças, pois o que está sendo aqui tratado, diz respeito à não sustentabilidade orientada no decorrer dos capítulos anteriores.

A Ilha de Santa Catarina e o Município de Florianópolis necessitam de planejamento que possam minimizar os problemas causados ao meio ambiente, devido às atividades econômicas de exploração, inclusive a atividade turística.

O respeito ao meio ambiente como um sistema integrado, nesse caso o homem como parte integrante neste meio, merece atenção especial de todos os envolvidos no processo de transformação da sociedade. Assim, os alunos do Curso de Guia de Turismo e do Curso de Cozinheiro, ao receberem orientação de ensino com qualidade, que privilegiem os temas formadores da cidadania, irão auxiliar para as mudanças da sociedade, lançando novos conceitos e hábitos e atitudes por onde estiverem atuando e, com isso talvez, conseguir influenciar outros mais. Este é o papel da educação, bem como da educação ambiental, ser agente de transformação da sociedade.

Aos professores e coordenadores da instituição, cabe a observância da aquisição de novos processos de ensino aprendizagem que venham contribuir para a melhoria de suas performances enquanto influenciadores do destino de muitos outros. Daí também o compromisso desses educadores com sua ética, respeito, responsabilidade com sua prática bem como com os demais colegas de trabalho e toda a sociedade.

A inter-relação da educação ambiental com o turismo é desafiadora, pois ambos deveriam buscar resultados próximos; um modelo de desenvolvimento que considere a população, enfoque a melhoria de qualidade de vida, com participação democrática, justiça social e que conserve os recursos naturais.

Finalizando, ressalta-se o compromisso da instituição SENAC, enquanto agente formador de profissionais e formador de opiniões. O SENAC, como um dos participantes do organismo regulador do comércio e indústria, poderá se comprometer para a inclusão de debates entre empresários, para a inclusão do trabalhador enquanto sujeito de direitos – cidadania.

As propostas de programas apresentadas no Capítulo 6, através dos três temas: "O Senac vai à comunidade", "15 minutos diários de tributo ao meio ambiente" e "Capacitação do corpo docente e funcionários", podem servir para melhorar o desempenho da instituição referente às não-conformidades percebidas.

7.2 Recomendações para Pesquisas Futuras

Futuras pesquisas poderão ser efetuadas, como continuidade a este estudo, e dentre elas pode-se citar buscar informações para as outras áreas de formação que a instituição desenvolve (design, gestão, saúde, etc.), as quais poderão ser analisadas isoladamente, devido as suas complexidades e correlacioná-las, posteriormente. Dessa forma, pode ser realizado um mapa geral do desempenho do SENAC de Florianópolis, enquanto agente de Formação Profissional, possuidor de credibilidade por parte da sociedade como um todo, mesmo aqueles que não fizeram nenhum curso na instituição, têm referência sobre o mesmo. É fundamental zelar por este conceito.

A instituição SENAC, deve realizar pesquisas para avaliação sistemática dos alunos egressos e o comportamento do mercado. Isto auxiliará como um dos norteadores da busca da qualidade do ensino, bem como para orientação aos professores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. **Os temas transversais estão na mira do cotidiano escolar.** Disponível em: <www.abrae.com.br/entrevistas>. Acesso em: 05/2002, p.1-5.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei nº 9.394 de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília: DOU, 1996.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, C. P. F. de. **A educação cidadã na visão empresarial. O telecurso 2000.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores.** 2. ed. São Paulo: SENAC/SP, 2000.

CASTRO, R. de S.; LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 1992. **Agenda 21.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DOUROJEANNI, M. J. Áreas protegidas: problemas antigos y nuevos, nuevos rumbos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba: IAP/UNILIVRE/RNPUCs, vol. I, p.69-109, 1997.

FERRETI, C. J. As mudanças no mundo do trabalho e a qualidade da educação. In: MARKERT, W. (Org). **Trabalho, qualificação e politecnia.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. FOGAÇA, A. Educação básica e competitividade. **Anais....** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Disponível em: <www.abet.org.br>. Acesso em: 2003.

FRIGOTTO, G. **Trabalho e educação.** Campinas, SP: Papyrus/CEDES, 1992.

_____. **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Cidadania e formação técnico profissional. Desafios desse fim de século.** Disponível em: <www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo>, agosto/1998.

_____. **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998 (Coleção estudos culturais em educação).

GALLO, S. **Conhecimento, transversalidade e educação para além da interdisciplinaridade.**

GALLO, S. **Educação e interdisciplinaridade.** Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1995.

GÍLIO, I. **Trabalho e educação:** formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel, 2000.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões de nossa época).

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. HENTZ, P. **Trabalho e educação:** fundamentos teóricos filosóficos. Florianópolis: SENAC/DR/SC, 2001. (Curso Profissionalizante).

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

IRVING, M. A. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

LANGE, B. e RATTO, V. Fundamentação político pedagógica para a formação de técnicos em meio ambiente . In: **Tendências da educação ambiental brasileira,** 2000. (Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 2003.

LAYRARGUES, P. A fundamental da educação ambiental. In: **Revista Senac de Educação Ambiental.** ano 11, n. 01, jan./abr. de 2002.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable,** Madrid: Siglo XXI, 1994.

_____. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Ambientalismo.** Um projeto realista utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. Desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização. Cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

MEDINA, N. M. e MEDINA, E. da C. S. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEDINA, N. M. **Educação ambiental para o século XXI & a construção do crescimento**: suas implicações na educação ambiental. Brasília: IBAMA, 1997. (Série Ambiente em Debate).

MEDINA, N. M. e LEITE, A. L. T. de A. (Coords.). **Educação ambiental**: Curso básico a distância - documentos e legislação da educação ambiental. 2. ed. ampl. Brasília: MMA, 2001. 5 vols.

MELLO, G. N. de. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais – Ética. Vol. 08. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

_____. _____. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, meio ambiente e saúde. Vol. 09. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico - área profissional: Turismo e Hospitalidade/Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2000.

_____. **Referenciais curriculares nacionais. Área profissional de turismo e hospitalidade. Educação profissional de nível técnico**. Brasília, 2000.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC/SEMT, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Ambiental**: documentos de referência. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 05/2002.

_____. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: turismo e hospitalidade. Brasília, MEC, 2000.

_____. _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**: Brasília: MEC/Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOTTA, E. de O. **Direito educacional e educação no século XXI**: com comentário à nova LDB. Brasília:UNESCO, 1997.

NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. de L. (Orgs). 2. ed. **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, B. **O trabalho educativo**: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v.54).

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.

REVISTA ANUÁRIO DE ECOLOGIA EXPRESSÃO, ano 12, n.122. Florianópolis: Expressão Sul, 2002. (Prêmio Expressão de Ecologia).

REVISTA NATIONAL GEOGRAPHIC, set., 2001. O planeta tem sede: desafios à humanidade. Disponível em: <www.nationalgeographic.com>. Acesso em: 2003.

REVISTA SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, n. 2, ano 12. Rio de Janeiro: Senac, abr./ago., 2003.

REVISTA VEJA, O Planeta Teen, ano 21, n. 18, p.106-113, São Paulo, 19 abr., 1998.

_____, ano 35, n. 33, 21 ago., São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balatreri. **Turismo**: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: Por uma outra política educacional. 3. ed rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea).

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). **Formação e trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1997.

_____. Centro de Formação Profissional. **Curso de Cozinheiro – Manual do Professor**. Florianópolis: Centro de Formação Profissional de Florianópolis, 2003.

_____. _____. **Curso de Guia de Turismo Nacional – Projeto para curso técnico**. Florianópolis: Administração Regional de Santa Catarina, 2002.

_____. Administração Regional de Santa Catarina. **Plano de Curso da Habilitação Profissional. Área profissional - turismo e hospitalidade. Habilitação profissional - técnico em guia de turismo**. Administração Regional de Santa Catarina, Centro de Formação Profissional de Florianópolis, 2002.

_____. **Formação profissional:** uma proposta para o setor comércio e serviços. ARAÚJO, Beatriz Arruda de.; PINHEIRO, Izabel M. G. de Sousa; GONÇALVES, Maria H. B. (Coords.) Rio de Janeiro: SENAC/DN/DFP, 1996.

_____. **Introdução a turismo e hotelaria.** CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto (Coords.) Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

_____. **Referenciais para a educação profissional do Senac.** GONÇALVES, Maria Helena Barreto; BOTINI, Joana Botini; PINHEIRO, Beatriz Arruda de Araújo et al. Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI, 2002.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Sobre educação.** Disponível em: <www.paulofreire.org>. 01/2002.

SORRENTINO, M. **Formação do educador ambiental:** um estudo de caso. Tese. (Doutorado) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, D. B. de. **Trabalho e educação:** centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, J. dos S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil:** anos 90. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SPEYER, A. M.; CASTEJÓN, A.; FÁVERO L.; SOUZA, D. L de. **Educação para o trabalho:** reflexões sobre o 2º grau. São Paulo: Loyola, 1983. (Pareceres do Conselho Federal de Educação).

SWARBOOKE, J. **Turismo sustentável:** conceitos e impacto ambiental. Tradução de Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000. Vol. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARATO, J. N. **Tecnologia & educação profissional**. São Paulo: Senac São Paulo, 2002.

BREDARIOL, C.; VIEIRA, L. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**: da modernidade técnica a modernidade ética. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

CASTRO, Newton (Coord). **A questão ambiental**: o que todo empresário precisa saber. Brasília: SEBRAE, 1997.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

_____. **Cidadania pequena**: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso tempo).

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.) **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: A conexão necessária. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. QUINTAS, José Silva (Org.). Brasília: IBAMA, 2000.

MOLINA, S. E. **Turismo y ecología**. México: Trillas Turismo, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, E. M. de. **Educação ambiental**: uma possível abordagem. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2000.

OLIVEIRA, J. B. A.; CHADWICK, C. B. **Tecnologia educacional**: teorias da instrução. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO (OMT). **Agenda para planificadores locais**: turismo sostenible y gestión municipal. Edición para América Latina y el Caribe, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introducción a TEDQUAL**: una metodología para la calidad en educación y formación turística. 1. ed. Madrid, Espanha: La Organización Mundial del Turismo, 1997.

PEDRINI, A. de G. (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RÉGNIER, E. M. A Lei nº 7.044 e a preparação para o trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, maio/ago., 1983.

SCHLÜTER, R. G. **Gastronomia e turismo**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

SEQUEIROS, L. **Educar para a solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relação entre os povos. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: São Paulo: SENAC, 1999.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: setor público e cenários geográficos. Tradução de Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph, 2000. Vol. 03.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário aplicado aos professores.

Prezados Senhores:

O presente questionário faz parte do diagnóstico de uma Dissertação de Mestrado, do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina e tem por objetivo analisar as não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro.

As questões poderão ser respondidas com facilidade, não sendo necessário se identificar, somente responder de forma objetiva e, com isso, já estará colaborando para que este estudo possa identificar de que forma se pode contribuir para a melhoria das práticas ambientais.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Questão 1: Qual a sua área de formação profissional? _____

Questão 2: Qual grau de instrução? _____

PARTE II – QUESTÕES ESPECÍFICAS AO OBJETIVO

Questão 1: O que você entende por tema transversal? (apresente uma definição)

Questão 2: Dentre os itens abaixo, quais os que não foram abordados em suas aulas? (**assinalar somente os que não foram trabalhados**)

- () trabalho em equipe
- () responsabilidades
- () autonomia
- () iniciativa
- () capacidade de comunicação

- sexualidade (orientação)
- flexibilidade
- cooperação
- interesse e atenção
- qualidade nos serviços prestados
- formas de utilizar equipamentos tecnológicos (geral e específico do cozinheiro)

Questão 3: Relacione os temas transversais trabalhados no seu plano de ensino em atividades práticas ou teóricas.

- ética
- meio ambiente
- saúde
- pluralidade cultural
- sexualidade (orientação)
- outros – Quais?

Questão 4: No desenvolvimento da sua disciplina, que tipo de atividades foram trabalhadas em parceria /integrada (interdisciplinariedade) com outro professor? Faça um comentário.

Questão 5: Nos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, que elementos de sua abordagem pedagógica remetem a procedimentos relacionados à construção da sustentabilidade. Enumere aqueles que lhe são relevantes por ordem de maior importância

- A- Faz referências sobre o uso de alimentos orgânicos.
- B- Menciona como escolher alimentos orgânicos.
- C- Faz referência da compra de alimentos de produtores locais.
- D- Faz referência de escolha de produtos que utilizam poucas embalagens.
- E- Menciona sobre o destino final das embalagens (plástico, papel, isopor, lata...)
- F- Faz referência sobre o uso de produtos menos impactantes ao meio ambiente, quanto aos produtos de limpeza.
- G- Faz referência ao uso de água e energia de maneira racional.

Questão 6: Utilizou atividades práticas para demonstração de alguma ação pró-ativa ao meio ambiente? Que tipo?

Apêndice B: Questionário aplicado aos alunos.

Prezados Senhores:

O presente questionário faz parte do diagnóstico de uma Dissertação de Mestrado, do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina e tem por objetivo analisar as não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro.

As questões poderão ser respondidas com facilidade, não sendo necessário se identificar, somente responder de forma objetiva e, com isso, já estará colaborando para que este estudo possa identificar de que forma se pode contribuir para a melhoria das práticas ambientais.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Questão 1: O que levou você a se matricular e freqüentar o Curso de Cozinheiro?

- busca de trabalho
- busca de mais conhecimentos / estar atualizado
- por gostar de cozinhar
- por sugestão de amigos/parentes
- outros

Questão 2: Que fatores você considera importantes no processo de formação profissional do cozinheiro ? (apresente 3 fatores)

PARTE II – QUESTÕES ESPECÍFICAS DO OBJETIVO

Questão 1: Assinale os itens que não foram comentados pelos professores em sala de aula:

- trabalho em equipe
- responsabilidades
- reutilização, reciclagem de materiais (plástico, vidros, alumínio, papelão, gordura.)
- uso de alimentos orgânicos

- iniciativa
- uso racional de água e energia
- capacidade de comunicação
- sexualidade (orientação)
- flexibilidade
- escolha alternativa de produção de alimentos que utilizem menos embalagens de isopor
- cooperação
- interesse e atenção
- preservação e cuidados ambientais
- relação do turismo com o meio ambiente

Questão 2: Qual a expectativa que você tinha em relação às abordagens dos assuntos trabalhados e que não teve?

Questão 3: Em relação aos itens (componentes curriculares) elencados abaixo, quais você considera mais importante para sua formação profissional? Dê uma nota de 1 a 10, considerando o valor 1 como o de maior importância e 10 o de menor importância.

- expressão oral
- ética, trabalho e cidadania
- qualidade na prestação de serviços
- negociação para trabalhos em equipe
- programas de informática
- fundamentos do turismo
- história da gastronomia
- estrutura física da cozinha
- utensílios e equipamentos de cozinha
- higiene pessoal, dos alimentos e dos equipamentos
- noções de nutrição, comidas balanceadas e dietéticas
- elaboração de menus e cardápios
- noções de empreendedorismo
- atividades técnicas de trabalho específica do cozinheiro

Apêndice C: Questionário aplicado aos empresários da área de alimentação.

Prezados Senhores:

O presente questionário faz parte do diagnóstico de uma Dissertação de Mestrado, do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina e tem por objetivo analisar as não-conformidades relativas ao ensino profissionalizante na área de Turismo e Hospitalidade, através dos Cursos de Guia de Turismo Nacional e de Cozinheiro.

As questões poderão ser respondidas com facilidade, não sendo necessário se identificar, somente responder de forma objetiva e, com isso, já estará colaborando para que este estudo possa identificar de que forma se pode contribuir para a melhoria das práticas ambientais.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

Questão 1: Qual a sua função na empresa?

- () gerente
- () proprietário
- () gerente de R. H.
- () outra – especificar _____

Questão 2: Qual a sua formação profissional (especificar) _____

Questão 3: Qual a sua escolaridade () 2º grau () graduação completa () outra

Questão 4: Para efetuar contratação de pessoas para trabalhar na cozinha da sua empresa, quais os fatores abaixo você considera relevante? Enumere 7 itens por ordem de maior importância (de 1 a 7)

- () trabalho em equipe
- () responsabilidades
- () autonomia
- () iniciativa
- () capacidade de comunicação
- () qualidade nos serviços prestados
- () flexibilidade
- () cooperação
- () interesse e atenção
- () preservação e cuidados ambientais

- atenção a produtos que não agridam ao meio ambiente
- reutilização, reciclagem de materiais (plástico, vidros, alumínio, papelão, gordura.)
- utilização de equipamentos tecnológicos
- uso racional de água e energia
- outros – quais?

Questão 5: Que fatores você considera mais importante no processo de formação profissional? Considere o de maior importância para o de menor importância.

A- HABILIDADE (técnica, saber fazer)

B- ATITUDE (comportamento – ser)

C- CONHECIMENTO (ter informações sobre diversos assuntos da sociedade – saber da área profissional além de outros conhecimentos)

Como você conceitua os alunos do Curso de Cozinheiro do SENAC quanto:

O – Ótimo B – Bom R – Regular

- relação com a equipe de trabalho
- qualificação nos serviços prestados
- conhecimento dos técnicos de trabalho
- interesse em aprender com os demais colegas de trabalho
- interesse em práticas ambientais pró-ativas () outros - Quais?